



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
UNIDADE PROF. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS
- PPGEPE

WELINGTHON DOS SANTOS SILVA

**AS REDES DE SOCIABILIDADE DE CARLOTA CARVALHO PARA A
PUBLICAÇÃO DO LIVRO *O SERTÃO* (1924)**

Imperatriz
2026

WELINGTHON DOS SANTOS SILVA

**AS REDES DE SOCIABILIDADE DE CARLOTA CARVALHO PARA A
PUBLICAÇÃO DO LIVRO *O SERTÃO* (1924)**

Dissertação apresentada no Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Linha de Pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares, como requisito para obtenção da titulação de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kelly Lisie Julio

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Welingthon dos Santos.

As Redes de Sociabilidade de Carlota Carvalho para a publicação do livro O Sertão (1924) / Welingthon dos Santos. - 2026.

125 f.

Orientador(a): Kelly Lisie Julio.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas/CCIM, Universidade Federal do Maranhão, IMPERATRIZ, 2026.

1. Carlota Carvalho. 2. Redes de sociabilidade. 3. Escritos femininos. 4. Imprensa. 5. O Sertão. 6. Maranhão.

I. Julio, Kelly Lisie. II. Título.

WELINGTHON DOS SANTOS SILVA

**AS REDES DE SOCIABILIDADE DE CARLOTA CARVALHO PARA A
PUBLICAÇÃO DO LIVRO *O SERTÃO* (1924)**

Dissertação apresentada no Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Linha de Pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares, como requisito para obtenção da titulação de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kelly Lisie Julio

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kelly Lisie Julio
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão (PPGEPE/UFMA)

Membro Titular Externo: Prof. Dr. Leonardo Ribeiro Gomes
Doutor em Educação
Instituto Federal de Minas Gerais (GEPHE-UFMG/IFMG)

Membro Titular Interno: Prof^ª. Dr^ª. Ilma Maria de Oliveira Silva
Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão (PPGEPE/UFMA)

Membro Suplente Externo: Prof^ª. Dr^ª. Christianni Cardoso Morais
Doutora em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Membro Suplente Interno: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro
Doutor em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão (PPGEPE/UFMA)

Dedico à minha Mãezinha (in Memoriam), e ao meu pai (in Memoriam), a minha mãe Jailma, aos meus tios, amigos que me apoiaram na jornada acadêmica, e aos docentes do curso de Pedagogia e do Mestrado do PPGEPE, que me inspiraram a ser um professor. E, em especial, a todas as mulheres professoras que marcaram a História e vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, saúde e sabedoria que me proporcionou para concluir esse curso de Mestrado.

Em especial a minha orientadora, Profa. Dra. Kelly Lislie Julio, pela paciência e orientação competente em todas as etapas da elaboração deste trabalho.

Em particular, agradeço a minha Mãezinha (in memoriam) mulher que me criou, minha mãe, Jailma, ao meu pai Manoel Batista (in memoriam) e aos meus tios, Francisco (Manin), Jailson e Jacira, pelo apoio nessa caminhada. Aos meus amigos Lucas Vinicius e Victor Antonio que são como irmãos, bem como a Geissiane e Giselle, queridas amigas com que Deus me presenteou.

Um agradecimento a todos do PARFOR, que me inspiraram na área educacional, e a todos os professores do Curso de Pedagogia-CCIM/UFMA pelos ensinamentos e aprendizagens durante o curso: Mariléia Cruz, Francisco Almada, Raquel Azevedo, Herli Carvalho, Maria Aparecida, José Batista, Simone Omizzolo, Karla Bianca, Erivâneo Silva, Kelly Lislie, Witembergue Zaparolli, Vicente Marques, Tereza Bom-Fim, Marcos Fábio, Marcella Arraes, Janeth Carvalho, Jónata Moura e Francisca Agapito, meu muito obrigado.

Um agradecimento especial a minha amiga Auricelia Aguiar, pela parceria de sempre, desde 2012, em várias etapas de nossa formação.

Quero agradecer também às professoras Késsia Mileny, Eloíza Marinho, Dijan Leal, Rita Gonçalves, Ilma Maria e Patrícia Silva (preceptora do Residência Pedagógica) que, mesmo não tendo sido minhas professoras no curso de Pedagogia, contribuíram me inspirando em querer ser um professor.

Aos professores do programa de pós-graduação PPGEPE pelos grandes ensinamentos e na condução de discussões pertinentes a área educacional, em especial professor Witembergue Zaparoli e professora Betania Barroso, pelo apoio e companheirismo durante o percurso e finalização do Mestrado.

Também gostaria de agradecer por toda palavra de encorajamento e para que acreditasse mais em mim, a professora Francisca Agapito. Obrigado.

À minha amiga de turma Simone Omizzolo, tendo sido minha professora na graduação, pelo companheirismo no decorrer dessa jornada da pós-graduação.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta conquista, o meu muito obrigado.

[...] recuperá-la como quem recolhe uma espécie extinta, uma flora desconhecida, fazer seu retrato como quem repara um esquecimento, denunciar seu vestígio como quem exhibe uma morta. Gesto útil [...], mas um gesto incompleto; tornar visível a mulher quando a história se abstinha de vê-la, [...] fazer desta relação objeto da história (Michel Foucault).

RESUMO

Esta dissertação investiga as redes de sociabilidade que possibilitaram a publicação do livro *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924), de autoria da professora e escritora sertaneja maranhense Carlota Carvalho. Inserida no contexto da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a pesquisa tem como objetivo analisar o perfil dos participantes das redes de sociabilidade que viabilizaram a publicação do livro *O Sertão*, em 1924. Como objetivos específicos, busca-se: investigar o contexto social, político e cultural da mulher brasileira e maranhense entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX; analisar o funcionamento das redes de sociabilidade de Carlota Carvalho; compreender a origem social, a atuação profissional e as contribuições dos principais integrantes dessas redes para os espaços de produção intelectual e cultural do período, com especial atenção às obras de Carlota Carvalho. Ancorado na História da Educação e nos estudos de gênero e escrita feminina, o trabalho adota uma abordagem histórica de caráter documental, utilizando como fontes principais o livro *O Sertão* e periódicos da imprensa maranhense e carioca disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O referencial teórico dialoga com autores como Sirinelli (2003), Perrot (2005), Louro (2007), Bourdieu (1989, 1991), Lima (2021), Motta (2002; 2008), Pachêco Filho (2014), Rênor (2005), Santos (2014), Souza (2017) e Silva (2021) entre outros. A análise evidenciou que a publicação da obra de Carlota Carvalho foi resultado de um conjunto articulado de relações familiares, intelectuais e jornalísticas, envolvendo figuras como Parsondas de Carvalho (seu irmão), Nascimento de Moraes, Luiz Murat e Souza Bispo. Conclui-se que tais redes de sociabilidade foram fundamentais não apenas para a publicação de *O Sertão*, mas também para a legitimação da autora no campo intelectual de sua época, reafirmando o protagonismo feminino na história educacional e cultural do Maranhão.

Palavras-chave: Carlota Carvalho. Redes de sociabilidade. Escritos femininos. Imprensa. *O Sertão*. Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation investigates the networks of sociability that enabled the publication of the book **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil** (1924), authored by the Maranhão-born teacher and writer Carlota Carvalho. Situated within the context of the second half of the 19th century and the first decades of the 20th century, the research aims to analyze the profile of the participants in the networks of sociability that made the publication of **O Sertão** possible in 1924. Specifically, it seeks to: investigate the social, political, and cultural context of Brazilian and Maranhão women between the second half of the 19th century and the first two decades of the 20th century; analyze the functioning of Carlota Carvalho's networks of sociability; and understand the social origin, professional activities, and contributions of the main members of these networks to the spaces of intellectual and cultural production of the period, with special attention to the works of Carlota Carvalho. Anchored in the History of Education and in gender studies and women's writing, this work adopts a historical approach of a documentary nature, using as main sources the book **O Sertão** and periodicals from the Maranhão and Rio de Janeiro press available in the Digital Newspaper Library of the National Library. The theoretical framework engages with authors such as Sirinelli (2003), Perrot (2005), Louro (2007), Bourdieu (1989, 1991), Lima (2021), Motta (2002; 2008), Pachêco Filho (2014), Rênor (2005), Santos (2014), Souza (2017) and Silva (2021), among others. The analysis revealed that the publication of Carlota Carvalho's work was the result of an articulated set of family, intellectual, and journalistic relationships, involving figures such as Parsondas de Carvalho (her brother), Nascimento de Moraes, Luiz Murat, and Souza Bispo. It can be concluded that such networks of sociability were fundamental not only for the publication of *O Sertão*, but also for the legitimization of the author in the intellectual field of her time, reaffirming the leading role of women in the educational and cultural history of Maranhão.

Keywords: Carlota Carvalho. Social networks. Women's writings. Press. The Sertão. Maranhão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS ESCRITOS FEMININOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	22
2.1 A inserção das mulheres brasileiras no mundo das letras.....	22
2.2 A imprensa brasileira: a publicação de escritos femininos.....	31
2.3 A redes de sociabilidade como ponto de partida para publicação dos escritos femininos.....	38
3 CARLOTA CARVALHO: TRAJETÓRIA INTELECTUAL, REDES DE SOCIABILIDADE E A PUBLICAÇÃO DE O SERTÃO (1924)	45
3.1. A trajetória da professora e escritora maranhense Carlota Carvalho	46
3.2 O irmão Parsondas de Carvalho.....	58
3.3 Redes de sociabilidade e mediações intelectuais na publicação de <i>O Sertão</i>	66
3.3.1 Nascimento de Moraes.....	66
3.3.2 Luís Murat.....	74
3.3.3 Souza Bispo.....	83
4. DESAFIOS PARA A PUBLICAÇÃO DO LIVRO O SERTÃO E OUTROS ESCRITOS.....	88
4.1 <i>O Sertão</i> : um copilado de histórias reais.....	89
4.2 <i>Factos e Contos</i> – o real por trás da escritora.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga as redes de sociabilidade que possibilitaram a publicação do livro *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924), a partir de um olhar particular, o de uma mulher que foi protagonista em seu tempo: Carlota Carvalho. Professora e escritora sertaneja maranhense, Carlota Carvalho, em sua principal obra, narrou aspectos de sua trajetória pessoal, familiar, social e profissional. Nessa mesma obra, buscou ainda construir uma narrativa sobre o sertão maranhense, articulando memória, experiência e interpretação histórica.

O reconhecimento literário das mulheres ocorreu, inicialmente, por meio da imprensa, que se configurou como o principal espaço de publicação de seus trabalhos intelectuais e que, conforme Duarte (2016), constituiu-se como um espaço de aglutinação, divulgação e resistência. No século XIX, a colaboração com periódicos tornou-se imprescindível para qualquer escritor ou escritora, pois, além de possibilitar algum retorno financeiro, estabelecia um elo direto com os leitores e conferia maior visibilidade e notoriedade. Nessa perspectiva, os periódicos não se apresentaram apenas como simples repositórios de escritos, mas como instâncias de formação, aperfeiçoamento e transformação da sociedade, nas quais os papéis sociais de homens e mulheres foram sendo construídos e redefinidos até a configuração da estrutura social contemporânea.

A partir dessas considerações, a proposta desta dissertação consiste em refletir sobre o processo de publicação dos escritos de Carlota Carvalho, com ênfase em sua principal obra, *O Sertão*, publicada em 1924. Problematisa-se, assim, o papel desempenhado pelas chamadas redes de sociabilidade na efetivação das publicações femininas. Desse modo, formula-se a seguinte questão central que orienta a pesquisa: como funcionaram as redes de sociabilidade que possibilitaram a publicação do livro *O Sertão* por Carlota Carvalho, em 1924?

Além dessa indagação principal, apresentam-se as seguintes questões norteadoras: qual era o contexto da mulher maranhense na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX? Como funcionavam as redes de sociabilidade voltadas à publicação de escritos femininos na imprensa brasileira nesse período? Quem eram e qual o perfil dos participantes das redes de sociabilidade de Carlota Carvalho? Qual o interesse coletivo dessas redes na publicação do livro *O*

Sertão? De que forma essas redes de sociabilidade se relacionaram com a formação de Carlota Carvalho como professora e com sua inserção no campo intelectual enquanto escritora maranhense?

Na tentativa de responder a essas indagações, este trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil dos participantes das redes de sociabilidade que viabilizaram a publicação do livro *O Sertão*, em 1924. Como objetivos específicos, busca-se: investigar o contexto social, político e cultural da mulher brasileira e maranhense entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX; analisar o funcionamento das redes de sociabilidade de Carlota Carvalho; compreender a origem social, a atuação profissional e as contribuições dos principais integrantes dessas redes para os espaços de produção intelectual e cultural do período, com especial atenção às obras de Carlota Carvalho.

Para a fundamentação teórica e histórica da pesquisa, recorreu-se a autores e autoras, especialmente de âmbito regional, que contribuíram para os estudos sobre Carlota Carvalho, tais como: Cormineiro (2010), Dino (2006), Franklin¹ (2000; 2011; 2017), Lima (2021), Motta (2002; 2008), Pachêco Filho (2014), Rênor (2005), Santos (2014), Souza (2017) e Silva (2021).

Na análise a respeito das redes, além dos caminhos para a publicação do livro *O Sertão*, foram consideradas as parcerias para a publicação na imprensa maranhense e carioca, que foi o principal veículo de propaganda da sua obra e publicações de outros escritos como crônicas, relatos e narrativas envoltas nas vivências dos sertanejos.

É com base na perspectiva dessa narrativa e percepção pessoal sobre Carlota Carvalho que este trabalho foi construído. Nesse sentido, buscamos resgatar e entender as redes de sociabilidade que Carlota Carvalho utilizou para publicar os seus escritos, destacando a história da sociedade maranhense e aspectos regionais, tendo grande potencial de contribuir com os estudos sobre a atuação das mulheres no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Além de autores/autoras regionais, serviram de base também para esse texto os estudos que abordam o contexto das mulheres no século XIX e nas duas primeiras

¹ Adalberto Franklin Pereira de Castro (1962–2017) foi um proeminente historiador, jornalista, editor e escritor piauiense, radicado em Imperatriz-MA desde 1972. Fundador da Ética Editora e da Academia Imperatrizense de Letras, dedicou sua vida a resgatar a história local, sendo reconhecido como um dos mais importantes intelectuais e historiadores da cidade, com ampla atuação na cultura e na gestão pública. Ele insere várias notas e

décadas do século XX, sendo esse o contexto da trajetória de Carlota Carvalho, como Buitoni, (1981); Castelo Branco e Brandéo, (2004); Coelho, (1993); Dalcastagnè, (2012); Priore (2007), dentre outros. Destacamos também autores que abordam sobre a representatividade da mulher no período compreendido através de sua escrita e publicação de seus escritos principalmente na imprensa, como Duarte (2016), Schueler (2018) e Teixeira (2010).

Orientada por seus objetivos e ancorada nos estudos da história do Maranhão, a presente pesquisa possibilitou a produção de conhecimento que privilegia a análise das relações sociais femininas, compreendidas como espaços historicamente construídos de sociabilidade, resistência e negociação de poder. Ao lançar luz sobre a sociedade maranhense da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, o estudo evidencia como as mulheres, mesmo inseridas em uma ordem social marcada pelo patriarcado e pela exclusão do espaço público, articularam estratégias de atuação intelectual e cultural. Sob a perspectiva das relações de gênero, tais sociabilidades revelam-se fundamentais para compreender os mecanismos pelos quais as mulheres produziram visibilidade, legitimaram suas vozes e tensionaram os limites impostos às suas práticas educativas e escritas, contribuindo, assim, para a reconfiguração dos lugares sociais femininos no contexto histórico analisado.

No âmbito pessoal, esta pesquisa surge como uma possibilidade de aprofundamento dos estudos realizados anteriormente no Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Pedagogia (início da pesquisa). Naquela ocasião, foi investigado a trajetória social e profissional de Carlota Carvalho, com destaque para sua atuação como professora e escritora sertaneja, cujas contribuições deixaram marcas importantes no cenário educacional e literário da história do Maranhão.

O interesse por essa temática, no entanto, começou ainda no terceiro período do curso de Pedagogia, durante o componente curricular “História da Educação Brasileira”. Nesse momento, fui apresentado a um artigo da professora Diomar Motta, intitulado: *Mulheres professoras maranhenses* (2008), docente da UFMA, campus de São Luís, que abordava o protagonismo de professoras maranhenses. Entre as figuras mencionadas, chamou-me a atenção uma breve síntese sobre a trajetória da professora e escritora Carlota Carvalho.

Ao descobrir que Carlota Carvalho havia publicado um livro intitulado *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*, obra que em alguns momentos chegou

a ser utilizada nos vestibulares da UEMA, me despertou um profundo interesse em conhecer melhor sua história. Decidi, então, procurar o livro e, após adquiri-lo e realizar a leitura, tive a certeza de que aquele seria o tema da minha monografia.

Essa escolha não foi motivada apenas pelo valor histórico e educacional da obra, mas também pelo forte vínculo afetivo que ela estabelecia com minha própria memória e trajetória pessoal. Carlota Carvalho, além de ter sido uma figura relevante para a educação e literatura maranhense, havia morado em Imperatriz – MA, minha cidade natal. Esse aspecto regional, que conectava minha história de vida com a de Carlota Carvalho, despertou em mim um profundo gosto pela história local e regional.

A partir daí, a trajetória de Carlota Carvalho se tornou um ponto de partida para minha reflexão sobre a importância de valorizar figuras e narrativas regionais dentro do campo acadêmico e educacional. Essa pesquisa atual, portanto, reflete não apenas o desejo de aprofundar o conhecimento sobre a escritora sertaneja, mas também levanta uma problemática: como Carlota Carvalho conseguiu publicar seu livro em um contexto de dominação masculina? Quais foram as pessoas que participaram e contribuíram para a publicação do livro *O Sertão*? Houve o compromisso pessoal de resgatar e dar visibilidade à história regional, tão fundamental para a compreensão das identidades e memórias locais.

Carlota Carvalho foi uma professora primária e escritora sertaneja maranhense que viveu entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Inserida em um contexto histórico marcado pela limitação do acesso das mulheres ao espaço público da escrita e da produção intelectual, destacou-se por sua atuação no magistério e, sobretudo, pela publicação do livro *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*, lançado em 1924. Nessa obra, Carlota Carvalho construiu uma narrativa que articulava memórias pessoais, registros históricos e descrições geográficas, oferecendo uma leitura sensível e crítica do sertão maranhense e de seus sujeitos, ao mesmo tempo em que reivindicava um lugar de autoria feminina em um campo predominantemente masculino.

Tendo o livro *O Sertão* como eixo central desta investigação, o presente trabalho tem como objetivo analisar as redes de sociabilidade que possibilitaram a publicação dessa obra em 1924, bem como a inserção e a legitimação de Carlota Carvalho no meio intelectual e na imprensa maranhense e nacional. Busca-se compreender de que modo relações familiares, intelectuais e jornalísticas contribuíram

para a circulação de seus escritos e para a construção de sua trajetória como professora e escritora.

O recorte temporal da pesquisa concentra-se na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com ênfase no ano de 1924, momento da publicação de *O Sertão*. A escolha desse período justifica-se por corresponder tanto à formação intelectual e profissional de Carlota Carvalho quanto ao contexto histórico de intensificação da imprensa, de ampliação, ainda que limitada, da participação feminina no mundo das letras e de reorganização das redes intelectuais durante a Primeira República. Trata-se, portanto, de um intervalo temporal estratégico para compreender os mecanismos sociais, culturais e de gênero que condicionaram a produção, a divulgação e a recepção da obra.

Ao eleger *O Sertão* como norte analítico da pesquisa, este estudo não apenas investiga os caminhos que levaram à sua publicação, mas também reconhece o livro como expressão concreta das redes de sociabilidade mobilizadas por Carlota Carvalho. Assim, a obra deixa de ser apenas um objeto literário ou histórico e passa a ser compreendida como resultado e evidência das relações sociais que permitiram a emergência de uma voz feminina no cenário intelectual maranhense do início do século XX.

Para a compreensão do percurso que culminou na publicação do livro *O Sertão* (1924), esta pesquisa adota como principal chave interpretativa o conceito de redes de sociabilidade. Dentro dessa perspectiva destacamos a concepção de redes de sociabilidade defendida por Sirinelli (2003), segundo à qual essas “redes” de sociabilidades podem ser entendidas enquanto relações sociais, as quais permitem o compartilhamento de ideias e objetivos comuns. Este conceito permite analisar as relações sociais, intelectuais e culturais que possibilitaram a circulação de ideias, a legitimação de discursos e a inserção de sujeitos, em especial mulheres, no espaço público da escrita.

Conforme Sirinelli (2003), as redes de sociabilidade constituem-se a partir de vínculos formais e informais entre indivíduos que compartilham sensibilidades, interesses e projetos comuns, configurando-se como espaços de convivência, mediação e produção intelectual. No caso das mulheres escritoras do final do século XIX e início do século XX, essas redes assumiram papel central, uma vez que funcionaram como estratégias de acesso a um campo intelectual historicamente marcado pela exclusão de gênero.

A partir dessa perspectiva, as redes de sociabilidade são compreendidas neste estudo não apenas como relações pessoais, mas como estruturas sociais que permitiram a Carlota Carvalho construir visibilidade, estabelecer parcerias e viabilizar a publicação de seus escritos. Família, imprensa, círculos intelectuais e vínculos com educadores e jornalistas são analisados como espaços de sociabilidade fundamentais para a consolidação de sua trajetória como professora e escritora. Assim, o conceito de redes de sociabilidade contribui diretamente para a escrita deste trabalho ao possibilitar a análise das condições históricas, sociais e de gênero que sustentaram a produção e a circulação do livro *O Sertão*.

Discussões e estudos sobre as redes de sociabilidade feminina são relevantes, pois abrem espaço para a compreensão e valorização da produção textual das mulheres no século XIX e XX, bem como por apresentar a diversidade de vozes, perspectivas e experiências das mulheres que estavam envolvidas em diferentes esferas sociais, culturais e políticas. Isso ajuda a enriquecer o debate acadêmico e promover uma maior valorização e reconhecimento da presença feminina na sociedade e na produção cultural.

Além disso, a análise das redes de sociabilidade feminina e de suas produções textuais permite identificar conexões, influências e interações entre as mulheres escritoras, revelando a importância do apoio mútuo, da solidariedade e da colaboração na construção de identidades coletivas e na promoção de mudanças sociais e culturais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo histórico de natureza qualitativa, com abordagem documental. O corpus documental é constituído, principalmente, pelo livro *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924) e por matérias publicadas na imprensa maranhense e carioca, localizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A análise desses documentos permitiu identificar vestígios das relações sociais que envolveram a autora, bem como compreender os discursos produzidos sobre sua obra e sua inserção no meio intelectual (Sirinelli, 2003; Santos, 2014; Lima, 2021; Silva, 2021).

A investigação dialoga também com a abordagem biográfica, entendida não como mera reconstrução linear de uma trajetória individual, mas como possibilidade de compreender a articulação entre experiência pessoal, contexto histórico e práticas sociais. Conforme Barros (2004) e Souza (2010), a escrita biográfica permite

evidenciar como os sujeitos constroem sentidos sobre si e sobre o mundo a partir de suas vivências, aspecto fundamental para a análise da narrativa de Carlota Carvalho em *O Sertão*.

Desse modo, ao articular o conceito de redes de sociabilidade com a análise documental e a abordagem biográfica, esta pesquisa constrói um percurso teórico-metodológico que possibilita compreender *O Sertão* como resultado de um conjunto de relações sociais, intelectuais e de gênero. Tal perspectiva contribui para ampliar a compreensão sobre a atuação feminina no campo educacional e intelectual maranhense.

Temos, portanto, uma proposta de trabalho histórica e biográfica, de caráter documental. Le Goff (1990) enfatiza que a história é uma construção, não apenas uma narrativa linear de fatos, mas o resultado de interpretações que envolvem análises críticas das fontes e das representações coletivas, em que podemos destacar às múltiplas dimensões da história, incluindo o cotidiano, a mentalidade, a cultura e as estruturas sociais.

Já biografar consiste em reconstruir, com base nos materiais e nas fontes selecionados pelo pesquisador, uma trajetória de vida (Barros, 2004). Souza (2010, p. 45) pontua que: “através da abordagem biográfica, o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes”.

Conforme Burke (1992), estudar indivíduos na história é dar voz a sujeitos e ter conhecimento de trajetórias de pessoas até então não conhecidas, dando assim subsídios para reconhecer o papel ativo de alguém que, por muito tempo, foi colocado ou não no anonimato. Com isso, ao escrever uma história, somos movidos pelo desejo de reconstruir uma parte do passado, no próprio ato de reconstruir o objeto investigado, dando-lhe voz, no seu tempo e cenário. Acreditamos que a escrita da história de uma vida possibilita ao pesquisador uma reflexão aprofundada sobre sentidos e significados, limites e possibilidades da narrativa biográfica, bem como sobre suas implicações no campo educacional (Furtado; Pinto, 2011).

A análise documental, conforme Gil (2002), é realizada por meio do estudo de documentos. Assim, ao realizar uma análise documental, encontramos caminhos para traçar um perfil histórico e entender o que as fontes significam. Este tipo de pesquisa, é caracterizada pela análise de documentos que podem ser contemporâneos ou retrospectivos. A partir dessa abordagem, torna-se possível estabelecer

características, identificar tendências e compreender aspectos das realidades estudadas, a partir de registros que servem como fontes primárias ou secundárias.

Para Gil (2002), o uso de documentos como base metodológica oferece ao pesquisador a possibilidade de obter informações relevantes e detalhadas sobre os fenômenos, trajetórias e histórias, permitindo uma interpretação crítica e embasada que contribui para o avanço do conhecimento científico.

Embora se assemelhe à pesquisa biográfica, a análise documental diferencia-se desta, pela natureza das fontes de pesquisa e pelos documentos, que podem ser escritos ou não, ou que ainda não receberam um tratamento analítico, promovendo assim, a compreensão de fatos históricos.

Além disso, para a compreensão de um fato histórico, pode ser utilizado o estudo das fontes históricas, que consiste no levantamento de discursos políticos, documentos oficiais, memórias iconográficas e bibliografias, entre outras, existentes sobre um determinado período histórico (Padilha; Nascimento, 2015).

Nesse sentido, o universo desta pesquisa envolverá analisar as redes de sociabilidade de Carlota Carvalho para publicação do livro *O Sertão* e outros escritos na imprensa maranhense, ao qual destacamos *Fatos e Contos*, tomando como base os caminhos teórico-metodológicos aqui indicados. Os escritos de Carlota Carvalho inserem-se no contexto da produção intelectual feminina do final do século XIX e início do século XX, período em que a imprensa periódica constituía um dos principais espaços de circulação de ideias e de intervenção pública.

Sua produção textual compreendeu artigos, crônicas e textos de caráter moral, educativo e memorialístico, publicados inicialmente de forma fragmentada em jornais locais e regionais do Maranhão, a exemplo do jornal *Diário de São Luiz*. Tais escritos abordavam temas relacionados à educação, à formação moral da infância, aos costumes sociais e às experiências cotidianas, refletindo preocupações recorrentes entre intelectuais comprometidos com os ideais de progresso e civilização vigentes à época.

A participação de Carlota Carvalho na imprensa não se deu por meio de uma coluna fixa ou de publicações regulares, mas de maneira intermitente, conforme a abertura editorial dos periódicos e a pertinência dos temas debatidos em determinado momento histórico. Essa irregularidade não deve ser compreendida como ausência de engajamento intelectual, mas como uma característica estrutural da inserção das mulheres no campo jornalístico, marcado por limites sociais e simbólicos que

restringiam sua presença contínua nesses espaços. Ainda assim, seus textos revelam uma atuação consciente e estratégica, utilizando o jornal como meio legítimo de expressão e diálogo com o público letrado.

Posteriormente, parte significativa desses escritos foi reunida, organizada e reelaborada na obra *Factos e Contos*, na qual a autora confere unidade temática e intencionalidade pedagógica a textos anteriormente dispersos. O livro apresenta uma estrutura híbrida, articulando relatos de experiências concretas, os “factos” com narrativas de cunho reflexivo e moralizante, os “contos”. Essa combinação evidenciava o uso da escrita como instrumento educativo, no qual a experiência vivida se converte em saber formativo, reafirmando a centralidade da prática docente e da observação do cotidiano como fundamentos do processo educativo.

Em *Factos e Contos*, por exemplo, Carlota Carvalho destacou a educação como eixo estruturante de suas reflexões, defendendo a instrução como meio indispensável à formação moral e intelectual dos indivíduos e ao desenvolvimento da sociedade. Seus textos apresentavam, ainda, uma crítica social sutil, expressa por meio da problematização da ignorância, das desigualdades educacionais e das limitações impostas à infância e às mulheres. Sem recorrer a um discurso abertamente contestatório, a autora constrói uma narrativa que articula didatismo, moralização e sensibilidade social.

Desse modo, a obra pode ser compreendida não apenas como um compêndio de textos literários, mas como um espaço de afirmação intelectual e de construção de si enquanto educadora e autora. Ao reunir e ressignificar seus escritos, Carlota Carvalho legitima sua voz no campo cultural e educacional, inscrevendo sua experiência feminina e docente na história da educação maranhense e brasileira.

Para subsidiar a pesquisa, foi realizada uma busca e análise de dados na imprensa maranhense e carioca do final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Nossa intenção era identificar dados sobre a trajetória de Carlota Carvalho, sobretudo, informações sobre suas publicações e as relações sociais envolvidas nesse processo. O período compreendido foi o ano de 1924² por constar reportagens e publicações

² Optou-se pelo recorte temporal do ano de 1924 por se tratar de um marco documental relevante para a pesquisa, uma vez que é nesse período que foram localizadas reportagens na imprensa que mencionam a atuação intelectual de Carlota Carvalho, referências diretas à publicação de *O Sertão*, bem como a divulgação de trechos de sua obra *Factos e Contos*. A concentração dessas fontes em um mesmo ano permitiu compreender com maior precisão o contexto de circulação, recepção e visibilidade

sobre a vida e a obra dessa professora e escritora maranhense, e a publicação da sua principal obra *O Sertão, subsídios para história e geografia do Brasil*.

Os jornais sempre foram usados para descrever ações, opiniões e mudanças ocorridas em cada tempo, no que concerne a ações pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou pelas instituições, inclusive, escolares, sendo relevante como meio de divulgação de suas práticas. Ademais, não podemos nos esquecer de que a imprensa, entre o final do Império e o início da Primeira República no Brasil, é majoritariamente dependente do texto impresso (jornal) (Bica; Corsetti, 2014; Gonçalves Neto, 2002).

Assim, por meio dessa metodologia, foi possível empreender uma pesquisa para resgatar o processo histórico até a publicação dos escritos de Carlota Carvalho. E para contemplar os dados obtidos da referida proposta de pesquisa foi produzido como produto (descrição – Apêndice A) canal na rede social *Instagram* por proporcionar uma maior visibilidade da pesquisa. Nele constam dados biográficos, textos (publicações), e principalmente fontes/informações concernentes à vida e obra de Carlota Carvalho.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos que delineiam o contexto vivenciado por Carlota Carvalho e a publicação do livro *O Sertão* em 1924. Cada capítulo foi pensado de maneira a fornecer um encadeamento lógico e aprofundado da temática. Assim, no primeiro capítulo intitulado "Introdução", apresentamos o contexto geral da pesquisa, destacando a relevância do tema, os objetivos principais, a justificativa da escolha pela trajetória de Carlota Carvalho e a metodologia utilizada. Nele delinea-se o problema de pesquisa, buscando situar o leitor no universo dos escritos femininos e da figura protagonista da investigação.

No segundo capítulo intitulado "Os escritos femininos na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX", o estudo foca no contexto histórico e cultural que envolveu a inserção das mulheres no campo literário brasileiro, explorando o papel da imprensa como veículo fundamental para a divulgação dos textos produzidos por autoras, além de ser um espaço de resistência e visibilidade. Buscamos evidenciar também como as relações sociais e as redes de apoio foram determinantes para que as escritoras da época conseguissem publicar suas obras.

dos escritos da autora, especialmente no âmbito da imprensa, constituindo um momento privilegiado para a análise de suas redes de sociabilidade intelectual e de sua inserção no debate historiográfico e cultural do período.

O terceiro capítulo intitulado “Carlota Carvalho: trajetória intelectual, redes de sociabilidade e a publicação de *O Sertão* (1924)”, dedica-se a investigar a vida e a obra de Carlota Carvalho. Esta seção oferece um panorama detalhado de sua atuação como professora e escritora, além de sua contribuição para a literatura e a educação no Maranhão.

No quarto capítulo intitulado “Desafios para a publicação do livro *O Sertão* e outros escritos”, a pesquisa se aprofunda nas conexões sociais que viabilizaram a publicação da obra, bem como os desafios para a publicação do livro *O Sertão* e outros escritos.

Por fim, o Apêndice apresenta uma descrição complementar do produto da pesquisa de Mestrado do PPGEPE, oferecendo informações adicionais sobre a construção deste trabalho.

2 OS ESCRITOS FEMININOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

A primeira necessidade que se impõe para reconhecer a relevância da professora e escritora sertaneja maranhense Carlota Carvalho e seus escritos é situá-la na história dessas práticas de escrita e isso demanda que se evidencie a participação das mulheres na história de seu tempo. Para tanto, é imprescindível que registremos que era idealizado discursos que buscavam restringir e limitar o papel e a atuação das mulheres, especialmente confinando-as ao âmbito doméstico e privado.

Neste capítulo, em um primeiro momento, ocupamo-nos da contextualização histórica e caracterização da mulher na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, reconhecendo a escrita como prática essencial para a conquista do espaço público por parte delas. Na segunda parte do capítulo, explanamos sobre as redes de sociabilidades para a publicação dos escritos femininos nesse mesmo período, evidenciando o lugar de Carlota Carvalho e a relevância da publicação dos seus escritos e o seu protagonismo no Maranhão e região amazônica.

2.1 A inserção das mulheres brasileiras no mundo das letras

A partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, a posição das mulheres na sociedade brasileira começou a experimentar uma leve transformação, sobretudo entre as classes mais altas e na elite intelectual e econômica. Esse contexto incluía um processo que progressivamente buscava modificar a restrita possibilidade de participação social, mas também o acesso limitado aos espaços de escrita e à educação formal. Embora algumas mulheres conquistassem voz em círculos literários e acadêmicos, essa conquista era reservada a poucas, principalmente às mulheres da elite, que, ao contrário da maioria, tinham acesso ao estudo e à oportunidade de escrever e ser ouvidas.

Nessa trajetória histórica das mulheres escritoras no Brasil no século XIX, percebemos o desejo de criar conhecimento por meio do contato com pessoas que consumiam cultura ou valorizavam o desenvolvimento intelectual. Para as mulheres de elite, por exemplo, essa mentalidade era construída de forma próxima ao ambiente

familiar, onde o conhecimento era produzido por membros letrados, como por exemplo, a escola de algum parente próximo, ou o jornal do pai.

Conforme essa descrição, muitas das mulheres escritoras foram inseridas e ou se inseriram no espaço intelectual, primeiro no seio familiar ou a partir do seu processo educativo. Neste caso, a instrução possibilitou que se transformassem em leitoras nas escolas primárias que funcionavam, em sua maioria, nas casas das próprias professoras. Este é o caso da maranhense Carlota Carvalho que começou sua educação e as relações intelectuais no ambiente familiar (Souza, 2019; Carvalho, 2017).

As relações familiares atuavam como as primeiras janelas para o mundo das letras. Esse mundo, geralmente inacessível às jovens por estar além do espaço doméstico, apresentava tanto o reconhecimento de suas limitações quanto a oportunidade de imaginar outras possibilidades além das que lhes eram impostas (Eleutério, 2005).

A estrutura social das elites no século XIX favorecia esse desenvolvimento, pois famílias abastadas dispunham de bibliotecas em casa e de salões onde se lia e discutia o que era lido, incentivando o gosto pela escrita. As filhas das classes privilegiadas, assim como Carlota Carvalho, tinham mais acesso à leitura e à escrita, aprofundando seu conhecimento com preceptores particulares ou em instituições de ensino voltadas para mulheres (Louro, 2007).

Mulheres como a maranhense Carlota Carvalho, destaca-se, pois, ocupavam uma posição singular. Elas não só tinham melhores condições econômicas, mas também eram mais expostas à vida intelectual. Carlota, em particular, pertenceu a um círculo de educadores (seio familiar) o que lhe permitiu acesso ao estudo e à prática da escrita, algo pouco acessível para a maioria das mulheres brasileiras do período. Ela inclusive tinha acesso às poucas bibliotecas que existiam na região em que morava, o que proporcionou a essa mulher uma excelente formação intelectual (Carvalho, 2017, p.170).

Mulheres como Carlota Carvalho desfrutavam de relativa autonomia intelectual e capacidade de atuação, ainda que essa autonomia fosse moldada pelas convenções sociais de seu tempo. Contudo, mesmo aquelas que alcançavam formação formal permaneciam condicionadas pelas expectativas sociais que as queriam reservadas, dependentes e prioritariamente dedicadas às atribuições domésticas.

Embora os primeiros escritos dessas jovens fossem inicialmente escondidos, por meio de cartas e/ou nos espaços privados do lar, eles aos poucos passaram a ser compartilhados e vistos positivamente, sinalizando que as moças eram instruídas e aptas a entreter convidados em eventos sociais e a atrair bons casamentos (Eleutério, 2005).

Aquelas mulheres que eram alfabetizadas nessa época, em sua maioria, eram alfabetizadas em casa. Esse é o caso de Carlota Carvalho, que nos informou em seus escritos que possuía uma familiaridade com os estudos por meio dos “colóquios no recesso do lar”.

A escrita privada (espaços privados), conforme Jinzenji (2012, p. 369) embasada em Perrot (2005), como “[...] as correspondências familiares, era uma das poucas formas de participação no mundo da escrita realizadas por mulheres, nas quais não havia restrições no século XIX”.

No Estado do Maranhão, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, encontramos a relevância da função da escrita na luta pela libertação social e intelectual das mulheres. Um ponto que se evidencia, como em outras partes do Brasil, é a recorrente ligação entre o magistério e a escrita literária das mulheres.

Sobre isso, de acordo com a pesquisa realizada por Souza (2019) e Eleutério, (2005), a leitura e a escrita feminina no Brasil podem ser observadas sobretudo a partir do século XIX, quando o Brasil se torna independente de Portugal e, então, assume um plano educacional que incluía a instrução da mulher. A educação dessas mulheres tinha como fim a alfabetização para a prática da leitura. Apesar disso, conforme Lajolo e Zilberman (2003), depoimentos de viajantes estrangeiros indicavam as péssimas condições da instrução das mulheres:

O panorama decorrente dos depoimentos até aqui reproduzidos sugere que o universo de leitura da mulher brasileira é dos mais restritos, no que, aliás, se afina bastante à sociedade em que vive. Letrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não parecem ter maior significado (Lajolo; Zilberman, 2003, p. 245-246).

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a escrita e a leitura de mulheres foi possível especialmente a partir da criação de escolas femininas e mistas, o que possibilitou uma produção escrita, em um primeiro momento nos

espaços privados, e em segundo, em espaços públicos, com a publicação dessas produções principalmente através da imprensa.

Segundo Louro (2007, p. 447), a educação feminina não era ofertada às mulheres com base nas necessidades delas, pois tinha como “... justificativa [...] a função social de educadora dos filhos”. Para Carlota Carvalho, a educação proporcionou a ela, ao mesmo tempo, uma formação para a vida no lar e uma preparação para além do espaço privado da casa, como um prelúdio do que ela se tornaria no futuro, uma professora.

Com base nos estudos de Souza (2019) sobre a produção literária e jornalística feminina nos séculos XIX e XX, foi estabelecido um paralelo com a realidade vivida pelas mulheres nesse período. Esse enfoque visa destacar o processo de conquista do espaço público pelas mulheres por meio da escrita literária em periódicos, evidenciando a imprensa como um espaço importante para a expressão da voz feminina.

Entendemos que o papel da escrita na vida das mulheres maranhenses, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, pode ser elucidado a partir da trajetória de Carlota Carvalho. Sua atuação evidencia um dos movimentos de inserção da voz feminina na história das publicações e da imprensa no Estado, ao inscrever a palavra da mulher em um espaço tradicionalmente marcado pela predominância masculina.

Nessa perspectiva, é nítido que, para conquistar um lugar no espaço público, as mulheres maranhenses se aventuraram a publicar o que escreviam, como já faziam as europeias e as de outras partes do Brasil como Alba Valdez (1874-1962) no Ceará, Eudésia Vieira (1894-1981) na Paraíba, Zalina Rolim (1869-1961) em São Paulo e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) no Rio de Janeiro.

No entanto, é preciso ressaltarmos que isso se tornou possível em decorrência do contexto sociocultural no Brasil, que se estabeleceu principalmente através da importação de modelos europeus, em um momento que o capitalismo e as artes estavam se fortalecendo através da urbanização na segunda metade do século XIX como *belle époque* (Silva, 2021).

A *belle époque*, foi um período de intensa transformação social, cultural e econômica, especialmente na Europa e nas Américas. Esse contexto não apenas marcou um avanço nas artes e na literatura, mas também proporcionou um espaço para discussões significativas sobre o papel da mulher na sociedade, especialmente

em relação à educação e ao letramento. Durante essa época, a ideia da mulher letrada começou a ser defendida, pois era vista como fundamental para o progresso da nação e para o processo de civilização do Brasil (Nazzari, 2001).

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por mudanças estruturais, como a transição do regime monárquico para a República e a abolição da escravidão. Nesse contexto, havia um movimento crescente que valorizava a educação como um pilar para o desenvolvimento social e econômico. Assim, a figura da mulher letrada começava a emergir como um símbolo de modernidade e progresso. Intelectuais, escritores e educadores passaram a discutir a necessidade de formar mulheres educadas que, além de serem mães e esposas, pudessem contribuir para a sociedade e participar ativamente no processo civilizatório brasileiro (Nazzari, 2001).

Dessa forma, no final do século XIX começou a ser enfatizado que a educação das mulheres não apenas favoreceria suas vidas pessoais, mas também teria um impacto positivo em suas famílias e comunidades (Silva, 2021). O letramento feminino era visto como uma maneira de "civilizar" o Brasil, promovendo valores como a moralidade, a disciplina e a responsabilidade social. As mulheres letradas começaram a serem vistas como agentes de transformação, capazes de educar os filhos, participar de discussões sociais e políticas e, em alguns casos, até mesmo atuar na imprensa, trazendo à tona questões relevantes para a sociedade (Nazzari, 2001).

É importante ressaltar que, na segunda metade do século XIX, embora a educação feminina estivesse em ascensão, ela ainda era marcada por limites. Muitas mulheres, especialmente as de classes sociais mais baixas, continuavam excluídas desse processo. A educação oferecida geralmente seguia normas conservadoras, preparando as mulheres para papéis domésticos, em vez de incentivá-las a buscar carreiras profissionais ou engajamento político. Contudo, o surgimento de Escolas Normais e instituições educacionais voltadas para mulheres começavam a mudar essa dinâmica, permitindo que algumas delas se tornassem professoras e escritoras (Lajolo; Zilberman, 2003).

Nesse período, marcado por paradoxos no cenário mundial, podemos caracterizar o panorama do Maranhão como um tempo marcado por transformações históricas, políticas, sociais e econômicas, que foram desencadeadas pela abolição da escravidão negra, implantação do trabalho assalariado e Proclamação da

República, que por sua vez eclodiram a partir do surgimento de novas forças e valores sociais e das imposições do capitalismo que se universalizava (Silva, 2021).

A Primeira República (1889–1930) esteve associada, no plano do discurso e de determinadas iniciativas políticas, a projetos de modernização dos estados e de reorganização institucional. Contudo, tais transformações não significaram uma ruptura completa com as estruturas herdadas do período imperial. Permaneceram práticas como a exclusão política de amplos setores da população, os desmandos de chefes locais e profundas desigualdades sociais, evidenciando continuidades significativas. A pobreza, longe de ser superada, manteve-se como realidade estrutural e passou a ser enunciada como problema social, o que tornou ainda mais visíveis as fronteiras e distâncias entre as elites abastadas e o chamado povo comum (D’Incao, 2018).

Salientamos que as mulheres do século XIX no Maranhão enfrentavam muitas dificuldades em relação ao acesso à formação educacional. Isso porque, no Maranhão, apesar dos esforços de entidades como da Sociedade Onze de Agosto³, foi somente em 1890, no governo de José Thomaz da Porciúncula, que foi baixado o decreto número 21, de 15 de abril de 1890, que visava organizar a instrução pública dividindo-a em primário, secundário e técnico. Foi nesse mesmo período que foi criada uma Escola Normal que realmente viria a cumprir a missão de formar o seu professorado (Tourinho; Motta, 2012; Silva 2021).

A educação no Maranhão, nesse período, assim como em outras partes do país, estava ligada, à uma concepção de cidadania e nacionalidade. A ideia era preparar o cidadão de modo que ele contribuísse para o enriquecimento, desenvolvimento e civilidade, baseada em moldes europeus.

Sem necessitar agglomerar provas nem argumentos que ponham em evidencia a máxima importância da instrução, o maior elemento da civilização, o mais energético factor do progresso, termometro do valor moral dos povos, garantia do direito, atalaia das mais sagradas liberdades, é a instrução o objecto que mais reclama a atenção dos governos nos paizes organisados democraticamente, onde esta instrução é a necessidade absoluta para que o cidadão conheça a lei que é o arbítrio supremo da vida

³ Grupo formado por alguns intelectuais maranhenses, entre eles: Antônio de Almeida Oliveira e João Antônio Coqueiro, que criaram uma escola por meio de iniciativa privada que surge em oposição à educação elitista que era administrada no Liceu Maranhense. Estabeleceu-se como importante instituição de atenção à comunidade de baixa renda. Porém teve atuação bastante efêmera, pois sofreu com intervenções do setor público que por fim, em 1884, interrompe o empreendimento de uma Escola popular no Estado (Castellanos; Castro, 2015).

social (Maranhão. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa. 1895, p.23).⁴

Percebemos nesta fala, que a educação estava diretamente ligada à condição social do estudante como: a moral, a garantia de direitos, a liberdade, ou seja, todos esses fatores eram compreendidos como uma condição plena para o desenvolvimento de uma sociedade moderna e organizada, sendo que um dos requisitos para aproximação desse ideal de civilização ocidental e os modos institucionalizados de saber também foi muito estimulada no Maranhão do início republicano, pois tais ideais eram entendidos como essenciais para o progresso da nação,

Carlota Carvalho era oriunda de uma família de educadores, o que possibilitou o acesso dela à escola primária e a formação secundária pública preparando-a para a docência (Escola Normal de Belém do Pará⁵).

A formação de Carlota Carvalho não fugiu ao modelo estereotipado de mulher educada para o casamento e maternidade. Porém, Carlota Carvalho não seguiu por esse caminho comum a maioria das mulheres de sua classe e lugar, como fizeram suas irmãs, que se casaram e constituíram família.

Sobre a educação feminina, é importante ressaltarmos que, aliada a uma rígida formação cristã, ela colaborava com a preparação de mulheres capazes de manter os valores sociais da sua época. No currículo da Escola Normal do Pará, por exemplo, escola onde Carlota Carvalho estudou, a proposta era diferente para as mulheres se comparado àquele oferecido ao público masculino. Nele era seguido o discurso de que a mulher deveria ser mãe e terna, vocacionada para educar crianças, ideias presentes em outras instâncias, como na fala do presidente de província da época:

Com seu espírito menos ocupado com interesses materiaes, ella ensina facilmente aos outros a prezar, sobretudo, o interesse moral: branda, a mulher comunica as crianças na sua brandura, a pureza. Ella conhece melhor a natureza mysteriosa das almas juvenis, ou pelo menos, um instinto seguro a faz adivinhal-a (O Liberal do Pará, de 02 de maio de 1882, p. 1).⁶

Seguindo essa lógica, Ferreira (1998) observa que isso é bem representativo do que se esperava da mulher no momento de desempenhar as atividades educativas.

⁴ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

⁵ Iremos discorrer sobre a Escola Nossa Senhora do Amparo quando citarmos sobre trajetória de Carlota.

⁶ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

Assim, o currículo da formação das professoras de primeiras letras procurava inserir o estudo de conteúdos que concorriam para incutir a ideia do cuidado. Uma visão claramente estereotipada da professora, de quem se esperava o desenvolvimento de um papel mais relacionado à "maternagem, que naturalmente lhes fornece atributos como paciência, meiguice, doçura e bondade" (Ferreira, 1998, p.49).

Apesar disso, reconhecemos que as características da segunda metade do século XIX, permitiram as mulheres como Carlota Carvalho, ultrapassarem certos paradigmas que lhes foram impelidos: tiveram acesso à educação, mesmo com restrições e limitações, se comparada ao processo educativo dos homens; também puderam trabalhar fora de casa, ainda que em funções pré-determinadas pela sociedade, como a docência. Louro (2018, p. 447) contribui para pensar a respeito:

As últimas décadas do século XIX, apontam, pois, para a necessidade de educação para mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, 2018, p. 447).

Desta forma Louro (2018, p.453) relata sobre o cotidiano das mulheres no século XIX:

[...] o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de "um só turno", o que permitia que elas atendessem suas "obrigações domésticas" no outro período. Tal característica se constituiria em mais um argumento para justificar o salário reduzido – supostamente um "salário complementar".

Nesse contexto, no século XIX e primeiras décadas do século XX aconteceram alterações na vida das mulheres, ou na perspectiva de vida delas, em decorrência de mudanças que permitiram assumir e ocupar espaços até então masculinos. Todavia, a partir das considerações de Louro (2018), podemos dizer que o trabalho remunerado para as mulheres não era necessariamente uma conquista de um espaço público de maneira igualitária aos homens. Isso porque, quando exercia uma atividade remunerada por diferentes motivos, por exemplo, diante da necessidade de ajudar no

sustento familiar, a trabalhadora foi vista como diferente, recebendo salários mais baixos e, muitas vezes, em difíceis condições laborais.

Como as mulheres do restante do mundo e dos grandes centros urbanos brasileiros, no século XIX, as mulheres no Maranhão também permaneciam prisioneiras de uma cultura social patriarcalista. Sobre isso, as mulheres do sertão nordestino eram educadas e treinadas para desempenhar as funções de esposa e mãe prendada. As sertanejas, ricas ou pobres, tinham o lar como destino.

Conforme Villalta (2018), essa cultura patriarcal, refere-se ao sistema social e cultural em que o poder e a autoridade são predominantemente exercidos pelos homens sobre as mulheres, que ocorria dentro do núcleo familiar, ou seja, o lar. Assim, essa estrutura patriarcal organizava a sociedade brasileira desde os tempos coloniais, definindo papéis específicos para homens e mulheres e regulando as relações de poder entre eles, exercendo um papel bem definido.

Ainda para Villalta (2018), a patriarcalidade não é apenas uma estrutura de organização familiar, mas um sistema abrangente que molda as relações sociais, políticas e econômicas em nosso país. Dessa forma, a organização social patriarcal reforçava normas e valores que garantiam o domínio masculino, definindo que o homem era o provedor e chefe da família, enquanto à mulher era atribuído o papel de submissão e cuidado com o lar e os filhos.

No entanto, ressaltamos as peculiaridades das vidas das mulheres menos abastadas nesse território:

Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem-vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa, ou observavam sua decadência econômica. Por isso, muitas vendiam o produto de suas atividades através de outras pessoas por não querer aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria ganhar dinheiro (Falci, 2011, p. 249).

Assim, no Brasil, no litoral ou no sertão, nas cidades ou na zona rural, no século XIX, circulava um discurso que buscava deixar a mulher no interior dos lares, presa às responsabilidades domésticas. Diante disso, o que se percebe é um discurso que vai alimentar o trabalho no espaço privado, exercido sem nenhum tipo de gratificação,

que, muitas vezes, era conjugado à certas atividades remuneradas, configurando-se assim numa dupla jornada feminina.

Tal situação acabou provocando, conforme destacou Sorj (2004, p.107), uma invisibilidade das atividades que aconteciam no ambiente doméstico, majoritariamente exercido pelas mulheres:

O trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, realizado comumente por mulheres na esfera privada, são duas dimensões do trabalho social que se encontram intimamente ligadas. [...] prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível.

Nesse contexto, a vida e as produções de muitas mulheres seguiram por esse preceito. Porém, percebemos que Carlota Carvalho em seus escritos, defendia os direitos das mulheres de ocupar espaços, bem como criticar as políticas públicas e a corrupção existente na época. Mas muitas mulheres maranhenses tentaram no decurso da História ultrapassar as fronteiras que limitavam seu espaço de vida, ousaram trabalhar, lutar pelo direito de igualdade, ecoar a sua voz através da escrita, uma participação ativa na construção da sociedade, indo além da esfera privada. Não foram muitas as mulheres, a maioria ficou anônima ou foi propositalmente apagada das versões da história.

2.2 A imprensa brasileira: a publicação de escritos femininos

A imprensa no Brasil tem início em 1808, com a chegada da Família Real portuguesa. Esse movimento foi motivado pela necessidade da Coroa em controlar e divulgar informações oficialmente, resultando na criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, e no lançamento do primeiro periódico brasileiro, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos esse começo da imprensa brasileira que tinha como objetivo um controle social, percebemos que os jornais constituíram, ao longo de sua circulação, um meio de divulgação de notícias e informações. Hoje esses jornais se tornaram fontes para a discussão sobre diferentes temáticas, inclusive a publicação de escritos femininos no século XIX e XX.

Isso porque, conforme Duarte (2016), os jornais impressos foram os primeiros e principais meios de veiculação da produção de escrita feminina quando a sociedade estava em um contexto em que os homens eram considerados detentores do saber (criadores), enquanto a mulher, de acordo com a autora, era uma mera criatura, responsável pelos serviços domésticos e criação dos filhos.

A produção e publicação de impressos escritos, dirigidos e redigidos por mulheres no Brasil começou a surgir a partir da década de 1850 (Jinzenji, 2012), sendo o pioneiro, o carioca *Jornal das Senhoras*, de 1852.

Conforme Sodré (1990) a imprensa brasileira evoluiu gradualmente, passando a abranger um espectro maior de publicações ao longo do século XIX e começando a se diversificar em termos de conteúdo e público-alvo. Esse foi o caso das mulheres que, com o tempo, também encontraram seu espaço nesse meio. Sodré (1990) também aponta que as publicações femininas começaram a ganhar força apenas nas últimas décadas do século XIX, em um momento em que a sociedade brasileira começava a discutir a educação feminina e a posição da mulher na sociedade.

Segundo Buitoni (1981), a imprensa feminina surgiu sob a égide da literatura, seguida da moda, atinente ao vestuário que iam desde o comportamento social e os valores morais até debates sobre o papel da mulher na família e na sociedade. A autora afirma que:

Os primeiros jornais para mulheres, [...] preferiam literatura, correspondência de editores e leitoras, pequenas crônicas sociais e comentários sobre espetáculos. O correio era o suporte principal da imprensa nessa época, de modo que cartas e respostas ocupavam bastante espaço em suas páginas. O critério de utilidade para a vida cotidiana das leitoras ainda não imperava – a imprensa feminina objetivava um certo esnobismo e verniz cultural. Moda significava gravuras de trajes geralmente mais festivos, nas suas primeiras incursões nos jornais femininos. Detalhes de bordados, punhos e golas foram sendo acrescentados, até que surgiram os moldes, na metade do século XIX. Os moldes trouxeram a democratização da moda e continuaram até nossos dias com títulos especializados como *Burda* (Alemanha) e *Manequim* (Brasil) (Buitoni, 1981, p. 62-63).

Além disso, Sodré (1990) destaca que as mulheres utilizaram a imprensa como um veículo de emancipação, por meio do qual se posicionaram sobre temas de interesse público e buscaram construir uma voz coletiva. Segundo o autor, a imprensa teve um papel crucial na inclusão das mulheres nos processos de discussão social, oferecendo uma base para as lutas futuras por igualdade e emancipação feminina no Brasil. Escritoras e colaboradoras de periódicos abordavam, dentre outras questões,

a importância da educação para as mulheres. Segundo elas, a educação feminina deveria ir além da preparação para o casamento e o lar, sendo importante também uma formação mais ampla e crítica.

No Brasil, de acordo com Nadaf (2002), o êxito da publicação de um livro, por exemplo, se deu por meio do fortalecimento da imprensa, se tornando um ambiente de coexistência de múltiplas ideias e ideais comuns. Tal fato acabou por caracterizá-la como um espaço para disseminação de variadas questões sociais e de diversos textos não somente de homens, mas também de mulheres, principalmente na segunda metade do século XIX. Sobre isso, Barbosa (2007) afirma que os jornais tiveram grande impacto na disseminação e consolidação da literatura brasileira nos periódicos, pois os jornais proporcionavam espaços de diálogo e atualização do leitor, suprimindo certas necessidades intelectuais (Pina, 2010).

No Maranhão, por sua vez, sobretudo na capital, os primeiros anos dos oitocentos foram marcados pelo “aumento de livros, jornais e folhetos em circulação”. As “transformações vivenciadas pela cidade de São Luís nos primeiros anos dos oitocentos”, por exemplo, eram partilhadas a partir dos impressos, tornando-os importantes veículos para a divulgação (Galves, 2010, p. 58). A década de 1820 representou particularmente um período em que a imprensa maranhense se destacou e intensificou as suas atividades, com o surgimento de folhas variadas, realidade observada ao longo do século XIX.

Segundo Martins (2008, p. 108), para a região, “um fator decisivo para a consolidação da atividade letrada foi o jornalismo literário e político que surgiu, sobretudo em São Luís”, consolidando, por exemplo, a relação intrínseca entre os literatos e os jornais literários. “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa” (Sodré, 1990, p. 192). Dessa maneira, “tanto a consolidação da atividade letrada no Maranhão quanto a construção do mito de Atenas Brasileira⁷ estavam diretamente associadas a este jornalismo literário e político de São Luís” (Souza, 2020, p. 81).

⁷ A expressão “Atenas Brasileira” foi atribuída à cidade de São Luís ao longo do século XIX, especialmente durante o Império, como forma de exaltar sua intensa produção literária e intelectual. O mito constrói a imagem da cidade como um centro de erudição, comparável à Atenas da Grécia Antiga, símbolo clássico de filosofia, artes e pensamento. Esse mito, representava apenas a elite letrada, excluindo a maior parte da população, que era composta por pessoas pobres, escravizadas e analfabetas, ou seja, criava uma imagem idealizada, descolada das profundas desigualdades sociais do Maranhão oitocentista, e funcionava como estratégia simbólica de distinção, conferindo prestígio cultural à província no cenário nacional (Souza, 2020).

Para Souza (2019), o jornalismo era a melhor opção para divulgação de ideias, pois como os jornais impressos constituíam várias publicações de autores, atraía também leitores de muitos níveis sociais e intelectuais e, desse modo, possibilitavam a divulgação de obras (livros) e escritos, inclusive os femininos. É nesse contexto que assistimos, por exemplo, o processo em que as mulheres escritoras acabaram tornando-se colaboradoras dos jornais, o que garantiu para algumas delas certa visibilidade.

Carlota Carvalho foi uma dessas mulheres. Além de escritora, foi professora itinerante, pesquisadora e, seguindo os passos do período, utilizou-se da imprensa para veicular e divulgar sua obra, chegando a estar presente em vários jornais do Maranhão e de outras localidades do Brasil. Nas palavras de Martins e Luca (2008, p.46) a imprensa no Brasil teve um lugar de destaque onde “a palavra e a imagem impressas conheceram outro lugar, ganharam força e expressão, com escritos de toda ordem que se propagaram por múltiplas experiências periódicas, produzidas por agentes sociais diversos”.

Todavia, como bem observado por Queiroz (2011), apesar da escrita no século XIX progressivamente tomar conta de certos aspectos e do universo de algumas mulheres, não se pode negar que, ao mesmo tempo, o grupo feminino acabou sendo marginalizado em algumas situações, já que, o mundo das letras não era papel delas.

A leitura e a escrita de romances, no século XIX, conquistavam o universo feminino e pareciam bastante adequadas às mulheres. Tanto a leitura quanto a escrita dos romances permitiam às mulheres o acesso a novos espaços geográficos, sociais, culturais e humanos, através das descrições detalhadas de estados psicológicos interiores e de cenas exteriores. [...] Nesse século, o romance atinge o apogeu como gênero, ao tempo em que as mulheres passam a ter forte presença como escritoras e como leitoras. Entretanto, em virtude dos deslocamentos sociais que propiciavam, às vezes silenciosos, mas quase sempre tagarelas, que eram vistos como desconfiguradores dos papéis atribuídos a cada sexo (Queiroz, 2011, p. 204).

A produção escrita e a atuação na imprensa brasileira constituíram-se, majoritariamente, como espaços de exercício masculino da palavra pública. Tal configuração não se restringia a uma presença numérica mais expressiva de homens nos periódicos; tratava-se de uma estrutura simbólica que associava autoridade intelectual, legitimidade discursiva e participação política à figura do “homem de letras”. A imprensa operava, nesse sentido, como instância privilegiada de

consagração e de circulação de ideias, integrando aquilo que a História Intelectual tem compreendido como redes de sociabilidade letrada.

Os temas mais frequentemente abordados pelos intelectuais homens orbitavam em torno da política institucional, da organização do Estado, da economia, dos debates constitucionais, do abolicionismo, do republicanismo e da formação da identidade nacional. A escrita assumia, em geral, tom argumentativo e normativo, dialogando com matrizes europeias e reivindicando erudição como marca distintiva. Essa produção não apenas expressava opiniões, mas também consolidava posições em um campo intelectual em formação, no qual o domínio da palavra impressa funcionava como capital simbólico, no sentido bourdieusiano, capaz de conferir prestígio, reconhecimento e autoridade pública (Queiroz, 2011).

No caso maranhense, essa dinâmica pode ser observada na constituição do mito da “Atenas Brasileira”, que projetava São Luís como centro irradiador de cultura e erudição. A atuação de poetas, jornalistas e homens públicos articulava-se em circuitos de sociabilidade que incluíam jornais, tipografias, academias literárias e espaços institucionais. A imprensa, nesse contexto, não era apenas veículo de divulgação, mas também espaço de legitimação mútua entre pares, reforçando hierarquias e estabelecendo critérios de pertencimento ao mundo letrado. A fundação da Academia Maranhense de Letras, no início do século XX, simboliza a institucionalização desse capital cultural acumulado ao longo do oitocentos (Souza, 2019).

Entretanto, a inserção progressiva de mulheres na imprensa tensionou essa configuração. Inicialmente circunscritas a seções específicas ou a periódicos destinados ao público feminino, as autoras abordavam temas considerados socialmente compatíveis com a identidade feminina: educação das meninas, moral religiosa, maternidade, vida doméstica e literatura de cunho sentimental. À primeira vista, essa delimitação temática poderia sugerir uma escrita restrita ao âmbito privado; contudo, uma análise mais detida revela que tais textos operavam deslocamentos significativos. Ao defenderem a instrução feminina, questionarem a exclusão das mulheres do ensino superior ou reivindicarem reconhecimento intelectual, essas autoras mobilizavam estratégias discursivas que, ainda que mediadas pela linguagem da moral e da modéstia, introduziam debates sobre cidadania, direitos e participação pública (Queiroz, 2011; Paiva, 2018).

Sob a perspectiva da História Intelectual, é possível compreender essa movimentação como reconfiguração das redes de sociabilidade letrada. A entrada das mulheres não se deu apenas como ampliação quantitativa de colaboradores na imprensa, mas como transformação qualitativa das formas de circulação da palavra. Se, por um lado, a escrita masculina ocupava o centro do campo intelectual, por outro, a escrita feminina precisou negociar sua legitimidade, muitas vezes recorrendo a pseudônimos ou a justificativas explícitas para o ato de publicar. Essas estratégias evidenciam que a autoridade discursiva não era neutra, mas atravessada por marcadores de gênero que regulavam quem podia falar, sobre o quê e em quais condições.

Quanto a este último ponto, importante destacarmos, a chamada “imprensa feminina” no Brasil, quer dizer, as produções que envolviam as mulheres devem ser consideradas a partir de duas etapas importantes, conforme Paiva (2018, p. 159). A primeira delas, que inclusive introduziu essa vertente dos impressos, era sobretudo “jornais dirigidos por homens e direcionados ao público leitor feminino”, com textos escritos por autores, e alguns poucos de autoras. Já a segunda etapa foi “a criação e redação de jornais de autoria feminina para o mesmo público”. Tal etapa da “imprensa feminina”, por sua vez, não excluiu a primeira, apesar de sua diminuição.

Ainda sobre a inserção das mulheres no mundo das letras, como bem lembrado por Souza (2019), tal movimento só foi possível a partir das redes de sociabilidade estabelecidas, sobretudo, com homens. Tais redes oportunizaram a publicação dos escritos femininos na imprensa e/ou no formato de livro, como foi o caso de Carlota Carvalho. Verificamos que a rede de relações construída por meio da publicação de seus textos em várias matérias de jornais foi fundamental para a publicação de *O Sertão*. O mesmo pode ser dito sobre a socialização e reconhecimento da sua obra entre os intelectuais da primeira metade do século XX.

Assim, podemos afirmar que a imprensa foi um espaço propício para as relações sociais que mediaram a disseminação de ideias e o convívio com intelectuais, inclusive com outras mulheres atuantes na escrita e na própria imprensa. E foram as redes de sociabilidade constituídas a partir da imprensa, por sua vez, que propiciaram no século XIX e início do século XX a divulgação das publicações para outros estados, diferentes do estado da residência das mulheres escritoras, possibilitando maior visibilidade e conseqüentemente, conhecimento de ideais de mulheres.

Nesses termos, a inserção da mulher na imprensa feminina, assim como da publicação feita por mulheres/para mulheres, acabou tornando-se um meio para alcançar a emancipação feminina, construir laços e propagar diferentes ideias. E a partir dessa presença, progressivamente, era cada vez mais comum temas como: o direito de trabalho, o direito ao voto, o divórcio e a educação das mulheres (Paiva, 2018, p. 160), assuntos que se tornaram pautas importantes para a autonomia feminina em particular e para a sociedade como um todo.

Nesse aspecto, as publicações na imprensa sobre a principal obra de Carlota Carvalho, *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924), constitui-se como uma das mais relevantes produções intelectuais acerca dos sertões do Norte e Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Conforme Lima (2021), a autora analisa a obra não apenas como um compêndio descritivo de caráter regional, mas como resultado de uma trajetória intelectual construída no interior de redes de sociabilidade letrada que articulavam magistério, imprensa e produção historiográfica.

Em *O Sertão*, Carlota Carvalho propõe uma leitura integrada do território, articulando história, geografia, memória e experiência social. Longe de se restringir à descrição físico-natural da paisagem, a autora investiga os processos de ocupação do território, as dinâmicas populacionais, os conflitos locais, as formas de organização social e as práticas culturais das populações sertanejas. O sertão, em sua narrativa, não aparece como espaço isolado ou atrasado, mas como território historicamente constituído, atravessado por relações políticas, econômicas e culturais complexas. Ao reunir documentos, relatos orais, memórias e observações diretas, Carlota constrói um texto que combina erudição e experiência vivida, inscrevendo-se numa tradição de escrita que dialoga com a historiografia e a geografia de seu tempo.

Segundo Regina Célia Lima, a originalidade da obra reside precisamente nessa articulação entre saber acadêmico e conhecimento local. A pesquisadora destaca que Carlota Carvalho produziu uma interpretação do sertão a partir de sua inserção concreta na região, o que lhe permitiu tensionar representações consolidadas no imaginário nacional. Diferentemente de narrativas que enfatizavam o sertão como espaço da barbárie ou do atraso, a autora maranhense evidenciou sua historicidade, seus agentes sociais e suas formas próprias de organização. Nesse sentido, *O Sertão* não apenas descreve uma região, mas reivindica sua centralidade na formação histórica do Brasil.

Assim, Lima (2021) também enfatiza que as publicações sobre a obra e outros escritos, a qual destacamos *Factos e Contos*, deve ser compreendida como interlocutor das redes de sociabilidade intelectual das quais Carlota participou. Por ser professora, jornalista e escritora, ela transitava por espaços de circulação de ideias que incluíam jornais, correspondências e interlocuções com outros intelectuais.

Dessa forma, a produção escrita de Carlota Carvalho na imprensa da época, evidenciou as tensões de gênero presentes no campo intelectual do início do século XX. Embora inserida em redes letradas, sua condição de mulher implicava desafios adicionais quanto à legitimação de sua autoridade discursiva. Nesse contexto, a publicação de *O Sertão*, assume dimensão ainda mais significativa: trata-se de uma intervenção intelectual que desloca expectativas sobre os temas considerados apropriados à escrita feminina, ao abordar questões históricas, políticas e territoriais de abrangência nacional.

2.3 A redes de sociabilidade como ponto de partida para publicação dos escritos femininos

Inicialmente, para compreendermos a organização e as redes de sociabilidade que permitiram que as mulheres publicassem o que escreviam precisamos entender a definição dessas redes. Em conformidade com Shueler (2008), a concepção de redes e sociabilidade é essencial para o entendimento das trajetórias de indivíduos e de grupos que envolveram a atividade intelectual em um determinado contexto histórico social.

Partimos da concepção defendida por Sirinelli (2003), segundo a qual as redes de sociabilidades podem ser entendidas enquanto relações sociais, as quais permitem o compartilhamento de ideias e objetivos comuns. Conforme o autor, a palavra “rede” indicaria as estruturas sociais em que ocorreriam as sociabilidades.

À luz dessa compreensão, o presente texto propôs analisar e focalizar as redes de sociabilidade que possibilitaram a publicação de escritos femininos, buscando evidenciar de que maneira a convivência em determinados espaços de circulação intelectual, bem como o compartilhamento de ideias, projetos e interesses comuns entre homens e mulheres, favoreceram a inserção da autoria feminina na imprensa e no campo letrado. Parte-se do pressuposto de que a publicação de textos produzidos por mulheres não ocorreu de forma isolada ou espontânea, mas foi mediada por

relações, vínculos e articulações que compunham o tecido social e intelectual da época.

Nesse sentido, as redes de sociabilidade são compreendidas como categoria analítica central, funcionando como pano de fundo para a investigação que ora se desenvolve. Tal perspectiva orienta a análise da vida e da obra da professora e escritora sertaneja maranhense Carlota Carvalho, cuja trajetória se estende da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX.

Ao examinarmos sua inserção em espaços de circulação de ideias como a imprensa, o magistério e os círculos intelectuais regionais, buscou-se compreender como sua produção escrita se constituiu no interior de relações sociais específicas, que tanto condicionaram quanto possibilitaram sua atuação no campo intelectual.

A história de algumas escritoras brasileiras nos mostra que a escola secundária foi, em sua maioria, a primeira rede de sociabilidade que ampliou a prática da leitura e que contribuiu para transformação de algumas dessas mulheres em escritoras. Podemos citar, por exemplo, Alba Valdez no estado do Ceará, que na escola encontrou sua primeira rede de sociabilidade de escrita (Souza, 2019).

Conforme Souza (2019), o estabelecimento de redes de sociabilidade tornou possível a publicação feminina na imprensa. Foi inclusive na imprensa que as mulheres tiveram contato com outras escritoras. Ainda segundo Souza (2019), as redes de sociabilidade constituídas por mulheres, a partir da imprensa, ampliaram-se para outros estados do Brasil. A exemplo da escritora cearense Alba Valdez, que publicou seus escritos em jornais do Pará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Rio de Janeiro, permitindo que se relacionasse com outras mulheres escritoras, de forma que, juntas, adquirissem mais força para a exposição de suas produções literárias no espaço público da imprensa.

Já Oliveira (2021), faz refletirmos que essas redes de sociabilidade estão ligadas a família desde a infância. As considerações do autor nos fornecem um campo de observação privilegiado, já que evidencia as redes da escritora paulista Zalina Rolim desde sua infância, em sua família, até os contatos com os pares intelectuais na fase adulta, além de sua inserção no mundo educacional e intelectual. Na análise, o autor identifica as pessoas que participavam das redes de sociabilidade e que contribuíram para a publicação dos escritos de Rolim, nos chamando a atenção para uma característica comuns a essas escritoras: elas eram de famílias abastadas.

Na trilha histórica da formação das escritoras no século XIX, podemos dizer que a vontade de produzir textualmente nasceu através do contato ainda que esporádico com outras pessoas que consumiam cultura ou se interessavam pelo fomento do intelecto, no caso, o feminino. Assim, a mentalidade dessas mulheres de família abastada se construía em ligação direta com a presença de livros e outras formas de acesso à cultura letrada no seio familiar. Como é descrito no livro *O Sertão*, o avô e o pai de Carlota, por exemplo, foram os primeiros a apresentarem o mundo das letras, até então inacessível, às meninas e moças, oferecendo-lhes uma educação letrada (Carvalho, 2017).

Devemos ressaltar que essa conjuntura de famílias abastadas era propícia, visto que essas famílias detinham meios de manter verdadeiras bibliotecas em casa, dispondo de salões em que se lia e se discutiam o que era lido, levando ao gosto pelo registro escrito. As filhas de grupos privilegiados também podiam mais facilmente ter acesso à leitura e à escrita, cultivando a erudição por meio de preceptores contratados ou em estabelecimentos de instrução feminina (Louro, 2018).

É dessas relações sociais de conhecimento que exploramos o conceito de redes de sociabilidade intelectual, a sua dimensão e a sua relevância no tocante às mulheres escritoras que tentavam a profissão da palavra no final do século XIX e início do século XX (Sirinelli, 2003).

Sirinelli (2003) destaca o caráter polissêmico da noção de intelectual, variando conforme os contextos históricos e sociais. O autor explora o papel dos intelectuais como um grupo de indivíduos que, pela sua produção intelectual, assumem um papel ativo na vida pública, influenciando debates políticos, culturais e sociais. Destaca ainda que o conceito de intelectual está frequentemente associado não apenas a produtores de conhecimento, mas figuras que intervêm nos debates públicos, muitas vezes com o objetivo de criticar ou transformar a sociedade, construindo sua autoridade a partir de sua independência em relação aos poderes instituídos, buscando fundamentar sua influência em argumentos racionais e éticos.

Sirinelli (2003) também enfatiza que eles ocupam um espaço de mediação entre o conhecimento especializado e o público geral, funcionando como tradutores e mediadores de ideias complexas reforçando que a posição do intelectual é histórica e relacional, ou seja, sua influência e papel variam de acordo com o contexto político e cultural de cada época.

Refletindo acerca da sociabilidade dos grupos de intelectuais, o referido autor afirma que estes se organizam em torno de uma sensibilidade em comum, ou seja, essas redes vão se interligando a partir dos conhecimentos comuns de um coletivo que atrai para um escopo teórico que pode ser de ordem ideológica ou cultural, além de envolverem afinidades difusas, “[...] mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”, estruturas as quais se convencionou chamar de “redes” (Sirinelli, 2003, p. 248).

A respeito das redes de sociabilidade, Guimarães (2017) defende a ideia, baseando-se em Thompson (1978), de que essas redes surgem das experiências, dos valores e das relações sociais vividas pelos indivíduos que possuem objetivos em comum. Além de Thompson, Guimarães (2017) baseia sua leitura nas contribuições de Sirinelli (2003) para refletir sobre as redes de sociabilidade, mesmo referencial teórico utilizado por esta pesquisa.

Conforme Guimarães (2017), foi a partir das redes que as mulheres alcançaram maior visibilidade, permitindo uma ampliação da produção de suas escritas e consequente publicação. Estudando sobre Júlia Lopes de Almeida, Guimarães (2017) destaca que a escrita da autora surgiu a partir do momento em que ela se inseria em um contexto de oportunidades propiciado por sua família, já que esta era abastada. Baseando-se em Engel (2009), o autor destaca que a escritora cresceu em um lar onde se respirava arte, literatura e ciência – uma trajetória muito similar à de Carlota Carvalho.

Guimarães (2017) destaca que a escritora Júlia Lopes de Almeida contribuiu para diversos periódicos como cronista, articulista, além de ter alguns romances publicados em folhetins. De acordo com o autor, as redes de sociabilidade da escritora surgiram especialmente em razão de certos momentos em família e dos sarais da época, frequentados pela comunidade intelectual carioca na qual Júlia Almeida se inseria.

Traçando um perfil das mulheres escritoras no Maranhão podemos descrevê-las como: urbanas e de famílias abastadas, o que lhes possibilitou ir além dos conhecimentos de leitura e escrita. A maioria foi alunas da Escola Normal ou foram professoras; solteiras, casadas ou viúvas, eram a maioria de religião católica; muitas eram abolicionistas, que é o caso de Carlota. Grande parte delas escreveu primeiro, e predominantemente nos periódicos; enfrentaram dificuldades para publicar suas

produções devido ao preconceito social e a educação patriarcal de que provinham; apenas algumas usaram pseudônimos.

Retomando a discussão sobre as redes de sociabilidade, podemos dizer que a redação dos escritos femininos, de modo geral, converteu-se em tecituras (redes) de sociabilidade intelectual, nas quais eram estabelecidos laços de interesse entre os diferentes produtores culturais e de conhecimento. Essas mesmas redes proporcionaram uma estrutura ao campo intelectual através de forças antagônicas de adesão ou de exclusão, isto é, pelas amizades que as submetiam, as fidelidades que arrebanhavam e a influências que exerciam ou, por outro lado, pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas (Sirinelli, 2003)

Barbosa (2007, p. 73) ressalta que algumas resenhas e comentários difundidos em jornais eram, assim como hoje, “[...] fruto da amizade, do patrocínio e, muitas vezes, do pagamento que o autor fazia para ter seu livro comentado”. A prática de aproveitar as redes de sociabilidade para divulgar o nome e a produção de escritores na imprensa periódica, na qual participavam companheiros e amigos de tais autores, foi muito comum na segunda metade do século XIX e início do século XX. Entretanto, tal microcosmo imbricava tensões justamente na ligação entre os embates de ideias e os fatores afetivos.

Outro ponto importante, de acordo com Sirinelli (2003) sobre as redes de sociabilidade diz respeito ao aspecto geracional. Conforme o autor, no meio intelectual, os processos de transmissão cultural funcionariam com a chancela dos mais velhos definindo a sua formação e o seu funcionamento, por referência explícita ou implícita a uma herança, em um processo de intermediação na escrita e por conseguinte na sua publicação. Isso significa dizer que os intelectuais iniciantes sofreriam influência direta das gerações anteriores, seja em apoio ou em negação, o que justifica o apego e a sujeição de alguns à aprovação dos mais experientes.

Restringindo às mulheres, elas estavam autorizadas a cultivarem o intelecto. Todavia, além das questões geracionais e dos posicionamentos no jogo intelectual, elas eram, muitas vezes, incentivadas a seguir o modelo dos homens. E, mesmo nesse caso, elas tinham mais dificuldade de anuência simplesmente por serem mulheres, como vemos no contexto histórico feminino.

É nesse contexto que encontramos as publicações de Carlota Carvalho. Ela publicou inicialmente em jornais para divulgar sua principal obra. Isso deu a escritora

a chance de formar redes de sociabilidade inclusive nos maiores círculos intelectuais do sudeste brasileiro.

A partir do nosso estudo, verificamos que essa rede de relações construída muito contribuiu para a publicação de *O Sertão* pela Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, localizada no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, ajudou a reafirmar o valor da obra entre os intelectuais da primeira metade do século XX.

Apesar desse reconhecimento, o livro caiu no esquecimento dos leitores maranhenses. O lançamento da segunda edição só foi possível 76 anos depois da primeira, quando um exemplar foi encontrado por acaso em um sebo em Belém do Pará (Carvalho, 2000; 2011; 2017; Mota, 2008; Pachêco Filho, 2014; Santos, 2014).

A hipótese para esse esquecimento pode ser construída a partir da articulação entre gênero, redes de sociabilidade e mecanismos de consagração simbólica. Sob a perspectiva de Bourdieu (1996), o campo intelectual organiza-se segundo disputas por capital simbólico, nas quais agentes e obras dependem de instâncias de legitimação para assegurar permanência e visibilidade. Embora Carlota Carvalho tenha participado de redes de sociabilidade letrada vinculadas ao magistério, à imprensa e à circulação regional de ideias, sua inserção institucional não alcançou o mesmo grau de consolidação de intelectuais homens associados a academias, institutos históricos e espaços formais de consagração. A ausência de reedições e de incorporação sistemática da obra aos repertórios escolares e universitários contribuiu para a progressiva rarefação de sua circulação (Pachêco Filho, 2014; Santos, 2014; Lima, 2021).

O trabalho escrito pela professora Carlota Carvalho nos mostra uma compreensão diferente acerca do sertão maranhense do final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Em *O Sertão*, ela contesta a visão do autor Euclides da Cunha e descreve o sertão maranhense com riqueza de detalhes, não se restringindo às informações geográficas oficiais do estado do Maranhão (Filho, 2014).

Ademais, mesmo escrevendo com base em suas várias experiências pessoais, Carlota Carvalho não fala somente de si, mas apreende “[...] a formação como uma atividade centrada no sujeito [...] como um paradigma que possibilita mergulhos e reflexões sobre o vivido, lembranças, histórias e representações sobre as aprendizagens e discursos pedagógicos” (Souza, 2010, p. 446). Fica evidente a importância que o livro *O Sertão* teve para os principais intelectuais da época por

trazer saberes ainda desconhecidos para a própria sociedade maranhense no que diz respeito a sua história e geografia.

Em nosso entendimento, a publicação da principal obra de Carlota Carvalho só foi possível com a ajuda de um grupo de intelectuais cariocas da Associação de Imprensa como: Manoel Nogueira da Silva (bibliotecário), Irineu Velozo (tesoureiro), Raul Pederneiras (presidente) que deu parecer favorável para a publicação do livro e anúncio pelo veículo de notícias Jornal do Brasil, o que conforme ele daria mais visibilidade a obra de Carlota. E ainda destacamos o escritor Luis Murat, membro da Academia de Letras, que achou a obra importante e teceu muitos elogios, indicando a publicação pela Empresa de Obras Científicas e Literárias (que acabou por editar o livro e o publicar em 1924). Esses fatos contribuíram para que Carlota Carvalho fosse inserida no meio literário e tornou possível que dois anos depois, “o maço de papel escrito” fosse publicado (Carvalho, 2017, p. 90-91).

Destacamos que a primeira edição da principal obra de Carlota Carvalho, publicada em 1924, pela Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, foi realizada sob a recomendação de Manoel Nogueira da Silva, que assinalava positivamente pela publicação da obra na referida editora. Isso pode ser verificado nas páginas iniciais de *O Sertão*, em seção intitulada “Duas palavras”, em que a autora compartilha com o leitor o texto escrito pelo então bibliotecário da Associação Brasileira de Imprensa.

A seguir, vamos nos ater às redes de sociabilidade de Carlota Carvalho, quando poderemos conhecer um pouco mais sobre esses indivíduos e refletir sobre a rede de relações construída por meio da publicação de seus textos em várias matérias de jornais. Como tentaremos demonstrar, essa rede muito contribuiu para a publicação de *O Sertão* pela Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, bem como ajudou a reafirmar o valor da obra entre os intelectuais da primeira metade do século XX.

3 CARLOTA CARVALHO: TRAJETÓRIA INTELECTUAL, REDES DE SOCIABILIDADE E A PUBLICAÇÃO DE *O SERTÃO* (1924)

Neste capítulo apresentamos o protagonismo de Carlota Carvalho, evidenciando seu papel singular na educação e literatura regional, com a publicação de livros e textos na imprensa maranhense e nacional.

Em um momento inicial, avaliamos as primeiras relações intelectuais de Carlota Carvalho ainda no seio familiar, entendendo-as como sociabilidade, e a influência delas tanto no letramento como nos primeiros passos de escrita da autora. Em um segundo momento, destacamos a atenção que outros escritores ofereceram à sua contemporaneidade, propiciando a notoriedade e a publicação de seus escritos, além da elaboração de um olhar crítico acerca de sua obra. A imprensa se caracterizou como a principal fonte dos discursos sobre a mencionada escritora, principalmente a partir de vozes que repercutiram e opinaram a respeito da sua produção.

Carlota Carvalho ensinou em locais onde as barreiras geográficas e sociais faziam do acesso ao saber uma tarefa árdua, atuando até as primeiras décadas do século XX. Sua presença como educadora nesses espaços evidencia a sua contribuição para a educação de comunidades remotas.

O capítulo explora ainda a produção intelectual de Carlota Carvalho, com vistas às suas redes de sociabilidade e as conexões que ela estabeleceu com intelectuais e figuras da imprensa maranhense. Como será evidenciado, ela contribuiu como colaboradora de periódicos locais, o que reflete um envolvimento ativo no cenário cultural e social de seu tempo, por meio de textos que revelavam seu olhar sobre a realidade sertaneja e amazônica.

Sua principal obra *O Sertão* emerge como um documento literário e social de grande relevância. Assim, este capítulo não apenas resgata a história de Carlota Carvalho, mas também investiga como suas experiências de vida, as suas relações intelectuais e atuação profissional no magistério influenciaram sua escrita e seu compromisso com a educação e cultura do Maranhão. Investigamos as relações sociais e intelectuais que Carlota Carvalho construiu com membros influentes da época (escritores, professores, jornalistas e intelectuais), observando como essas conexões foram fundamentais para a viabilização e circulação de suas ideias no formato impresso.

3.1 A trajetória da professora e escritora maranhense Carlota Carvalho

A trajetória de Carlota Carvalho insere-se no contexto das transformações políticas, culturais e educacionais que marcaram o Maranhão entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa maranhense foi não apenas uma professora ou memorialista regional, mas uma intelectual que atuou em um campo letrado predominantemente masculino, elaborando discursos sobre o sertão maranhense, a educação e a identidade regional.

O Maranhão das últimas décadas do século XIX caracterizava-se por intensas disputas em torno da modernização, da instrução pública e da redefinição das identidades regionais. A Proclamação da República intensificou os debates sobre civilização, progresso e educação, atribuindo à escola um papel central no projeto de reorganização social. É nesse cenário que se insere a formação intelectual de Carlota Carvalho (Lima, 2021; Silva, 2021).

Carlota de Carvalho era uma das filhas de Miguel Olímpio de Carvalho e fazia parte de uma família numerosa, como foi possível constatar a partir do aprofundamento das investigações que acabaram por revelar dados até então pouco explorados pelos estudos sobre a autora. Inicialmente, considerando as pesquisas realizadas na imprensa periódica e a obra *O Sertão* (Carvalho, 2000; 2011; 2017; Pachêco Filho, 2014; Lima, 2021; Silva, 2021 e Santos, 2014), partilhávamos da interpretação presente na maior parte da bibliografia dedicada a Carlota Carvalho, segundo a qual a autora teria apenas dois irmãos: João Parsondas de Carvalho e Emídio Olímpio de Carvalho.

Todavia, os estudos revelaram que, além dos dois irmãos já conhecidos, havia outros cinco, até então ausentes da historiografia que trata da trajetória de Carlota Carvalho: Lídia, Lucrécia, Filinto, Antônia e Anna Olympia de Carvalho, todos portadores do mesmo sobrenome, conforme registro publicado no jornal *O Paiz*, em 30 de abril de 1878 (p. 1).

No referido periódico, constam os autos de inventário e a partilha dos bens decorrentes do falecimento da viúva de Miguel Olímpio de Carvalho, pai de Carlota Carvalho e de seus irmãos. O documento apresenta, ainda, a venda realizada por um de seus tios, José Irineo de Carvalho, da parte da herança que lhe coube em razão da morte de seus pais, transferida a Miguel Olímpio de Carvalho, evidenciando não

apenas a composição familiar ampliada, mas também as relações patrimoniais e parentais que estruturavam o núcleo familiar da autora.

Miguel Olympio de Carvalho. - Está devidamente sellada. - Certifico mais que a folhas 94 dos mesmos autos acha-se o traslado da escriptura do theor seguinte: - Saibão quantos este publico instrumento de escriptura virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos setenta e seis, aos vinte quatro dias do mez de abril do dito anno nesta vila da Chapada, comarca do Grajahú, da provincia do Maranhão, em meu escriptorio compareceram partes havidas, e contratadas, como vendedor José Irinêo de Carvalho e como comprador o finado Miguel Olympio de Carvalho, representado por seus filhos, D. *Lidia Olympia de Carvalho e Carlota Olympia de Carvalho, maiores de dose annos, e Lu-crecia Olympia de Carvalho, Emigdio Olympio de Carvalho, Filinto Olympio de Carvalho, Antonia Olympia de Carvalho e Anna Olympia de Carvalho*, menores daquela idade, e todos estes menores re-presentados por seu tutor Francisco Duarte Avelino, do que dou fé, e pelo dito vendedor José Irinêo de Carvalho, foi dito perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, que tinha vendido ao seu irmão o dito finado Miguel Olympio de Carvalho, quando vivo, a herança que pertencia a elle vendedor, e que produzisse dos bens deixados por fallecimento de seus pais, José Joaquim de Carvalho e Dona Carlota Joaquina de Menezes Carvalho, constante do inventario que pelo juízo d'orphãos deste termo está sendo processado, o que fez por escriptura particular, para retificar a mesma venda por meio de escriptura publica; cuja herança que lhe couber no referido inventario dos bens deixados por fallecimento de seus mencionados pais, possuo livres de embargos, penhora ou qualquer outro onus, senão o que fica acima mencionado, atendido de hoje para sempre com todos os seus fructos que até aqui possam ter, ao dito seu finado irmão, hoje aos seus legítimos filhos, herdeiros e representantes acima mencionados, pelo preço e quantia de oitocentos mil réis, moeda corrente, cuja quantia declarou já ter recebido, pelo que dava plena e geral quitação do pago satisfeito, aos referidos herdeiros representantes do supra dito Miguel Olympio de Carvalho. [...] E logo pelo tutor dos menores filhos do comprador Miguel Olympio de Carvalho, me apresentou o salão do conhecimento do pagamento da transferencia de propriedade, devidamente selado que é do teor seguinte: - Souza Junior: - Numero trinta e tres. - Collectoria da Chapada. - Anno de mil oitocentos setenta e cinco a mil oitocentos e setenta e seis. - Imposto transmissão de propriedade. = Reis quarenta e oito mil réis. recebido de Francisco Duarte Avelino, como tutor dos órfãos dos falecidos Miguel Olympio de Carvalho e sua mulher dona *Maria Francisca de Carvalho*, quarenta oito mil réis, moeda corrente, procedimento de herança pertencente a José Irinêo de Carvalho que no inventario e partilha dos bens deixados por falecimento de seus pais José Joaquim de Carvalho e Dona Carlota Joaquina de Menezes Carvalho, tem direito e que vende auditto Miguel Olympio de Carvalho nas pessoas dos seus herdeiros filhos, correspondente a quantia de oitocentos mil réis, por quanto foi vendida a mesma herança [...] – Chapada, 27 de fevereiro de 1878. O escrivão, Cyriaco Fernandes d'Assumpção (O Paiz, 1878, p. 1).⁸

Outro fato importante revelado no documento transcrito acima e que até então era enigmático referia-se ao nome da mãe dos irmãos Carvalho, já que ele não havia sido mencionado em nenhuma das edições de *O Sertão* (1924, 2000, 2011, 2017)

⁸ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada

nem pelos próprios irmãos, Carlota e Parsondas de Carvalho, durante suas vidas: Maria Francisca de Carvalho, uma informação que, aparentemente, foi oculta por razões ainda não esclarecidas.

A mesma publicação também forneceu um indicativo importante sobre o ano de nascimento de Carlota Carvalho, outro dado desconhecido, já que indicou que ela era uma das filhas mais velhas, com mais de 12 anos, sugerindo que seu nascimento se deu na década de 1860, considerando o ano de publicação da reportagem. Além disso, a matéria representou o primeiro registro do nome completo de Carlota Carvalho na imprensa, conforme levantamento realizado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Uma questão que surgiu a partir dessas informações foi a ausência de João Parsondas de Carvalho, que será melhor apresentado mais a frente, entre os filhos mencionados no inventário da viúva de Miguel Olímpio de Carvalho. Esse fato nos levou a levantar a hipótese de que Parsondas poderia ter sido filho biológico apenas de Miguel Olímpio de Carvalho, o que pode ser mais um elemento para a investigações futuras sobre a configuração familiar dos Carvalhos.

Retomando as considerações sobre Carlota Carvalho, ela nasceu em uma família pertencente à elite cultural do Maranhão. Desde cedo, Carlota Carvalho teve contato com ambientes de letramento, o que possibilitou o desenvolvimento de um perfil intelectual pouco comum entre as mulheres de sua geração.

Segundo Lima (2021), a trajetória de Carlota Carvalho esteve profundamente vinculada ao ambiente cultural maranhense, marcado pela circulação de ideias positivistas, pelo fortalecimento da imprensa e pela valorização da escrita como instrumento de intervenção social. A autora destacou que Carlota Carvalho construiu sua formação a partir de leituras, da prática docente e do contato com outros intelectuais, configurando um percurso que não se limitou aos espaços formais de escolarização, mas se estendeu aos círculos culturais e educacionais que frequentava.

Esse processo de formação dialoga com a noção de intelectual proposta por Sirinelli (2003), para quem o intelectual se constitui na confluência entre produção simbólica, engajamento público e pertencimento às redes de sociabilidade. Carlota Carvalho, ao se inserir nesses circuitos, apropriou-se de linguagens e referências que lhe permitiram intervir no debate educacional e cultural do Maranhão.

A atuação de Carlota Carvalho como professora ocupou lugar central em sua trajetória intelectual. Conforme analisam diferentes autores (Lima, 2021, Silva 2021 e Santos 2014), o magistério não representou apenas um meio de subsistência, mas um espaço privilegiado de reflexão e elaboração de ideias. A sala de aula, nesse sentido, funcionou como laboratório pedagógico e intelectual, no qual se articularam práticas educativas e concepções sobre sociedade, moral e civismo.

A trajetória docente de Carlota Carvalho inseria-se em uma tradição familiar profundamente vinculada ao magistério e à circulação do saber no sertão maranhense e na região amazônica. Carlota Carvalho, seus irmãos Parsondas e Emídio de Carvalho, assim como o avô paterno, exerceram a docência em diferentes localidades dessas regiões, evidenciando a centralidade da educação como prática social e estratégia de inserção intelectual da família Carvalho (Carvalho, 2000; 2011; 2017). Essa configuração familiar aproxima-se do que Sirinelli (2003) denominou de meios intelectuais, nos quais o capital cultural era transmitido e reelaborado no interior de redes de sociabilidade.

A constituição intelectual de Carlota Carvalho pode ser compreendida assim à luz de uma tradição familiar voltada ao saber e à valorização da cultura escrita. Como já apontado, sua formação inicial ocorreu em um ambiente doméstico impregnado por práticas letradas, herança de uma linhagem de professores autodidatas, poetas e homens públicos (Carvalho, 2000; 2011; 2017). O avô paterno, José Joaquim de Carvalho, fundou uma escola onde ministrava disciplinas como gramática, latim e aritmética, um feito notável para o contexto do interior maranhense oitocentista, mas que revelou o capital cultural acumulado por essa família (Bourdieu, 1996).

A atmosfera doméstica, marcada por colóquios intelectuais e estímulo à leitura, foi decisiva na construção de uma identidade letrada desde a infância, conforme a própria Carlota Carvalho lembrou: “cresci entre os livros, num ambiente onde se respirava cultura” (Carvalho, 2000, p. 169-170). Tal vivência remete ao conceito de “socialização secundária” (Berger; Luckmann, 2004), em que o saber é transmitido não apenas pela escola formal, mas também por meio das práticas culturais do lar.

Conforme apontaram Perrot (2005) e Chartier (1990), o espaço doméstico foi, para muitas mulheres do século XIX, o primeiro e muitas vezes único local de formação intelectual, especialmente em uma sociedade que ainda restringia o acesso feminino à educação institucionalizada. No caso de Carlota, essa tradição familiar permitiu que meninas também fossem iniciadas nas letras, como ela mesma afirmou

ao mencionar as tias que estudavam e memorizavam as conversas e histórias ouvidas em família, o que evidenciava uma forma de transmissão do saber baseada também na oralidade, conforme teorizado por Le Goff (2003) em suas análises sobre as culturas tradicionais.

A consolidação da formação docente de Carlota Carvalho se deu com sua ida para Belém do Pará em 1884, ainda adolescente, com o objetivo de frequentar o curso Normal, como descrito em seus escritos publicados no *Diário de São Luiz* (1920 a 1949)⁹. Essa trajetória educativa esteve inserida num movimento mais amplo de institucionalização dos cursos normais no Brasil oitocentista, impulsionado por reformas educacionais que visavam formar professores para as escolas públicas primárias (Saviani, 2008; Fonseca, 1997).

A Escola Normal do Pará, por sua vez, foi criada oficialmente em 1874 e oferecia um currículo pautado em disciplinas como gramática, pedagogia, geografia, história do Brasil e desenho linear, conhecimentos considerados essenciais à formação do magistério primário (Pará, 1875; *O Liberal do Pará*, 1882)¹⁰.

Todavia, assim como apontado por Louro (2007), é importante destacar que os cursos de formação docente voltados às mulheres eram estruturados a partir de um modelo pedagógico que promovia uma aprendizagem marcadamente “feminina”, profundamente influenciada por ideais de domesticidade e maternidade.

Nesse contexto, valorizavam-se atributos como a brandura, a docilidade e a doçura, concebidos como qualidades “naturais” do feminino e, portanto, adequadas ao exercício do magistério. Tal concepção contribuía para a compreensão da docência como uma extensão das funções desempenhadas no espaço doméstico, o que Ferreira (1998, p. 49) denominou de “maternagem pedagógica”, ao subordinar a profissão docente às tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres no lar.

Conforme analisa Louro (2007, p. 450), “a escola não apenas recebia mulheres, mas produzia uma forma específica de ser professora, profundamente articulada às

⁹ DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Diário de São Luiz. São Luiz (MA), 1920–1949. Acervo digital disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

¹⁰ O periódico *O Liberal do Pará*, ao qual se referem as reportagens oitocentistas analisadas nesta pesquisa, não se confunde com o jornal homônimo em circulação na atualidade. *O Liberal do Pará* constituiu-se como um jornal paraense do século XIX, com edições registradas ao menos entre 1869 e 1889, conforme acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Já o atual *O Liberal* foi fundado em 1946, em Belém, configurando-se como um empreendimento jornalístico distinto, tanto do ponto de vista histórico quanto editorial, sem continuidade direta com o periódico oitocentista.

representações de feminilidade vigentes na sociedade”, reforçando a associação entre ensino, cuidado e vocação materna.

Após a sua formação, Carlota Carvalho exerceu, juntamente com o irmão Emídio de Carvalho, o magistério na ilha de Bailique, pertencente à Comarca de Macapá, em escolas de primeiras letras criadas pela Lei Provincial nº 1285, de 13 de dezembro de 1886 (Lima, 2021; Silva, 2021). Essas instituições destinavam-se ao ensino de conteúdos básicos, conforme descrito na legislação: “duas escolas de ensino primário, compreendendo Gramática, Geografia e História do Brasil e Aritmética, sendo uma para o sexo masculino e uma para o sexo feminino” (Carvalho, 2017, p. 341).

Conforme Silva (2021), a atuação de Carlota Carvalho e Emídio nessas escolas foi corroborada pelo relatório do presidente da província do Pará, Joaquim da Costa Barradas, de 17 de março de 1887. Nele foi informado que, à exceção da paróquia, os demais serviços públicos da localidade já se encontravam em funcionamento, inclusive as escolas, com professores devidamente nomeados: “Com exceção da paróquia, que ainda depende da designação do sacerdote, funcionam já ali empregados (professores) por mim nomeados” (Pará, 1887, p. 11).

Esse registro documental indicou que Carlota Carvalho já se encontrava em efetivo exercício da docência em 1887. Ainda que não se conheça com precisão sua idade à época, tal dado permitiu supor que ela tivesse cerca de 25 anos, idade socialmente aceita para o exercício do magistério feminino no período, conforme assinalou Priore (2009) ao analisar os limites e permissões impostos às mulheres no espaço público oitocentista.

Carlota Carvalho, assim como seu irmão Emídio, foram oficialmente nomeados pelo Ato Provincial de 5 de janeiro de 1887, recebendo seus títulos em 21 de janeiro do mesmo ano, conforme despacho do Tesouro da Província do Pará publicado no Diário de Notícias de Belém. Tratava-se de um marco relevante, pois Carlota Carvalho tornou-se a primeira professora do arquipélago de Bailique, atualmente território do estado do Amapá. A própria autora atribuiu a esse acontecimento um significado histórico, ao afirmar: “Fomos os primeiros professores que o Brasil enviou à terra em que só tinham terçado armas de guerreiros portugueses, holandeses e ingleses no século XVII” (Carvalho, 2011, p. 294).

A permanência de Carlota Carvalho na região estendeu-se por aproximadamente dois anos. Durante esse período, diante das dificuldades estruturais

da ilha de Bailique, ela sugeriu a transferência da sede da escola para a ilha de Curuá, maior e mais habitada, também integrante do arquipélago. Segundo a autora, a mudança se justificava pela quase inexistência de moradores, pela ausência de edificações adequadas para a escola e, sobretudo, pela precariedade do acesso à água potável:

Além de ser quase desabitada é inconveniente pela dificuldade de apanhar água potável e bebível, mandada buscar em barco movido a vela no meio do Canal Grande, e esta mesmo é tão salobra que dá gosto desagradável o café feito com ela pela manhã (Carvalho, 2017, p. 342).

A solicitação foi atendida pelo presidente da província, que confirmou a transferência no relatório de 17 de março de 1887, justificando a decisão pelas melhores condições ambientais e demográficas da ilha de Curuá: “Quanto às escolas, attendendo ao que me representaram os professores, (Carlota e Emygdio Carvalho) transferi-os para a ilha de Curuá [...] por ser maior a população que está no caso de frequentar as escolas”¹¹ (Pará, 1887, p. 11–12).

Segundo Silva (2021), além de sua atuação pedagógica, Carlota Carvalho revelou sensibilidade diante das condições sanitárias da região. Em meio a uma epidemia de cólera, solicitou à Inspetoria de Higiene tubos de “linfa vacínica”, pedido que foi atendido, conforme relatório do vice-presidente da província, de 6 de maio de 1888, evidenciando a atuação da professora também como agente de cuidado e proteção da comunidade escolar.

Durante sua permanência na região amazônica, Carlota Carvalho enfrentou sérios problemas de saúde, o que a levou a solicitar licença para tratamento médico. Em relato publicado no Diário de São Luiz, no capítulo “Desiderio”, a autora descreve suas condições físicas e o isolamento vivido na ilha: “Sentira-me doente. Desarranjos do estomago regular, mau funcionamento do baço, algumas visitas de febre intermitente [...] Pedi licença de tres mezes para hir tratar-me na capital” (Diário de São Luiz, 1924, p. 1).

Apesar disso, foi alvo de denúncia por suposto abandono do cargo, o que mobilizou a comunidade local. Os pais dos alunos organizaram um abaixo-assinado, com 67 assinaturas, atestando sua assiduidade, conduta moral e efetivo exercício do magistério desde a nomeação (Diário de Belém, 1888, p. 2). Tal episódio, em nosso

¹¹ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

entendimento, revelava o reconhecimento social de Carlota Carvalho enquanto professora, além de evidenciar as tensões institucionais que marcavam o exercício da docência feminina.

Após sucessivas transferências, exonerações e demissões, muitas delas sem justificativas claras, Carlota Carvalho e seus irmãos passaram a acompanhar Parsondas de Carvalho, que atuava como jornalista e advogado provisionado no Pará e no Amapá. Parsondas destacou-se por sua atuação intelectual e política, alinhada a ideais liberais e à defesa da causa indígena, o que lhe rendeu perseguições e prisões, como registrado pela imprensa da época (Carvalho, 2011; 2017; Lima, 2021; Silva 2021 e Santos, 2014).

No retorno ao Maranhão, especialmente no sul do estado, Carlota Carvalho passou a atuar como professora itinerante, prática comum no sertão, conforme analisa Lima (2021). Esses docentes exerciam o magistério em escolas criadas por iniciativa particular, geralmente instaladas em fazendas, atendendo alunos de diferentes idades em salas multisseriadas, em contextos nos quais o Estado se fazia ausente.

Essa atuação foi posteriormente registrada por Augusto de Oliveira Milhomem (1995), que foi aluno de Carlota Carvalho na fazenda Campo Alegre, em 1931. O memorialista descreveu a organização da escola, a didática da professora e a metodologia de alfabetização, ressaltando sua competência pedagógica e o domínio dos conteúdos. Sobre a descrição da metodologia, por exemplo, lembrou a prática de uma abordagem sequenciada e visual da alfabetização, com usos de cartilhas ilustradas, ditados e decorebas da tabuada, práticas típicas da pedagogia tradicional da época, como já apontavam autores clássicos como Pestalozzi e, mais recentemente, Libâneo (1994)¹².

A trajetória de Carlota Carvalho, portanto, revelou uma intelectual que transitou entre o magistério público, à docência itinerante, a escrita histórica e a militância intelectual, enfrentando resistências institucionais e simbólicas. Sua vida evidenciou

¹² Milhomem (1995) mencionou ainda a polêmica em torno da autoria de *O Sertão*, revelando disputas simbólicas que acompanharam a trajetória da autora. Sobre isso, um dos episódios mais emblemáticos dessas disputas foi o chamado “caso do regador”, utilizado por alguns contemporâneos como tentativa de desqualificar Carlota Carvalho intelectualmente. Lima (2021), contudo, ressignificou esse episódio ao demonstrar que o objeto referido era, na verdade, um utensílio de higiene íntima feminina, evidenciando o preconceito contra mulheres cultas em contextos rurais e de como determinados símbolos ligados ao feminino foram estigmatizados em razão dos tabus e do silenciamento do corpo feminino, como discutem Scott (1990) e Perrot (2005). Esta última inclusive nos lembrou que certas práticas femininas eram utilizadas como instrumentos de controle e deslegitimação das mulheres no espaço público.

os limites impostos às mulheres, mas também as estratégias por elas construídas para permanecerem atuantes no campo educacional e intelectual, rompendo silêncios e afirmando-se como sujeito histórico.

Tal compreensão aproximou Carlota Carvalho do modelo de professor-intelectual discutido por Nóvoa (1992). Segundo o autor, os docentes produzem saberes a partir de sua experiência profissional, contribuindo para a constituição de um pensamento pedagógico situado historicamente. A prática docente de Carlota Carvalho, portanto, alimentou sua escrita e orientou sua interpretação do sertão e da realidade maranhense.

Lima (2021) e Silva (2021) destacaram que a inserção de Carlota Carvalho em diferentes instituições e espaços educativos ampliou sua rede de contatos, favorecendo o intercâmbio de ideias e o reconhecimento de sua atuação. Tais redes foram fundamentais para a circulação de seus textos e para a consolidação de sua imagem como professora e escritora.

Pensando em sua produção, a escrita de Carlota Carvalho constituiu um dos elementos centrais para a compreensão de sua trajetória intelectual. Entre seus escritos destaca-se a obra *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil* (1924), em um contexto no qual o interior maranhense era frequentemente representado de forma estigmatizada, associado ao atraso, à barbárie e à marginalidade em relação aos centros urbanos. Conforme analisaram Lima (2021) e Pachêco Filho (2014), a escrita de Carlota Carvalho configurou-se como um esforço consciente de ressignificação do sertão, apresentando-o como espaço histórico, social e cultural dotado de racionalidade e protagonismo histórico.

Em tal obra, Carlota Carvalho mobilizou descrições geográficas, narrativas históricas e observações de cunho social, articulando diferentes registros discursivos. Essa estratégia evidencia o que Roger Chartier definiu como práticas de escrita situadas, nas quais o texto é produto de condições históricas específicas e de disputas simbólicas em torno da representação da realidade. A autora escreveu a partir de sua experiência docente e de seu pertencimento regional, conferindo legitimidade à sua narrativa.

Lima (2021), Silva (2021) e Santos (2014), destacaram que a escrita de Carlota Carvalho não se limitava à descrição factual, mas assumiu caráter interpretativo, ao analisar acontecimentos históricos e dinâmicas sociais do sertão maranhense. Em passagem significativa, Lima (2021, p. 112) observou que Carlota Carvalho buscou

"recompor, por meio da escrita, uma memória histórica regional capaz de confrontar leituras hegemônicas e excludentes". Essa postura inseriu a investigada no campo da história intelectual, na medida em que sua escrita dialogava com projetos culturais e políticos mais amplos.

A consolidação da trajetória intelectual de Carlota Carvalho esteve profundamente associada às redes de sociabilidade que ela estabeleceu no meio cultural maranhense. Conforme demonstrou Lima (2021) e Silva (2021), tais redes foram fundamentais para a circulação de seus escritos, para o reconhecimento de sua autoridade intelectual e para a publicação de *O Sertão*.

Entre essas relações, destacava-se o vínculo com o professor e intelectual maranhense Nascimento de Moraes. Sua atuação no campo educacional e sua inserção em circuitos letrados contribuíram para a legitimação do trabalho de Carlota, seja por meio do incentivo à escrita, seja pela mediação com outros intelectuais e instituições (Lima, 2021; Silva, 2021). Essa dinâmica confirmou a análise de Sirinelli (2003), segundo a qual as redes de sociabilidade constituem espaços privilegiados de produção e validação do saber intelectual.

Outro nome relevante foi o de seu irmão mais velho João Parsondas de Carvalho, cuja atuação intelectual e política se articulou aos esforços de valorização da cultura regional. Lima (2021) apontou que a proximidade entre Parsondas e Carlota Carvalho favoreceu o fortalecimento de um projeto comum de afirmação do sertão maranhense como objeto legítimo de estudo e de escrita histórica, evidenciando como os laços familiares e intelectuais se entrecruzavam na constituição dessas redes.

Luís Murat também ocupou lugar de destaque nesse circuito. Seu prefácio e suas apreciações críticas sobre os escritos de Carlota Carvalho funcionaram como dispositivos de consagração simbólica, conferindo visibilidade e autoridade à autora em um campo predominantemente masculino. Esse tipo de mediação crítica revelou a importância dos intelectuais já reconhecidos na legitimação de novas vozes no espaço público letrado (Lima, 2021; Silva, 2021).

Por outro lado, a trajetória de Carlota Carvalho deve ser analisada à luz das relações de gênero que estruturavam o campo intelectual no Maranhão. A presença feminina nos espaços de produção do saber era marcada por restrições simbólicas e institucionais, o que tornava a escrita e a atuação pública das mulheres um gesto de transgressão.

Lima (2021) evidenciou que Carlota Carvalho construiu estratégias específicas de legitimação, ancoradas na docência, na escrita histórica e na inserção em redes de sociabilidade masculinas. Ao publicar *O Sertão*, a autora rompeu com expectativas sociais que confinavam as mulheres ao espaço doméstico, afirmando-se como sujeito produtor de conhecimento.

Essa análise dialoga com Perrot (2005), para quem a escrita feminina representava não apenas uma prática cultural, mas uma forma de resistência e afirmação de autoridade. Carlota Carvalho, nesse sentido, inscreveu-se como uma intelectual que negociou permanentemente seu lugar no campo letrado, utilizando a educação e a escrita como instrumentos de intervenção social.

Assim, a trajetória intelectual, docente e escritora de Carlota Carvalho nos permitiu compreender as múltiplas dimensões de sua atuação no Maranhão entre o final do século XIX e o início do século XX. Sua produção escrita, especialmente *O Sertão*, evidenciou um projeto intelectual comprometido com a valorização da história e da identidade regional.

A trajetória de Carlota Carvalho nos permitiu apreender as múltiplas dimensões de sua atuação no Maranhão entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Sua produção escrita evidenciou um projeto intelectual orientado pela valorização da história regional, pela afirmação da identidade sertaneja e pela inscrição do interior maranhense na narrativa mais ampla da formação nacional. Contudo, essa atuação pode ser analisada para além de uma perspectiva biográfica ou meramente descritiva, sendo produtivo interpretá-la à luz das categorias teóricas de estratégia e tática (Certeau, 1994).

Ao estabelecer a distinção entre estratégia e tática, Certeau (1994) propõe compreender as práticas sociais a partir das posições ocupadas pelos sujeitos nas estruturas de poder. A estratégia corresponde às ações desenvolvidas por instituições ou agentes que dispõem de um “lugar próprio”, isto é, de uma base institucional consolidada a partir da qual podem organizar, controlar e planejar intervenções no espaço social. Trata-se de uma racionalidade associada à estabilidade, à delimitação de fronteiras e à produção de normas. A tática, por sua vez, caracteriza-se como a arte de operar no terreno do outro. É própria daqueles que não detêm esse lugar institucional de poder e, por isso, precisam agir nas brechas do sistema, aproveitando ocasiões, circunstâncias e oportunidades contingentes.

Aplicada ao caso de Carlota Carvalho, essa distinção nos permite problematizar sua inserção no campo intelectual maranhense. No período em questão, o universo letrado encontrava-se estruturado majoritariamente sob domínio masculino e vinculado a instâncias estratégicas de legitimação, como academias literárias, instituições históricas e redes políticas consolidadas. Como mulher, professora e escritora oriunda do sertão maranhense, Carlota Carvalho não ocupava, *a priori*, um lugar institucionalmente garantido nesse campo. Sua autoridade discursiva precisou ser construída em meio a condicionantes de gênero e às hierarquias simbólicas que regulavam o acesso à palavra pública.

Nesse contexto, sua atuação pode ser compreendida como atravessada por práticas táticas. Ao transitar entre o magistério, a imprensa e a escrita historiográfica, Carlota Carvalho apropriou-se dos espaços disponíveis para afirmar sua presença intelectual (Certeau, 1994; Lima, 2021; Santos, 2014; Silva, 2021).

A publicação de artigos, a participação em redes de sociabilidade letrada e a elaboração de uma obra como *O Sertão* configuram movimentos de ocupação de brechas no interior de um campo que não lhe era plenamente favorável. Ao escolher o sertão como objeto central de sua análise, um território frequentemente marginalizado pelas narrativas hegemônicas, a autora produziu um deslocamento simbólico, reinscrevendo-o como espaço legítimo de produção histórica e cultural.

Assim, pode-se sustentar que Carlota Carvalho mobilizou ações táticas para conquistar visibilidade e reconhecimento no cenário intelectual de seu tempo. Sua escrita não se apresenta como enfrentamento direto das estruturas estratégicas que organizavam o campo letrado; antes, opera por meio da apropriação de linguagens, gêneros e formatos reconhecidos, como o tratado histórico-geográfico, para introduzir uma perspectiva própria. Trata-se de uma forma de agir que combina adaptação às regras do jogo intelectual com a invenção de possibilidades no interior dessas mesmas regras (Certeau, 1994).

Dessa maneira, a leitura da trajetória de Carlota Carvalho à luz da tensão entre estratégia e tática de Certeau (1994) contribuiu para compreendermos sua inserção no campo intelectual como prática situada e relacional. Mais do que simples exceção feminina em um ambiente masculinizado, sua atuação revela como sujeitos posicionados em condições menos favorecidas podem, por meio de operações táticas, produzir deslocamentos significativos na ordem simbólica, assegurando para si um lugar no debate intelectual e na memória historiográfica regional (Lima, 2021).

A docência, a escrita e as redes de sociabilidade constituíram pilares fundamentais para a consolidação de sua trajetória, possibilitando a circulação e a legitimação de seus textos em um contexto marcado por desigualdades de gênero. Carlota Carvalho emergiu assim como uma figura central para a história da educação e da cultura maranhense, cuja trajetória ampliou a compreensão sobre a presença feminina no campo intelectual brasileiro.

Ao mesmo tempo, como foi possível observar, a atuação educacional e intelectual de Carlota Carvalho refletiu as tensões do tempo histórico em que viveu. Ao escrever *O Sertão* (1924), ela rompeu com o silêncio imposto às mulheres e ofereceu uma narrativa crítica sobre o abandono educacional das populações sertanejas, demonstrando sensibilidade social e engajamento político (Carvalho, 2000). Seu testemunho sobre os professores letrados que enfrentavam a precariedade para levar o saber às regiões mais distantes do país nos permitiu compreender a importância de suas contribuições no campo da educação popular.

3.2 O irmão Parsondas de Carvalho

O século XIX brasileiro foi caracterizado por intensas transformações no campo sociocultural, incluindo o processo de institucionalização da literatura e o surgimento de espaços que, embora ainda limitados, começaram a ser ocupados por mulheres. Nesse contexto, novas produções e circulação de conhecimentos históricos e educacionais também se fizeram presentes de diferentes formas.

É considerando tal cenário que buscamos analisar os contatos e as relações estabelecidas por Carlota Carvalho pensando-as enquanto “redes de sociabilidade” e trazendo essa categoria analítica para a compreensão da produção e circulação de certos conhecimentos históricos e educacionais. Isso porque, conforme Burke (1992), os saberes se constroem e se legitimam por meio de relações sociais que envolvem instituições, grupos e indivíduos, especialmente em contextos nos quais a escrita e a publicação não são amplamente acessíveis.

João Parsondas de Carvalho foi um desses contatos presente nas redes de sociabilidade de Carlota Carvalho. Ele era o seu irmão mais conhecido. Ele foi um intelectual sertanejo que viveu entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. Parsondas era “[...] filho de Riachão. Inteligente, autodidata, jornalista de profissão, escritor, filósofo, sertanista, membro do Instituto Histórico e

Geográfico do Estado do Maranhão. Colaborou em *A Pacotilha* (1880 a 1939)¹³, em São Luís, e *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro (Dino, 2006, p. 21). Além disso, colaborou no jornal *Diário do Grão-Pará*, jornal do *Commercio*, *Correio Paraense* e *Diário de Notícias*, conforme reportagem do jornal *A Pacotilha*, de 24 de outubro de 1896 (p.1). Nos dois últimos impressos, atuou como redator-chefe (*A República*, 05 de março de 1893, p.1), tendo sido também juiz de direito (*A República*, 04 de agosto de 1891; *O Democrata*, 02 de novembro de 1893).

Na capital paraense, Parsondas de Carvalho destacou-se também no campo jornalístico, atuando como colaborador em importantes periódicos, tais como o *Diário do Grão-Pará*, o *Jornal do Commercio*, o *Correio Paraense* e o *Diário de Notícias*, conforme registrado pelo jornal *A Pacotilha*, em 24 de outubro de 1896 (p. 1). Nos dois últimos periódicos, exerceu ainda a função de redator-chefe, evidenciando sua posição de relevo no meio intelectual e jornalístico da época (*A República*, 05 mar. 1893, p. 1).

Em Belém, Parsondas conquistou notoriedade por sua intensa atuação intelectual e por sua postura política de inclinação socialista, integrando um círculo de intelectuais e literatos que incluía Bento Aranha, Juvenal Tavares, Eugênio Ataliba, bem como os poetas Natividade Lima e João Nilson. Paralelamente à atividade jornalística, atuou como advogado tanto no Pará quanto no Amapá, tornando-se amplamente conhecido por sua crítica incisiva e pelos embates públicos travados por meio da imprensa.

Essa atuação combativa lhe acarretou perseguições políticas, entre as quais se destaca a repressão promovida pelo então governador Lauro Sodré, em razão do posicionamento de Parsondas de Carvalho em defesa da causa indígena, especialmente no que se refere às disputas pela posse da terra (Carvalho, 2000; 2011; 2017).

O trabalho como jornalista, advogado provisionado e intelectual sertanejo inseriu-o em circuitos letrados fundamentais, compostos por jornais, associações culturais, instituições políticas e redes de amizade, que funcionaram como espaços de legitimação e difusão do conhecimento, incluindo aqueles produzidos por sua irmã (Lima, 2021; Silva, 2021). A literatura especializada tem demonstrado que, nesse período histórico, a circulação de ideias estava profundamente vinculada às relações

¹³ Disponível em: <https://agendamaranhao.com.br/2025/11/07/10876/>

peçoais e aos vínculos familiares, sobretudo em contextos periféricos aos grandes centros urbanos (Burke, 1992; Sirinelli, 2003), como já apontado.

No contexto da trajetória de Carlota Carvalho, o seu irmão Parsondas de Carvalho ocupou lugar central em sua rede de sociabilidade intelectual que possibilitou a construção de certas relações sociais e a circulação dos seus escritos no cenário cultural do Maranhão e da Amazônia no final do século XIX e início do século XX.

No Maranhão, essas redes foram compostas por jornalistas, professores, políticos, advogados provisionados e membros de institutos históricos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua filial maranhense, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM).

[...] é importante destacar o fato de o IHGB ser, naquela época, um dos principais *locus* de fala sobre o Brasil [...] Então, a maior parte dos intelectuais brasileiros estava direta ou indiretamente vinculada a este lugar social de fala sobre a nação e também sobre suas regiões. Os intelectuais maranhenses aqui analisados - Parsondas de Carvalho, Carlota Carvalho [...] - certamente estavam atentos aos debates e leituras veiculados no Instituto. Mesmo concentrados nas questões regionais, em seus estudos não poderiam estar completamente fora de visões comuns com outros intelectuais. Os vínculos entre seus trabalhos e sua forma de abordagem com a produção ribeiriana, publicada no IHGB, mostra uma ligação entre a instituição carioca e os intelectuais maranhenses (Santos, 2014, p. 169).

Santos (2014) evidenciou que Parsondas de Carvalho esteve atento aos debates intelectuais veiculados nessas instituições, ainda que sua produção se concentrasse nas questões regionais, bem como sua irmã, Carlota Carvalho que é apresentada no mesmo patamar como intelectual. Vale ressaltar que Carlota Carvalho foi sócio fundadora do IHGM, fato que se comprova no jornal de São Luís, *Pacotilha*, de abril de 1938, na relação de nomes da referida instituição, fundada em 02 de dezembro de 1925.

João Parsondas de Carvalho foi, até meados do século XX, uma das figuras intelectuais mais reconhecidas dos sertões maranhenses. Ele construiu sua reputação a partir do contato direto com a realidade regional, percorrendo extensas áreas do Maranhão, do Pará e de Goiás, o que lhe conferiu profundo conhecimento da geografia, da cultura e das dinâmicas sociais sertanejas.

A inserção de Parsondas de Carvalho em diferentes espaços de sociabilidade, como a imprensa, permitiu a circulação de suas narrativas sobre o sertão maranhense, contribuindo para a construção de um imaginário regional que também

seria mobilizado por Carlota Carvalho em seus escritos. Sua atuação na imprensa regional e nacional, incluindo jornais da então capital federal, o Rio de Janeiro, inseriu-o em circuitos letrados amplos, responsáveis pela difusão de ideias e pela formação da opinião pública.

Essa inserção em redes jornalísticas e institucionais permitiu que Parsondas acumulasse capital intelectual e simbólico, tornando-se uma referência para seus contemporâneos. Mesmo após o progressivo esquecimento de seu nome, sua influência permaneceu de forma indireta, sobretudo por meio dos escritos e da memória regional que ajudou a construir. Tal posição o colocou como um mediador cultural, isto é, um sujeito capaz de transitar entre diferentes espaços sociais e intelectuais, articulando saberes, discursos e possibilidades de circulação textual.

Quanto à parceria, presença e influência na trajetória de Carlota Carvalho, cabe destacarmos que foi ao lado desse irmão, além de Emídio de Carvalho, que Carlota Carvalho teve os acontecimentos mais marcantes de sua trajetória social. Foi também com Parsondas que ela passou a maior parte da sua vida (Renôr, 2006). Apesar disso, esse irmão não deve ser compreendido como uma figura masculina dominante que obscureceu a produção intelectual de Carlota Carvalho. Na verdade, ele foi um mediador cultural que, ao mesmo tempo em que transitava em espaços públicos tradicionalmente masculinos, contribuiu para que Carlota Carvalho tivesse acesso a redes de sociabilidade com outros intelectuais.

Dentre os diferentes momentos de grande proximidade entre eles, vale destacarmos aquele que se seguiu à demissão de Carlota Carvalho do cargo de professora normalista da freguesia de Veiros, conforme reportagem do jornal *O Liberal do Pará*, de 21 de setembro de 1889 (Silva, 2021). Apesar de não sabermos exatamente os motivos que levaram à sua demissão, foi a partir daí que ela e o irmão Emídio Carvalho passaram a acompanhar o irmão Parsondas de Carvalho, que atuava como jornalista e advogado provisionado no Amapá e em Belém do Pará (Carvalho, 2017), possibilitando um convívio entre eles.

A atuação de João Parsondas de Carvalho foi decisiva para a visibilização intelectual e literária de sua irmã, Carlota Carvalho, sobretudo no que se refere à inserção da autora nas redes de sociabilidade letrada do Maranhão, do Pará e do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Essa mediação fraterna não se restringiu a um apoio afetivo, mas configurou-se como uma estratégia concreta de

circulação simbólica, editorial e jornalística, fundamental em um contexto histórico marcado por fortes restrições à presença feminina no espaço público da escrita.

João Parsondas, já integrado ao circuito da imprensa e da intelectualidade regional, atuou como elo entre Carlota Carvalho e os espaços legitimadores da cultura escrita. Sua experiência como jornalista e redator em periódicos do Norte do país permitiu que a produção intelectual da irmã fosse apresentada, comentada e legitimada por meio da imprensa, principal meio de consagração literária do período. Tal dinâmica confirma a noção de redes de sociabilidade intelectuais enquanto “conjuntos de relações interpessoais que estruturam a produção, a circulação e a recepção das ideias” (Sirinelli, 2003), nas quais os vínculos familiares também desempenham papel central.

A imprensa maranhense de 1924 oferece um exemplo claro dessa mediação. Em reportagem publicada no *Diário de São Luiz*, João Parsondas anuncia publicamente o projeto editorial de Carlota Carvalho, conferindo-lhe expectativa social e reconhecimento prévio. Segundo a matéria, ele afirma que a irmã “irá publicar um novo livro, *Factos e Contos*”, revelando não apenas a obra em gestação, mas também mobilizando o interesse do público leitor e dos círculos intelectuais locais (Diário de São Luiz, 27 jul. 1924, p. 4). Essa citação direta evidencia como Parsondas de Carvalho operava como porta-voz autorizado da escritora, função estratégica em um campo literário predominantemente masculino.

Além do anúncio editorial, a atuação de João Parsondas contribuiu para inserir Carlota Carvalho em uma rede ampliada de reconhecimento intelectual. Ao transitar entre diferentes jornais e círculos letrados, ele favoreceu a recepção crítica da obra da irmã, criando condições para que outros intelectuais comentassem seus escritos.

Esse movimento pode ser observado na repercussão de *Factos e Contos* na imprensa. Em 10 de dezembro de 1924, o jornalista Avelino Rezende, no mesmo periódico, registra: “A exímia escriptora maranhense D. Carlota Carvalho entregou à typographia do Diario de São Luiz um volume de contos e narrativas históricas, em que revela fino senso de observação e amor às tradições do Norte” (Diário de São Luiz, 10 dez. 1924, p. 1). Embora a autoria do comentário seja de Rezende, a visibilidade alcançada pela obra está diretamente relacionada ao trabalho prévio de divulgação e articulação realizado por Parsondas de Carvalho.

Tal parceria, todavia, acabou criando uma questão para a historiografia posteriormente. Isso porque, para alguns, o livro *O Sertão* seria uma obra do irmão Parsondas e não de Carlota Carvalho.

No campo dos estudos sobre a obra *O Sertão*, observa-se a presença de um conjunto significativo de autores que questionam a intelectualidade e a capacidade autoral de Carlota Carvalho, chegando, em alguns casos, a classificá-la como iletrada. Entre esses autores, destacam-se Sálvio Dino (2006), Edelvira Marques de Moraes Barros (2012) e José Herênio de Souza (2017), cujas interpretações contribuíram para a construção de uma narrativa que deslegitima a autoria feminina da obra. Tal posicionamento suscita, contudo, um questionamento central: se Carlota Carvalho era iletrada, como explicar o fato de ter sido colaboradora do jornal *Diário de São Luiz* e figurar como membro e sócia-fundadora do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)?

É inegável que Carlota Carvalho não constitui uma unanimidade no meio literário e historiográfico. Parte da crítica não apenas questiona sua formação intelectual, como também recusa reconhecê-la como autora de *O Sertão*. O primeiro registro explícito dessa contestação aparece em reportagem publicada no *Diário de São Luiz*, em 17 de outubro de 1948, intitulada “*O Sertão e o seu verdadeiro autor*”. Nessa matéria, o jornalista Antenor Viana elogia a obra de forma sutil, mas evita reconhecer sua autora, estabelecendo comparações com os escritos de Euclides da Cunha:

[...] essa brilhante obra detalha com mais riquezas de informações sobre ‘os sertões’, mas Euclides da Cunha não reflexionou sobre a aplicação do título. E a falta mais grave praticou este brilhante escritor em outro livro, fantasiando uma foz do Amazonas ‘de água barrenta que ainda é rio e já parece mar [pororoca]’ (Diário de São Luiz, 1948, p. 1).

Essa comparação reaparece de modo ainda mais evidente na *Revista Ilustração Brasileira*, de fevereiro de 1945, na qual se afirmou que Carlota apresentava maior detalhamento do fenômeno da pororoca do que Euclides da Cunha:

Finalmente, a Sra. Carlota de Carvalho, que refutou a teoria de Euclides da Cunha sobre o sertão, escreve que, quatro dias depois da lua cheia, em frente à foz do Araguari, ouviu o formidável ronco, cuja origem parece, segundo a distinta escritora maranhense, ser devida a ‘causas físicas em ação conjunta’, e a forças físicas ainda desconhecidas. A Pororoca é mais imponente e mais

fragorosa entre Cabó Norte e a foz do Amazonas (*Revista Ilustração Brasileira*, fev. 1945, p. 5).¹⁴

Apesar desses reconhecimentos implícitos da qualidade da obra, Antenor Viana, na mesma reportagem de 1948, passa a desqualificar diretamente a autora:

Carlota de Carvalho, analfabeta na verdadeira acepção do termo, não poderia nunca escrever uma obra desse cunho e nem dissimular o mal que lhe fizera ao seu irmão, autor legítimo do livro em alusão a lhe querer dar a glória falsa de autora dessa obra tão importante (*Diário de São Luiz*, 1948, p. 2).

No livro *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*, Dino (2006) dedica um capítulo inteiro à figura de Carlota, atribuindo a autoria de *O Sertão* ao irmão e levantando, inclusive, a hipótese de que os dois viveriam “amancebados”, conforme relatos orais recolhidos pelo autor:

[...] Já que você insiste tanto em saber da vida dos finados, só posso adiantar que ela não era feia. Meio graúda, de pouca conversa com os vizinhos, parecia ser uma mulher viajada, mas não demonstrava ser de muitos saberes. O seu Parsondas era falador pelos cotovelos [...]” (DINO, 2006, p. 50).

Dino ainda apresenta Carlota como oportunista e usurpadora da obra do irmão: “Trazemos à superfície [...] pedaços de vida de uma exótica mulher que [...] viveu anos e mais anos inteiramente confinada à sombra do iluminado irmão, escritor festejado, autêntico guardião da cultura dos nossos sertões” (Dino, 2006, p. 56).

Essas narrativas associam a timidez e a postura reservada de Carlota Carvalho à sua suposta incapacidade intelectual, enquanto exaltam a extroversão de Parsondas como indício de superioridade cultural. Contudo, tais interpretações são tensionadas por documentos da imprensa. Em reportagem do *Diário de São Luiz*, de 06 de março de 1925, o jornalista Leonidas Duarte descreve seu encontro com os irmãos Carvalho durante uma viagem: “Senhora sympatica de estatura mediana, gorda, rosto vermelho, talvez queimado pela acção do sol carnicular, olhar expressivo, denunciando inteligencia e sutileza” (*Diário de São Luiz*, 06 mar. 1925, p. 2).

Na mesma matéria, Duarte reconhece Carlota como autora consagrada: “Tem empolgado o publico lêdor com suas belas producções descriptivas em jornaes e com o seu livro *O Sertão* de leitura agradável e surpreendente” (p. 2).

¹⁴ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

Outros indícios documentais confirmam a presença ativa de Carlota Carvalho em viagens junto de Parsondas de Carvalho, bem como em espaços públicos, como a lista de passageiros publicada no *Diário de São Luiz*, em 09 de janeiro de 1919, na qual constam os nomes de Carlota Carvalho e Parsondas de Carvalho, pouco antes da ida ao Rio de Janeiro, onde a obra seria publicada.

Conforme reconhecem Silva e Santos (2017), *O Sertão* se constituiu uma obra fundamental para a história e a geografia do Maranhão e da região amazônica, sendo inegável a autoria de Carlota Carvalho. Na mesma direção, os professores João Renôr Ferreira de Carvalho e Alan Kardec Pacheco Filho interpretam as tentativas de atribuir a autoria a Parsondas como manifestações de um posicionamento machista (Silva, 2021).

Para João Renôr, o estilo de Carlota é inconfundível: “[...] não é necessário ter instrução livresca ou acadêmica de qualquer espécie para perceber que Carlota Carvalho é original em tudo em que escreveu no seu livro” (Renôr *apud* Silva, 2021).

Esse reconhecimento aparece também na imprensa nacional. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 19 de janeiro de 1924, Carlota é apresentada como “a brasileira de maior cultura”: “Para esta senhora ilustre chamo a atenção de quantos desejarem estabelecer relações com ornamentos da nossa cultura intelectual [...] ‘é a brasileira de maior cultura’” (*Jornal do Brasil*, 1924, p. 5).

Por fim, conforme relata Raimundo Santos (2014), em entrevista com João Renôr, testemunhos orais indicam que Carlota Carvalho era reconhecida como professora competente e mulher culta, ainda que retraída, reforçando que a descrição de sua personalidade foi indevidamente convertida em argumento para negar sua intelectualidade.

Assim, a análise das fontes revela que a negação da autoria de *O Sertão* está menos relacionada a evidências documentais e mais a discursos de gênero que associam saber, escrita e legitimidade intelectual ao universo masculino, relegando Carlota Carvalho a um lugar de silêncio e invisibilização na história intelectual maranhense.

Assim, ao reafirmar a autoria de *O Sertão* como sendo de Carlota Carvalho, não se trata apenas de corrigir um equívoco historiográfico, mas de promover uma leitura crítica sobre os mecanismos de exclusão de gênero presentes na história da educação e da cultura. Parsondas de Carvalho, embora tenha desempenhado papel relevante como integrante da rede de sociabilidade da irmã, não pode ser alçado à

condição de autor da obra sem que isso implique a negação da competência intelectual feminina.

Na verdade, cabe destacarmos que apesar de Parsondas de Carvalho ter sido um importante articulador das redes de sociabilidade que favoreceram a publicação e a circulação dos escritos de Carlota Carvalho, a autoria de *O Sertão* deve ser inequivocamente atribuída à professora e escritora maranhense. Nesses termos, reconhecer Carlota Carvalho como autora é também reconhecer o protagonismo das mulheres na história da educação e da produção intelectual no Maranhão e na região amazônica, rompendo com narrativas excludentes e reafirmando a pluralidade dos sujeitos históricos.

3.3 Redes de sociabilidade e mediações intelectuais na publicação de *O Sertão*

3.3.1 Nascimento de Moraes

A produção intelectual de Carlota Carvalho deve ser compreendida a partir de um conjunto de relações sociais, culturais e institucionais que possibilitaram não apenas a elaboração de seus escritos, mas, sobretudo, sua circulação e publicação em um campo intelectual marcado por fortes assimetrias de gênero. Inserida no contexto maranhense do final do século XIX e início do século XX, a autora construiu sua trajetória em meio a redes de sociabilidade formadas por professores, jornalistas e intelectuais que atuavam simultaneamente nos espaços da educação e da imprensa. Nesse cenário, destaca-se a figura do professor Nascimento de Moraes, cuja atuação foi decisiva para o reconhecimento e a legitimação dos escritos de Carlota Carvalho, especialmente no que se refere à publicação do livro *O Sertão*.

O conceito de redes de sociabilidade intelectual, conforme Sirinelli (2003), permite compreender os intelectuais como sujeitos inseridos em circuitos de relações que envolvem amizade, colaboração, reconhecimento e pertencimento a determinados espaços culturais. Essas redes não se limitam a vínculos pessoais, mas estruturam a circulação das ideias e o acesso aos meios de publicação e consagração simbólica.

No Maranhão, tais redes se organizaram principalmente em torno da imprensa periódica, das instituições educacionais e dos debates sobre identidade regional e instrução pública. Carlota Carvalho esteve diretamente vinculada a esse ambiente,

participando de um circuito intelectual no qual jornais e revistas funcionavam como espaços privilegiados de divulgação e legitimação do saber (Lima, 2021; Silva, 2021).

Essas redes eram, entretanto, atravessadas por relações de poder e exclusão, especialmente no que diz respeito à presença feminina. Por causa disso, a inserção de Carlota Carvalho no campo intelectual maranhense só se tornou possível mediante o reconhecimento e a mediação de intelectuais já consolidados, como José do Nascimento Moraes, cuja posição social e acadêmica lhe conferia autoridade simbólica. O citado jornalista teria sido uma espécie de mediador simbólico e institucional no processo de consolidação da autora no campo intelectual maranhense.

Cabe destacarmos que Nascimento de Moraes (1872-1934) foi um intelectual influente, respeitado professor, crítico literário, contista e jornalista, atuando em diferentes jornais da imprensa maranhense, como *A Pacotilha*, *O Imparcial* e *Diário de São Luís*. Quanto aos jornais, deixou uma vasta colaboração em que utilizou diferentes pseudônimos nos principais periódicos da primeira metade do século XX no Maranhão. Ele foi inclusive o redator-chefe do jornal *Diário de São Luiz* (Cruz, 2021)¹⁵ e foi nesse espaço que ele deu oportunidade para que Carlota Carvalho pudesse trazer seus escritos.

Tal jornal, na verdade, foi um espaço importante para Carlota Carvalho, já que, nele, ao atuar como colaboradora, acabou por publicar a maior parte de seus artigos, de acordo com Lima (2021, p. 240). O registro da autora como colaboradora na imprensa aparece no jornal *O Diário de São Luiz*, do dia 16 de outubro de 1924 (p. 2), da seguinte forma: “D. Carlota Carvalho, brilhante autora do livro *O Sertão* [...] e colaboradora do *Diário*.”

Em outros termos, o periódico serviu como plataforma para que Carlota Carvalho pudesse divulgar suas ideias e pesquisas sobre o sertão maranhense. A presença de seus escritos na imprensa contribuiu para ampliar o alcance de sua obra e consolidar sua posição como intelectual. Um exemplo disso, temos reportagem do

¹⁵ Sua obra de maior destaque foi “*Vencidos e Degenerados*”, publicada em 1910 (Cruz, 2021) e que foi reeditada recentemente em São Luís De acordo com o pesquisador e crítico francês Mérian, Jean-Yves, que estuda a cultura maranhense *Vencidos e Degenerados* é mais que um romance, é uma crônica da vida de São Luís do Maranhão no final do século XIX e no começo do século XX (Mérian, Jean-Yves In: Moraes, 2000).

jornalista Avelino Rezende tece um comentário na imprensa maranhense no jornal *Diário de São Luiz*, de 10 de dezembro de 1924 (p.1), o qual destacamos abaixo:

A eximia escriptora maranhense d. Carlota Carvalho entregou á lypographia do Diario de S. Luiz os autógrafos do seu livro Factos e Contos, dos quais os leitores desta folha já conhecem algumas paginas brilhantes [...] Ainda e cedo para dizermos do valor deste trabalho cheios de uteis e valiosos ensinamentos, exarados numa linguagem simples e desataviada, que está á altura de todos os leitores, um livro que a mocidade estudiosa desta terra prestará inestimáveis serviços [...] Será prefaciada a obra pelo professor Nascimento Moraes.¹⁶

Sobre *O Diário de São Luís*, ele era um importante veículo de comunicação na época, sendo um difusor de destaque da cultura maranhense. Entre seus nomes, o periódico agregava intelectuais como o próprio diretor-chefe do jornal.

Além disso, apresentava a melhor estrutura gráfica e a maior circulação entre os veículos de imprensa da época. Ainda sobre o jornal, Lima (2021) destacou também que, segundo o catálogo dos Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Benedito Leite (1821-2007), ele teria sido “fundado em 1920, tornando-se, ao longo da década, o mais expressivo veículo de notícias do estado do Maranhão”.

Os escritos de Carlota Carvalho no *Diário de São Luís* teriam, inclusive, servido de matéria para o próprio jornal, evidenciando, a um só tempo, a importância do veículo para a propagação das obras da autora e o lugar da Carlota Carvalho na estrutura do periódico. Esse é o caso, por exemplo, da matéria publicada no mesmo jornal.

Intitulada “Bilhetes Cariocas” e assinada pelo pseudônimo Doncri¹⁷, em 21 de junho de 1924, a matéria se inseria no gênero da crônica epistolar-jornalística, muito comum na imprensa brasileira das primeiras décadas do século XX. Com uma escrita híbrida, que articulava observação cotidiana, comentário cultural e julgamento crítico, que assumia um tom coloquial, irônico e, por vezes, satírico, típico da crônica urbana, o título do bilhete sugeria que o remetente escrevia da capital federal, o Rio de Janeiro.

Conforme Doncri,

¹⁶ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

¹⁷ DONCRI - Pseudônimo João Crisóstomo de Souza - Em vez de usar seu nome, adotara um pseudônimo: Doncri, Doncri fez versos, fez uma antologia de Sonetos fundou uma revista literária, e tinha a singularidade, entre os escritores, de gostar de futebol (Jornal Do Brasil. Rio de Janeiro, 4 mar. 1981, p. 11).

O primeiro livro a aparecer será O sertão da illustre sra. Dona Carlota de Carvalho, sertaneja maranhense, sobre quem o grande Luiz Murat já escreveu dois artigos, terminando por perfilhar o conceito de um sabio allemão em polemica com a escriptora, no Para: que é a brasileira mais culta que elle conhece!

Esse livro virá preencher sensivelmente lacuna (la vai ala chapa!) de que se ressentem as nossas narrativas historicas. Reabilitará esse vulto extraordinario de sertanejo, Militão Bandeira de Barros, que anda imbecilmente deformado e calumniado como bandido e fascinora pelos nossos massudos cempanturrados compendios. Trata da balaiada desde os seus primordios, criticando e discutindo factos e typos de que não tivemos ainda a menor noticia.

Falla de Raymundo Gomes que, como diz a navel escriptora, abriu uma rua Targa à Liberdade. Será um livro grandioso, nem só historico como geographico, illustrado com mappas do sertão maranhense e boccas do Amazonas, versando sobre a Pmorphographia e physiographia.do Brazil.

Depois, conforme com o que me disse Parsondas de Carvalho, Dona Carlota publicará o livro Factos e contos.

Desde a frase inicial da citação, observa-se que o autor buscou atribuir centralidade à obra *O Sertão*, ao afirmá-la como o “primeiro livro” a aparecer. Tal formulação não é neutra: antecipa uma expectativa de relevância e inauguração no campo das narrativas históricas sobre o sertão. Paralelamente, ao se referir à autora como a “illustre sra. Dona Carlota de Carvalho”, o cronista opera escolhas lexicais carregadas de sentido. Os termos “illustre” e “senhora” articulam distinção intelectual e respeitabilidade social, enquanto a designação “sertaneja maranhense” inscreve a autora em um pertencimento regional que, longe de denotar atraso, é ressignificado como espaço legítimo de produção de saber. Tal movimento antecipa uma das teses centrais da própria obra de Carlota Olímpia de Carvalho, qual seja, a de deslocar o sertão da margem para o centro da reflexão histórica e geográfica.

O excerto revela, assim, um reconhecimento público explícito da autoria e da erudição de Carlota Carvalho, ao qualificá-la como “a brasileira mais culta”, juízo atribuído a um “sábio allemão” e legitimado pela mediação de Luís Murat, intelectual de circulação nacional. Esse reconhecimento inicial contrasta fortemente com a posterior negação de sua autoria, amplamente discutida na bibliografia, evidenciando como Carlota Carvalho foi alvo de preconceitos de gênero em um contexto no qual a produção intelectual feminina era sistematicamente desqualificada (Silva, 2021). Tal tensão confirma a análise de Louro (2007), segundo a qual mulheres que transgrediam o espaço doméstico e adentravam o mundo das letras frequentemente sofriam processos de silenciamento simbólico.

Outro aspecto central do excerto é a ênfase na dimensão crítica da obra *O Sertão* frente à historiografia oficial. Ao afirmar que o livro “virá preencher

sensivelmente lacuna” das narrativas históricas, o autor sinaliza a proposta revisionista de Carlota Carvalho. Conforme Motta (2002; 2008) e Dino (2006), a autora confronta os “compêndios massudos”, responsáveis por cristalizar versões estigmatizadas dos sujeitos sertanejos, especialmente no contexto da Balaiada. Nesse sentido, Carlota Carvalho se insere como uma intelectual combativa, cuja escrita desloca o olhar historiográfico para sujeitos e acontecimentos marginalizados, prática que Burke (1992) identifica como característica de abordagens críticas da história.

Essa perspectiva é reforçada quando o cronista destaca que a autora trata a Balaiada “desde os seus primórdios”, discutindo “factos e typos de que não tivemos ainda a menor notícia”. Tal afirmação sugere o caráter inovador da obra, que se propõe a ampliar o repertório historiográfico disponível, incorporando experiências e personagens silenciados pelas narrativas oficiais. A reabilitação de Militão Bandeira de Barros, descrito como injustamente deformado e caluniado, explicita a intenção de revisão histórica e de contestação das leituras consagradas.

Além disso, o texto valoriza o caráter interdisciplinar de *O Sertão*, descrito como obra simultaneamente histórica e geográfica, ilustrada com mapas do sertão maranhense e das bocas do Amazonas, e dedicada à morfografia e à fisiografia do Brasil. Essas observações reforçam que a obra extrapola os limites de uma narrativa memorialista, constituindo-se como produção científica ancorada na observação empírica, na experiência docente e na circulação territorial da autora (Lima, 2021; Silva, 2021). Tal ênfase contribui para inscrever Carlota Carvalho em debates intelectuais mais amplos sobre o território, a natureza e a formação nacional.

A menção ao futuro livro *Factos e Contos* evidencia a continuidade do projeto intelectual da autora, indicando que sua atuação não se restringiu a apenas uma obra. A circulação de seus escritos na imprensa pode ser compreendida como extensão de sua prática pedagógica e de sua militância intelectual em defesa dos sertanejos, dos indígenas e de outros grupos subalternizados (Silva, 2021; Perrot, 2005).

Por fim, a referência a Parsondas de Carvalho como fonte direta das informações sobre os projetos futuros da autora evidencia a rede de sociabilidade intelectual e familiar que sustentava sua produção. O excerto mostra como Parsondas de Carvalho atuava como mediador, interlocutor e divulgador da obra da irmã, confirmando que a trajetória de Carlota Carvalho se construiu em diálogo com outros agentes do campo cultural.

Desse modo, a crônica de Doncri permite compreender que a produção, divulgação e circulação da obra *O Sertão* não foram ações isoladas. Ao contrário, inseriram-se em um ambiente intelectual ativo, no qual diferentes sujeitos compartilhavam referências, espaços e projetos culturais. O próprio Doncri figura como um interlocutor indireto, cujo texto contribui para delinear os contornos dessa rede de sociabilidade e para reforçar a legitimação simbólica de Carlota Carvalho no circuito letrado nacional.

Ainda que não seja possível descartarmos a intenção de divulgação do escrito com uma matéria dessa natureza num jornal que, como já apontado, teria sido um dos mais importantes veículos de comunicação no Maranhão no período (Lima, 2021) e, muito menos, o impacto da obra para outros leitores, seja no Rio de Janeiro ou em terras maranhenses, é certo afirmarmos que Carlota Carvalho estava inserida em um ambiente de intensa circulação de ideias, especialmente vinculado à imprensa, aos espaços educacionais e aos círculos letrados do Maranhão. Nesse contexto, cabe reforçarmos, figuras como Doncri, Parsondas de Carvalho e Nascimento de Moraes tiveram lugar de destaque.

Pensando mais detidamente a respeito deste último, enquanto redator-chefe, estava à frente nas escolhas sobre os temas e autores das matérias a serem publicadas no jornal *Diário de São Luís*. Ele é reconhecido até hoje pelo esforço de valorização da escrita histórica e da construção de uma memória regional. Sendo assim, o contato entre ele e Carlota Carvalho pode ser lido como ponto importante e fundamental na projeção pública da autora, pois havia entre os dois uma convergência de interesses que pode ter favorecido o estabelecimento de uma relação de reconhecimento mútuo (Cruz, 2016).

Isso porque, conforme a perspectiva teórica das redes de sociabilidade proposta por Sirinelli (2003), os intelectuais constroem sua atuação pública a partir de vínculos interpessoais que permitem tanto a circulação de ideias quanto a legitimação simbólica de suas produções. No caso de Carlota Carvalho, o apoio e o reconhecimento de Nascimento de Moraes funcionaram como capital simbólico, contribuindo para que sua obra fosse acolhida em um espaço majoritariamente masculino e marcado por hierarquias de gênero no campo intelectual.

O professor Nascimento de Moraes foi mais um dos contatos de Carlota Carvalho que atuou como um mediador cultural, como pode ser observado em diferentes situações. Primeiramente, ao integrar os mesmos espaços de sociabilidade,

jornais, debates educacionais e círculos intelectuais, ele favoreceu a visibilidade dos escritos de Carlota Carvalho, seja por meio da circulação de suas ideias, seja pelo reconhecimento público de sua competência intelectual, capaz de produzir conhecimento histórico e educacional relevante. Esse reconhecimento público era fundamental para inscrevê-la no debate intelectual de seu tempo, demonstrando que sua atuação não se restringia ao espaço privado ou ao magistério elementar, mas alcançava o campo mais amplo da produção e circulação do saber. Com isso, essa posição consolidada no campo educacional maranhense contribuiu para legitimar a autora como intelectual, aspecto fundamental para a publicação de *O Sertão*, obra que dialoga com a história, a geografia e a cultura regional (Lima, 2021).

Além disso, a atuação de Nascimento de Moraes deve ser analisada no contexto mais amplo da educação maranhense, marcada por debates sobre modernização pedagógica, valorização do conhecimento histórico e construção de identidades regionais. Carlota Carvalho, ao dialogar com esses temas em *O Sertão*, encontrou ressonância nas preocupações intelectuais compartilhadas por Moraes, o que fortaleceu sua inserção nas redes de publicação e reconhecimento intelectual.

Dessa forma, a relação entre Carlota Carvalho e Nascimento de Moraes permitiu evidenciar como as redes de sociabilidade intelectual funcionaram como espaços de apoio, legitimação e circulação de saberes. O professor maranhense não apenas integrou o mesmo universo intelectual da autora, mas contribuiu, direta e indiretamente, para a viabilização da publicação de seus escritos, atuando como elo entre a produção individual e o campo intelectual mais amplo. Tal dinâmica acabou por confirmar que a trajetória de Carlota Carvalho se construiu na intersecção entre gênero, educação, imprensa e sociabilidade intelectual, aspectos fundamentais para compreender sua relevância histórica.

Embora não existam registros detalhados sobre os bastidores dessa colaboração, é possível inferirmos que Nascimento Moraes, reconhecendo o valor das contribuições de Carlota Carvalho, utilizou-se de sua influência na imprensa para facilitar a publicação dos textos da autora. Essa iniciativa não apenas beneficiou Carlota Carvalho, mas também enriqueceu o conteúdo do jornal com perspectivas inovadoras sobre o interior do Maranhão.

O apoio de Nascimento Moraes teve um impacto significativo na trajetória de Carlota Carvalho. A visibilidade proporcionada pelas publicações no *Diário de São Luís* contribuiu para o reconhecimento de sua obra e para a consolidação de sua

reputação como escritora e pesquisadora. Além disso, a colaboração com um intelectual respeitado como Nascimento Moraes conferiu legitimidade adicional às suas contribuições (Silva, 2021).

A presença de Carlota Carvalho na imprensa também teve implicações mais amplas, desafiando as normas de gênero da época e abrindo caminho para outras mulheres no campo intelectual. Sua atuação como professora e escritora serviu de inspiração para futuras gerações, demonstrando que as mulheres podiam e deveriam ocupar espaços de destaque na produção de conhecimento.

Conforme Silva e Julio (2024), a imprensa aparece como espaço privilegiado de legitimação intelectual feminina, funcionando simultaneamente como meio de divulgação, resistência e reconhecimento público.

. A atuação de Carlota Carvalho insere-se nesse movimento mais amplo, pois ao publicar em jornais, ela não apenas difundiu suas ideias, mas também afirmou sua autoridade intelectual, algo particularmente significativo em um campo majoritariamente masculino.

A presença de Carlota Carvalho nos jornais teve “implicações mais amplas”, pois abriu caminhos para outras mulheres. Temos outros exemplos concretos de outras professoras-escritoras que, assim como Carlota Carvalho, utilizaram a docência e a imprensa como estratégias de inserção no campo intelectual. Entre elas, destaca-se Alba Valdez, pseudônimo de Maria Rodrigues Peixe, professora normalista que publicou intensamente na imprensa cearense e se tornou a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Cearense de Letras. Segundo Souza (2019), sua atuação demonstrou que a escola e o jornal eram espaços fundamentais para a construção da visibilidade intelectual feminina.

Outro exemplo relevante é Zalina Rolim, professora, alfabetizadora e poetisa, cuja trajetória foi analisada por Oliveira (2021). A autora mostra que Zalina utilizou suas redes de sociabilidade educacionais e jornalísticas para publicar obras pedagógicas, poesia infantil e textos em periódicos, consolidando-se como referência intelectual no campo da educação e da literatura infantil.

Assim como também destacamos Eudésia Vieira, professora, jornalista e médica, cuja atuação na imprensa paraibana evidenciou como mulheres letradas passaram a ocupar a cena pública por meio da escrita. Galvêncio e Costa (2020) demonstram que Eudésia, assim como Carlota Carvalho, articulou docência, produção intelectual e redes de sociabilidade para legitimar sua voz no debate público.

Esses exemplos permitem afirmar que a trajetória de Carlota Carvalho fez parte de um movimento histórico mais amplo de mulheres professoras que utilizaram a imprensa como extensão de sua prática pedagógica e intelectual. Como argumenta Sirinelli (2003), as redes de sociabilidade foram fundamentais, pois permitiram para que essas mulheres compartilhassem ideias, conquistassem reconhecimento e ampliassem os limites do que era socialmente permitido ao feminino

Assim, a presença de Carlota Carvalho na imprensa efetivamente contribuiu para e serviu de referência simbólica e prática para outras mulheres, demonstrando que elas podiam e deviam ocupar espaços de destaque na produção do conhecimento. Sua atuação como professora e escritora inscreve-se, portanto, em uma genealogia feminina de intelectuais que ajudaram a redefinir o lugar das mulheres na história da educação e da cultura brasileira.

Mesmo sem informações mais explícitas, a colaboração entre Nascimento Moraes e Carlota Carvalho foram corroboradas por diversos indícios. Cruz (2016) abordou a trajetória de Nascimento Moraes na imprensa maranhense, evidenciando sua influência e compromisso com a promoção de novos talentos. Por sua vez, Lima, (2021) e Silva (2021) realizaram uma análise detalhada sobre a vida e a obra de Carlota Carvalho, ressaltando sua importância como educadora e escritora. Em ambas as pesquisas foram utilizadas fontes que forneceram uma base sólida para compreender a dinâmica da colaboração entre os dois intelectuais e o impacto dessa parceria na história cultural do Maranhão (Santos, 2014).

A colaboração entre José do Nascimento Moraes e Carlota Carvalho exemplificou assim como alianças estratégicas poderiam promover a inclusão e a valorização de diferentes vozes na produção intelectual. O apoio de Nascimento Moraes foi crucial para que Carlota Carvalho pudesse divulgar suas ideias e consolidar sua posição como escritora e pesquisadora. Essa parceria não apenas beneficiou os envolvidos, mas também contribuiu para enriquecer o panorama cultural do Maranhão, promovendo uma maior diversidade de perspectivas na literatura e na educação.

3.3.2 Luís Murat

Outro intelectual que se destacou na vida de Carlota Carvalho foi Luís Murat. Ele era pertencente a Academia Brasileira de Letras e foi um importante aliado das

mulheres intelectuais, atuando na promoção da escrita feminina, sobretudo por meio de sua atividade como editor e promotor cultural.

De acordo com Muzart e Nitrini (2017), Luís Murat atuou como promotor da literatura feminina. Conforme exposto no texto de Marisa Lajolo (2017) sobre a escritora Júlia Lopes de Almeida¹⁸, Luís Murat foi um dos primeiros a reconhecer e valorizar a produção literária de mulheres. Segundo a autora, ele não apenas abriu espaço para as mulheres em publicações importantes da época, como também defendeu publicamente a qualidade e legitimidade das obras delas, contrariando o preconceito vigente que associava a escrita feminina a um exercício amador ou meramente decorativo.

Um exemplo dessa atuação, conforme Silva (2025), foi a relação de Murat com a escritora Maria Benedita Bormann, conhecida pelo pseudônimo de Délia. Em um contexto em que as mulheres enfrentavam sérias dificuldades para publicar e divulgar suas obras, Luís Murat acolheu e incentivou os textos da autora, destacando-se como um mediador entre o universo editorial e as produções femininas. Sua sensibilidade para com as questões de gênero e sua postura aberta à literatura produzida por mulheres o tornaram um personagem singular no campo literário da época.

Luís Murat, como bem apontado por Silva (2024), se esforçou continuamente para a valorização do trabalho intelectual feminino. Tal esforço se deu por meio de críticas públicas, apoio editorial e, notadamente, pela escrita de prefácios que funcionavam como cartas de recomendação diante de uma sociedade e de uma crítica que ainda duvidavam da capacidade intelectual das mulheres. Tais ações, para além da simples cortesia, representava um movimento estratégico para inserir as mulheres em um circuito altamente masculinizado, dando-lhes legitimidade a partir da chancela de um intelectual já reconhecido.

¹⁸ Júlia Lopes de Almeida, escritora, cronista, teatróloga e abolicionista brasileira, além de uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (ABL). Nascida no Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1862, mesmo local em que faleceu, em 30 de maio de 1934, Júlia Lopes de Almeida teve uma grande e importante produção para a literatura brasileira, incluindo obras de literatura infantil, romances, crônicas, peças de teatro e matérias jornalísticas. Para o texto, o autor utiliza como fontes primárias os escritos da autora na imprensa paulistana e carioca.

GUIMARÃES, A. S. Sob a pena de Júlia: sociabilidades intelectuais, imprensa e poder no entresséculos (XIX-XX). Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 4, n. 8, p.47-62, 2017. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/375> Acesso em 20 fev. 24.

SILVA, Welington dos Santos; JULIO, Kelly Lisie. As redes de sociabilidade e a escrita feminina no Brasil do século XIX e XX: uma breve análise de produções (2010–2022). Horizontes, Itatiba, SP, v. 42, n. 1, e023099, 2024.

A ligação de Luís Murat e Carlota Carvalho seguiu movimentos muito semelhantes dos apontados acima. Foi ele quem fez o prefácio da obra *O Sertão* e, como veremos abaixo, buscou criar mecanismos para facilitar tanto a recepção da obra de Carlota Carvalho quanto um esforço para inserir autora e livro no circuito das letras nacionais.

JUÍZO CRÍTICO Carlota Carvalho

Para esta senhora ilustre chamo a atenção de quantos desejam estabelecer relações com os ornamentos da nossa cultura intelectual.

Seu espírito lúcido, admiravelmente aparelhado por longos estudos positivos, não exagera o que descreve, analisa, ou recompõe, em preciosas sínteses históricas, nas quais as conclusões religiosas ou filosóficas são rigorosas, ao ponto de vista do filosofismo corrente.

Dos Subsídios para a História e a Geografia do Brasil só me foi dado ler os seguintes capítulos: A Independência; Ação dos desterrados; O levante do Sertão; Cerco de Caxias; Capitulação da Junta Governativa; A Adesão; A Revolução.

Não preciso de mais nada para avaliar a obra da Sra. D. Carlota Carvalho. A serenidade e precisão com que detalha os fatos nessa época notável da nossa evolução política; o enredo novo e claro no qual são dispostos os fatos e o dom de despertar cada vez mais a nossa curiosidade pelo que ocorreu na nossa pátria, nos primórdios da nossa civilização, dão aos Subsídios para a História e a Geografia do Brasil um realce notável.

"Nenhum outro povo conhece menos a sua história", escreve a ilustre escritora. "Os compêndios didáticos dizem que nesse dia (refere-se ao 28 de julho) o Maranhão aderiu gloriosamente à Independência". É, de fato, doloroso relancear a vista pelo passado do povo brasileiro, sempre inconsciente, obnoxio e refratário à compreensão dos seus deveres. Aplauze sem indagar; acompanha sem saber para onde vai; e insiste no erro em retilhar o ignóbil pregão dos refalsados novelistas oficiais.

"Quando soavam em palácio as aclamações e os vivas à Sua Majestade, o Imperador, à Religião Católica Apostólica Romana e a nação brasileira, feneciam as esperanças da implantação de me democrático, que não podia ser obra de sectários de doutrina oposta e, sob a poeira dos festejos oficiais, obumbrada pela desgraça, passava para o Esquecimento, lugar destinado aos sinceros e abnegados, uma procissão de mártires em cujo número seriam contados os prisioneiros do navio 'São Pedro', condenados a beberem água salgada do oceano!..."

E quantos assim não têm sido olvidados?

Quantos a poeira do esquecimento não subverteu nas suas ondas enegrecidas pelo tempo!

O que é certo é que com eles desapareceram a nossa liberdade, a nossa honra e as nossas virtudes. São os simulacros de patriotismo e de fé democrática que acabam por trazer aos nossos dias a desonra que avilta, a mentira que deturpa a consciência no seu foro íntimo, o desânimo, a impotência, a dissolução, finalmente, dos restos da nossa vergonha e do nosso dever cívico.

Confundem o devotamento ao príncipe com o devotamento liberal.

Que foi, por exemplo, Alexandre Thomas Cochrane? Responde D. Carlota Carvalho: "Mercenário inglês, assoldado para comandar as forças navais do novo império e forçar o reconhecimento do imperador pelas juntas governativas das províncias do norte.

"Não aparecia aí como um patriota, um Miaulis ou um Canaris, defendendo com seus brulotes a liberdade da pátria. Nenhuma solidariedade vinculava

Cochrane aos insurretos; não participava dos sentimentos nativistas, não pertencia ao partido dos independentes, não tinha vindo dar ganho de causa a estes, fazendo vitoriosa a revolução, o que seria um precedente perigoso. "Absolutista e aristocrata, lord Cochrane era por índole e por educação, adversário intransigente dos entusiasmos liberais; detestava o demagogismo e desprezava o populacho. Seu fim era enriquecer com avultadas presas, faculdade permitida pela liberdade condenável de dom Pedro, o que realizou no Maranhão. Sua missão era impor obediência a dom Pedro I, como imperador de todo o Brasil.

Era tudo quanto este queria."

A nossa história é uma inversão completa da realidade. Mentiu-se no Descobrimento e na Independência; mentiu-se no que se refere à guerra do Paraguai; mentiu-se na Abolição; mentiu-se na proclamação da República, mente-se, ainda, em todos os órgãos públicos da suprema governação republicana.

Mas não remexamos nesse cesto velho, em cujos caos demoram flagrantes injustiças; se enredam, em retorsa galhada, as mais hediondas mentiras, as quais, com o desprezo do heroísmo de homens ilustres e ceifa de vidas preciosas, foram criando adeptos e futurando agouros insensatos que tanto contribuíram para maior desdouro da nossa história.

Como dói n'alma dos verdadeiros patriotas quando, ao traçar as linhas dos nossos reveses democráticos, D. Carlota Carvalho alude aos velhos libertadores, passando o Parnaíba e internando-se no sertão do Maranhão, "naqueles Pastos Bons, delícias dos nossos ancestrais".

"Muitos desses fugidos tinham pertencido à Coluna Libertadora, comandada por José Pereira Filgueira e Tristão de Alencar Araripe, agora proscritos, e tinham vindo no ano anterior libertar o Piauí e o Maranhão, cercando em Caxias o exército português, comandado por Fidié.

"Sabiam os caminhos e conheciam o país onde vinham homiziar-se. Nos visos da imaginação do povo, apavorado pelos fatos estupendos, e estupefato ante essa rápida transição da fortuna, vinham com os mais para o refúgio os vultos ingentes de Tristão de Alencar, morto nos campos das Russas, pleiteando a causa da soberania popular; frei Joaquim Caneca, padre Mororó, major Agostinho Cavalcante a par do lastimável João Ratcliff, a vítima do despeito de uma rainha.

"Essa gente tinha passado triunfante, aclamando Pedro I e José Bonifácio. Voltava agora 'temerosa da morte fraternal', pagando caro o seu erro.

"Adivinhadores do futuro ou espíritos previdentes poderiam ter calculado em 1824 o valor do contingente de energias e reação com que esses asilados concorreriam para futuros acontecimentos políticos epiloados na revolta dos bem-te-vis em 1839.

"Eles fraternizavam os independentes do Maranhão, que seriam os bem-te-vis de 1838."

A reação de Raimundo Gomes foi admiravelmente tracejada. Foi um hino ao denodo, ao patriotismo, ao direito. A ação do valoroso caudilho cifra-se em quatro palavras: reagiu contra o despotismo. "Como Arnold Melchtal, Raimundo Gomes Vieira", escreve a ilustre historiadora, "abriu uma rua à liberdade".

"Na memória dos vindouros perdurará o exemplo. E naquele sertão, nas noites trevosas, nos ruídos das tempestades, ao clarão dos relâmpagos, supõem ouvir o tropel do cavalo do destemido vaqueiro".

O levante da democracia dos juizes de Paz traçava no ar um círculo de independência e morte e era, destarte, na agudeza daquele vértice sombrio, um desafio aos prefeitos policiais, prepostos do despotismo.

"Dezenas de anos depois desses acontecimentos, no recesso do lar, eu ouvi colóquios de meu pai, tias e tios, desenvolvendo recordações da guerra da Independência e dos fatos a ela ligados por elos morais até a revolta dos bem-te-vis em 1838-1841.

"São testemunhos verdadeiros, por serem dados no íntimo da família, despretensiosa, quase confidencialmente e sem a preocupação de favorecer ou hostilizar alguém. São a fotografia dos acontecimentos e o receptor de vozes. Reproduzo-as nesta história".

É, porventura, esse um dos valores mais decisivos da obra, toda ela vazada em documentação irrefutável; quanto à história, reconhecidamente autêntica; quanto à parte geográfica, pela minúcia da investigação pessoal. É por isso que refuta contagem, algumas afirmações de Euclides da Cunha, tais como: a grande vantagem, criação das caatingas, e outra ainda mais grave, ao fantasiar uma foz

do Amazonas de água barrenta "que ainda é rio e já parece mar", determinando uma emigração de terra brasileira para o mar das Antilhas.

A Sra. D. Carlota Carvalho está também alistada no número dos que não atribuem a José Bonifácio - o homem da reação contra os revolucionários e demagogos, o papel principal na nossa Independência.

A documentação de que ela se serve para basear o seu lance de vista sobre a nossa história são os mais positivos; hauridos em boa fonte.

Impossível resumir toda a obra em um simples artigo, cujo fim é tornar conhecido o nome de uma escritora das mais competentes e ilustres da mentalidade nacional. O capítulo "A Conquista" é um brado contra a pseudo civilização cruenta, que encontrava no extermínio dos índios, na matança de homens que viviam tranquilamente nas suas florestas, um meio de saciar a fúria sanguissedenta do seu Molo que. "A insídia e a perfídia foram sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. Tripudiaram sobre as leis da natureza, como sobre todos os sentimentos de dignidade, lealdade e filantropia".

Chamo mais uma vez a atenção dos poderes públicos e dos senhores editores para esta obra verdadeiramente notável, obra que, em muitos pontos, corrige a nossa história e a nossa geografia.

Luís Murat

O prefácio de Luís Murat ao livro *O Sertão* transcrito acima pode ser lido como um documento fundamental para a compreensão das redes de sociabilidade intelectual que possibilitaram a circulação e a legitimação da obra de Carlota Carvalho no campo letrado brasileiro. Mais do que um texto introdutório, o "Juízo Crítico" operou como um ato público de consagração, no qual um intelectual homem, já reconhecido, conferiu autoridade simbólica a uma autora em um espaço historicamente masculinizado.

Como observamos, já no início do prefácio, a primeira estratégia de Murat foi destacar a exceção qualificada de Carlota Carvalho no universo intelectual, referindo-se a autora como uma "senhora ilustre", podendo ser uma referência para aqueles que desejassem "estabelecer relações com os ornamentos da nossa cultura intelectual". Tais formulações, por si só, já revelavam a função do prefácio: porta de entrada da autora no circuito de reconhecimento, mecanismo amplamente analisado por (1996), segundo o qual a consagração literária dependia da validação por agentes já legitimados no campo.

Luís Murat buscou, ainda, enfatizar que Carlota Carvalho possuía um “espírito lúcido, admiravelmente aparelhado por longos estudos positivos”, mobilizando categorias tradicionalmente associadas à racionalidade masculina como a lucidez, rigor, método, isso para construir a legitimidade intelectual da autora. Tal estratégia discursiva, por sua vez, não era neutra: ela respondia diretamente à necessidade de justificar a presença feminina em um campo que, conforme aponta Perrot (2007), historicamente negou às mulheres o estatuto de produtoras legítimas de conhecimento histórico.

O prefácio também evidenciou a dimensão política da escrita de Carlota Carvalho. Murat destacou a “serenidade e precisão” com que a autora analisou episódios centrais da história do Maranhão e do Brasil, sublinhando seu compromisso com uma leitura crítica da Independência, da formação do Estado nacional e da memória política. Além disso, ao citar longamente trechos em que Carlota Carvalho denunciou a falsificação da história oficial “Nenhum outro povo conhece menos a sua história”, Murat reconheceu nela uma intelectual capaz de desafiar narrativas consagradas, atributo raro e ainda mais significativo por se tratar de uma mulher para aquele período.

O texto de Luís Murat também revelou a inserção de Carlota Carvalho em uma rede de sociabilidade intelectual ampliada, que ultrapassava o âmbito regional. Ao dialogar criticamente com autores consagrados, como Euclides da Cunha, e ao afirmar que Carlota “refuta, com documentação irrefutável, algumas afirmações” do autor de *Os Sertões*, Luís Murat inseriu a historiadora maranhense em um debate nacional, deslocando-a do lugar periférico, frequentemente atribuído às mulheres escritoras e às intelectuais das regiões fora do eixo sul-sudeste.

Outro aspecto central do prefácio foi o reconhecimento do uso da memória familiar como fonte histórica, quando Luís Murat citou o trecho em que Carlota Carvalho afirmava ter ouvido, “no recesso do lar”, relatos transmitidos por seu pai e outros familiares. Longe de desqualificar essa dimensão, Luís Murat a valorizou como “testemunhos verdadeiros”, legitimando uma prática historiográfica que articulava memória, oralidade e documentação escrita. Tal reconhecimento foi relevante, pois, como observou Perrot (2007), o espaço doméstico foi historicamente um dos poucos lugares de produção de saber acessíveis às mulheres, frequentemente desvalorizado pela historiografia tradicional.

Ao final, Luís Murat convocou explicitamente “os poderes públicos e os senhores editores” a atentarem para a obra de Carlota Carvalho, o que evidenciava a função política do prefácio como instrumento de circulação e preservação da obra. Esse apelo acabava por reforçar a leitura de que o texto não se limitava à crítica literária, mas atuava como parte de uma estratégia coletiva de inserção da autora no campo intelectual, confirmando a importância das redes de sociabilidade para a publicação e recepção de *O Sertão*.

O prefácio, na tradição literária ocidental, é uma peça paratextual que atua como um mediador entre o autor e o público. No século XIX, esse papel era ainda mais acentuado, especialmente para autoras mulheres. Nesse contexto, o prefácio redigido por uma figura masculina reconhecida funcionava como um selo de autenticidade, uma autorização simbólica para que a escrita feminina fosse lida e apreciada com seriedade. O gesto de Luís Murat, portanto, deveria ser compreendido não apenas como uma gentileza literária, mas como uma intervenção política e cultural no debate sobre a legitimidade da autoria feminina (Silva, 2024).

Ao prefaciар *O Sertão*, Luís Murat não apenas apresentou a obra ao público, mas também construiu uma imagem de Carlota Carvalho como autora digna de reconhecimento intelectual. Ele atribuiu valor literário ao texto da autora e a inseriu simbolicamente no universo das letras brasileiras, rompendo, ainda que parcialmente, com os limites impostos às mulheres escritoras.

A ênfase de Luís Murat na qualidade da escrita de Carlota, bem como o conhecimento da autora sobre o sertão nordestino, contribuiu para a construção de um ethos de autoridade, que era negado a muitas mulheres da época. Ele legitimou sua experiência como mulher e como observadora da realidade brasileira, algo que contrariava as expectativas sociais de que a literatura feminina deveria restringir-se ao sentimentalismo ou aos temas domésticos.

Podemos afirmar ainda que o prefácio de Luís Murat na principal obra de Carlota Carvalho cumpriu também uma função epistemológica: ao afirmar o valor do olhar feminino sobre o sertão, Murat ampliou o repertório de sujeitos autorizados a narrar o Brasil. Ele reconheceu que Carlota Carvalho escrevia a partir de um lugar social marginalizado, mas que sua condição de mulher não a impediu, ao contrário.

Na verdade, essa condição a qualificava para falar sobre a cultura, os costumes e as contradições do interior brasileiro. Tal reconhecimento foi particularmente importante, sobretudo quando observamos que a literatura regionalista do século XIX

era um domínio quase exclusivo de homens. Assim, a intervenção de Murat colaborava para tensionar as fronteiras do discurso regionalista, incorporando novas perspectivas e experiências (Schueler, 2022).

Cabe destacarmos ainda que o prefácio cumpria também uma função pedagógica, ao orientar o leitor sobre como ler a obra de Carlota. Luís Murat ofereceu chaves interpretativas que buscavam despertar o interesse do público, além da sugestão de que o conteúdo da obra era relevante não apenas como curiosidade literária, mas como expressão legítima da cultura nacional. Ao fazer isso, ele acabou por contribuir para combater a ideia de que a escrita feminina era inferior ou meramente decorativa, promovendo, ainda que de forma mediada, a equidade no julgamento estético das produções de homens e mulheres.

O gesto de Luís Murat deve ser lido, portanto, como parte de um processo mais amplo de construção de redes de sociabilidade letrada que permitiu o surgimento de intelectuais femininas no Brasil oitocentista. Tais redes, como argumentou Silva (2024), foram fundamentais para que mulheres como Carlota Carvalho pudessem publicar, circular e ser lidas.

Contudo, o prefácio de Luiz Murat também revelou os limites e as contradições desse processo de mediação. Embora fosse um gesto de apoio, ele também reafirmava, de certo modo, a dependência das mulheres de uma chancela masculina para acessar o espaço público. A legitimação da escrita de Carlota Carvalho passou, necessariamente, pela autoridade simbólica de Luís Murat. Essa ambivalência caracterizava boa parte da trajetória das mulheres intelectuais no século XIX: mesmo ao conquistarem espaços de visibilidade, essas conquistas eram frequentemente condicionadas pela validação masculina.

Seja como for, o prefácio de Luís Murat à obra *O Sertão*, de Carlota Carvalho representou um marco na história da autoria feminina no Brasil. Ele foi ao mesmo tempo uma expressão de solidariedade intelectual e um instrumento de mediação simbólica, necessário para que a escrita de uma mulher pudesse ser acolhida com seriedade no campo literário. Sua importância transcendeu a dimensão literária, situando-se no campo da história das ideias, da educação e da cultura, como um exemplo concreto das estratégias de inserção feminina no espaço público oitocentista. A atuação de Murat, nesse contexto, deve ser valorizada como uma forma de resistência à exclusão das mulheres e de reconhecimento da diversidade de vozes que compõem a literatura brasileira.

O prefácio certamente foi uma das formas mais visíveis da mediação. Mas, ela também se expressou em convites para publicação em jornais, em elogios públicos, em críticas favoráveis, em cartas de recomendação e na organização de espaços de leitura e sociabilidade que acolhessem a produção feminina.

Publicações como revistas literárias e jornais ilustrados, nos quais Luís Murat atuava como colaborador ou editor, abriram espaços para crônicas, poemas, contos e ensaios assinados por mulheres. Conforme aponta Silva (2024), Luís Murat estava inserido em um circuito de sociabilidade que incluía jornais como *O Sorriso* e *O Álbum das Famílias*, nos quais várias mulheres tiveram suas produções publicadas com relativa frequência. Essas ações contribuíam não apenas para a visibilidade dessas autoras, mas também para a formação de um público leitor que se acostumava com a presença feminina no circuito intelectual (Sirinelli, 2003; Schueler, 2022).

Para Carlota Carvalho, por exemplo, Luíz Murat, em reportagem no *Jornal do Brasil*, de 02 de fevereiro de 1924, sob o título “Subsidios para a Geographia e a História do Brasil”, afirmou:

Não preciso de mais nada para avaliar a obra da Sra. D. Carlota Carvalho. A serenidade e a precisão com que detalha os factos nessa época notável da nossa evolução política; o enredo novo e claro no qual são dispostos os factos e o dom de despertar cada vez mais a nossa curiosidade pelo que ocorreu na nossa pátria, nos primórdios de nossa civilização, dão aos “Subsidios para a Geographia e História do Brasil” um realce notável (p.5).

Luís Murat compreendia assim o valor estético e social da literatura escrita por mulheres. Para ele, a escrita feminina não era inferior à masculina, mas representava, ao contrário, uma importante contribuição ao panorama cultural brasileiro. Em textos e prefácios que escreveu, Murat frequentemente valorizava a originalidade e a profundidade das obras produzidas por mulheres, desafiando o lugar-comum da “literatura de senhoras” como algo menor ou sentimental.

A valorização, entretanto, não eliminava a assimetria de gênero, ao contrário. Conforme argumentou Joan Scott (1995), o gênero estruturava as relações de poder e definia quem pode falar com autoridade. O fato de Carlota Carvalho necessitar de um prefácio tão extenso, elogioso e defensivo indicava que sua obra precisava ser mediada por uma voz masculina autorizada para alcançar reconhecimento público. Assim, o prefácio de Murat não apenas apresentou a autora, mas funcionou como um escudo simbólico contra possíveis questionamentos à sua competência.

Desse modo, o “Juízo Crítico” de Luís Murat constituiu assim um exemplo eloquente de como a obra de Carlota Carvalho foi legitimada por meio de relações intelectuais mediadas pelo gênero. O prefácio revelou tanto o reconhecimento da qualidade historiográfica da autora quanto os limites estruturais que tornavam necessária a chancela masculina. Assim, ele se configurou como fonte privilegiada para compreender os desafios enfrentados por Carlota Carvalho e o papel decisivo das redes de sociabilidade na afirmação de sua autoria.

Como apontado por Silva (2024), o apoio de intelectuais homens funcionava, muitas vezes, como uma “porta de entrada”, mas não garantia autonomia plena às autoras. Era comum que suas obras fossem lidas à sombra da autoridade masculina que as endossava. Ainda assim, não podemos negar que a atuação de Murat representava uma abertura fundamental dentro de um sistema que operava sob severas restrições de gênero.

Em síntese, o papel de Luís Murat na história da literatura brasileira oitocentista deve ser reconhecido não apenas como o de um crítico ou editor, mas como o de um verdadeiro fomentador da autoria feminina. Sua disposição em acolher, promover e legitimar a escrita de mulheres foi decisiva para a formação de um campo literário mais plural, no qual as vozes femininas puderam, ainda que com limites, encontrar formas de expressão pública. Sua atuação demonstrou que, mesmo em contextos adversos, a construção de redes solidárias de sociabilidade intelectual poderia funcionar como estratégia de resistência e transformação.

Portanto, Luís Murat teve papel de destaque como fomentador da literatura feminina no Brasil do século XIX, inclusive no caso de Carlota Carvalho. Como vimos, ele esteve presente na publicação da principal obra da autora, sendo uma voz importante na apresentação e publicização da mesma. Tal fato o coloca como uma das figuras centrais quando pensamos nas redes de sociabilidade de Carlota Carvalho, sendo um bom exemplo no processo de valorização da produção intelectual das mulheres no período.

3.3.3 Souza Bispo

Souza Bispo, conforme Lima (2021), foi um intelectual inserido nos circuitos letrados maranhenses, especialmente aqueles vinculados ao magistério, à produção escrita e à circulação de ideias pedagógicas e políticas. A aproximação com Carlota

Carvalho se deu, sobretudo, pela convergência de trajetórias marcadas pela atuação docente em contextos periféricos e pela defesa da instrução como instrumento de civilização, progresso e crítica social, elementos recorrentes nos escritos de Carlota, especialmente em *O Sertão* (Carvalho, 2017).

O poeta e intelectual Souza Bispo¹⁹, conforme Lima (2020), Cândido Pereira de Sousa Bispo, nasceu no município de Grajaú, em 3 de outubro de 1896, e faleceu em São Luís, em 15 de julho de 1950. Oriundo de uma família humilde, construiu uma trajetória marcada pela intensa atuação intelectual, destacando-se como advogado, promotor público, geógrafo, historiador, jornalista e escritor. Sua inserção em importantes instituições culturais maranhenses, como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, evidencia o reconhecimento alcançado por sua produção intelectual no cenário estadual.

Dessa forma, a formação intelectual de Souza Bispo foi fortemente influenciada pelas inúmeras viagens que realizou pelo interior do Maranhão e por diferentes regiões do Brasil. Essas experiências despertaram seu interesse pela Geografia, ciência que compreendia como fundamental para a interpretação das relações entre natureza, território e sociedade. Entre os episódios mais marcantes de sua trajetória encontra-se a viagem realizada a pé entre o Rio de Janeiro e o Maranhão, concluída em 1923, após aproximadamente oito meses de percurso. Tal experiência permitiu-lhe ampliar sua compreensão acerca das realidades sociais do interior brasileiro, especialmente das condições de vida presentes nos sertões maranhenses (Lima, 2020).

Assim, a produção intelectual de Souza Bispo foi igualmente expressiva. De acordo com Lima (2020), entre suas principais obras destacam-se *Espinhos de Mandacaru* (1925), *Sertão Judiciário* (1940), *O Dia da Justiça* (1944), *A Ilha do Maranhão* (1947) e *A Estrutura Geológica do Maranhão e a Experiência do Petróleo* (1949). Além disso, colaborou com diversos periódicos maranhenses, entre eles *Folha*

¹⁹ A trajetória intelectual de **Souza Bispo** apresenta lacunas documentais significativas, sobretudo no que se refere a dados biográficos precisos, como datas exatas de nascimento e morte, formação escolar e produção literária sistematizada. Tal escassez não é incomum entre intelectuais regionais do início do século XX que atuaram fora dos grandes centros editoriais e cuja circulação de ideias se deu, majoritariamente, por meio da imprensa periódica, de colaborações pontuais e de vínculos informais nos círculos letrados locais. Nesse sentido, a presença de Souza Bispo na historiografia se reconstrói menos por uma biografia individual clássica e mais por sua inserção em **redes de sociabilidade intelectual**, entendidas como espaços de mediação, colaboração e legitimação simbólica entre escritores, jornalistas e professores.

do Povo, *O Imparcial*, *Diário do Norte* e *Diário de São Luís*, consolidando sua presença nos circuitos letrados do estado do Maranhão.

Nesse contexto, Lima (2021) identifica Souza Bispo como integrante de uma rede intelectual formada por professores, jornalistas e escritores que compartilhavam o compromisso com a difusão da instrução pública e da cultura escrita. É nesse ambiente que se estabelece sua aproximação com Carlota Carvalho. Ambos atuaram em contextos marcados pelas limitações estruturais das instituições educacionais e pela necessidade de iniciativas individuais voltadas à promoção do ensino e da formação cultural da população.

A relação entre Carlota Carvalho e Souza Bispo pode ser compreendida a partir das reflexões de Miceli (2001) acerca dos intelectuais da periferia. Tanto Carlota quanto Souza Bispo desenvolveram suas trajetórias em regiões distantes dos grandes centros de produção cultural do país, construindo formas próprias de legitimação intelectual por meio da atuação docente, da produção escrita e da participação em redes de sociabilidade. Conforme Lima (2021), ambos compartilhavam a compreensão de que a educação representava um instrumento fundamental para o desenvolvimento social e para a superação das desigualdades que caracterizavam o interior maranhense.

Sob a perspectiva da História Cultural, proposta por Chartier (1990), é possível interpretar essa aproximação como resultado da circulação de representações comuns acerca da educação, da civilização e do progresso. Tanto Carlota Carvalho quanto Souza Bispo atribuíam à instrução pública um papel central na transformação da realidade sertaneja. Em seus escritos e práticas profissionais, defendiam a escola como espaço de formação intelectual e moral, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e socialmente integrada.

A materialização dessa rede de sociabilidade intelectual tornou-se particularmente evidente no processo de publicação da obra *O Sertão*. Conforme destaca Lima (2021), Souza Bispo exerceu papel importante no incentivo à publicação da obra de Carlota Carvalho, especialmente em um período em que mulheres enfrentavam inúmeras dificuldades para ingressar no campo editorial. Além do apoio intelectual, foi responsável pela elaboração gráfica da capa da primeira edição do livro, publicada em 1924, contribuindo diretamente para a concretização do projeto editorial da autora.

Tal colaboração evidenciou a importância das redes de sociabilidade para a circulação da escrita feminina no início do século XX. Conforme argumenta Sirinelli (2003), os grupos intelectuais estruturam-se por meio de relações de reciprocidade, reconhecimento e afinidades ideológicas. Nesse sentido, a aproximação entre Carlota Carvalho e Souza Bispo não decorreu de vínculos institucionais formais, mas da convergência de ideias e da defesa comum da educação como instrumento de transformação social.

A afinidade entre ambos também se manifestava na crítica às desigualdades educacionais existentes no Maranhão. Carlota Carvalho denunciou, em *O Sertão*, o abandono das populações interioranas e a insuficiência das políticas públicas destinadas à instrução popular. De modo semelhante, a trajetória de Souza Bispo, marcada pelo contato direto com diferentes regiões do estado e do país, permitiu-lhe desenvolver uma percepção sensível acerca das dificuldades enfrentadas pelas populações sertanejas (Lima, 2020).

Dessa forma, a presença de Souza Bispo na trajetória de Carlota Carvalho contribuiu para evidenciar que sua atuação não ocorreu de maneira isolada. Ao contrário, inseriu-se em uma rede de educadores e intelectuais que compartilhavam experiências, valores e projetos voltados à valorização da educação e da cultura escrita. A análise dessa relação reforça a importância de compreender a história da educação maranhense não apenas por meio das trajetórias individuais, mas também a partir das redes de sociabilidade intelectual que possibilitaram a circulação de ideias, a produção do conhecimento e a difusão do ensino nas primeiras décadas do século XX.

A relação entre Carlota Carvalho e Souza Bispo pode ser interpretada à luz da história da educação maranhense, marcada pela escassez de escolas, pela atuação de professores itinerantes e pela centralidade das iniciativas individuais na difusão do ensino (Cruz, 2008; Veiga, 2010). Ambos se inseriam nesse contexto como sujeitos que, por meio de suas práticas docentes e intelectuais, contribuíram para a formação de uma cultura escolar possível no sertão e nas cidades do interior, estabelecendo laços de reconhecimento e pertencimento a um mesmo campo de atuação.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão política dessa sociabilidade. Conforme Lima (2021) em relação à Souza Bispo, há uma militância explícita nos moldes de outros intelectuais do período, sua inserção no circuito educacional e cultural, por exemplo, o colocou em diálogo com as disputas em torno do sentido da

educação no Maranhão. Carlota Carvalho, por sua vez, assumiu uma postura crítica clara em relação ao descaso do Estado com a instrução popular, posicionamento que encontrou eco no grupo de educadores ao qual Souza Bispo se vinculava.

Dessa forma, a relação entre Carlota Carvalho e Souza Bispo pode ser interpretada como uma sociabilidade intelectual construída a partir da experiência compartilhada do magistério e da escrita, em um contexto de carências estruturais e de intensa mobilidade geográfica. Trata-se de uma rede sustentada por afinidades profissionais e ideológicas, na qual a educação se apresentava como elemento central de coesão e de produção de sentido.

Ao aprofundar a análise das menções a Souza Bispo, percebe-se que sua importância residiu justamente em evidenciar o caráter coletivo da atuação de Carlota Carvalho. A presença desse professor na rede de sociabilidade da autora contribuiu para deslocar leituras que tendem a individualizar excessivamente sua trajetória, permitindo situá-la no interior de um campo intelectual mais amplo, formado por sujeitos que, mesmo sem grande visibilidade historiográfica, desempenharam papel fundamental na difusão do saber e na construção de uma cultura educacional no sertão maranhense.

Podemos perceber que Souza Bispo apareceu vinculado a esse ambiente educacional no qual a docência extrapolava os limites da sala de aula e assumia uma função intelectual ampliada. Tal característica aproximava Souza Bispo da própria Carlota Carvalho, cuja trajetória foi marcada pela atuação como professora em diferentes localidades e pela produção escrita voltada à interpretação da realidade sertaneja.

Assim, Souza Bispo emergiu como uma contribuição significativa da rede de sociabilidade de Carlota Carvalho, não pela centralidade individual de sua atuação, mas por representar o conjunto de professores-intelectuais que compartilharam com ela experiências, valores e desafios. A análise dessa relação reforça a necessidade de compreender a história da educação maranhense a partir das redes e dos coletivos, e não apenas das trajetórias individuais consagradas.

4 DESAFIOS PARA A PUBLICAÇÃO DO LIVRO O SERTÃO E OUTROS ESCRITOS

A publicação de obras intelectuais no Brasil do início do século XX, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, constituiu-se como um processo marcado por múltiplos obstáculos de ordem material, simbólica e institucional. No caso das mulheres escritoras, tais desafios assumiram contornos ainda mais complexos, uma vez que se somavam às restrições impostas pelas desigualdades de gênero, pela limitada circulação editorial e pela fragilidade das políticas de preservação e difusão cultural. É nesse contexto que se insere a experiência de Carlota Carvalho, cuja trajetória editorial evidencia as tensões entre autoria feminina, reconhecimento intelectual e condições concretas de publicação.

Nesta seção, busca-se analisar os principais desafios enfrentados por Carlota Carvalho para a publicação do livro *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924), bem como de outros escritos, como *Factos e Contos*. Parte-se do entendimento de que a publicação dessas obras não pode ser compreendida como um feito individual ou espontâneo, mas como resultado de um conjunto de estratégias mobilizadas pela autora em articulação com suas redes de sociabilidade, especialmente no âmbito familiar, intelectual e jornalístico.

A análise proposta considera, portanto, os limites estruturais do campo editorial maranhense e nacional, a dependência da imprensa periódica como principal meio de divulgação intelectual, a escassez de editoras voltadas à publicação de obras de caráter histórico e social no espaço regional, bem como os mecanismos de consagração simbólica que historicamente privilegiaram autores homens. Esses fatores contribuíram para que a publicação de *O Sertão* representasse, simultaneamente, uma conquista significativa e um processo permeado por restrições, negociações e silenciamentos.

Ao problematizar tais desafios, este capítulo dialoga diretamente com as discussões desenvolvidas nas seções anteriores, sobretudo no que se refere ao funcionamento das redes de sociabilidade e à inserção das mulheres no campo intelectual. Assim, ao examinar as condições de produção, circulação e recepção das obras de Carlota Carvalho, busca-se evidenciar como a publicação de *O Sertão* deve ser compreendida não apenas como um empreendimento editorial, mas como um ato político, pedagógico e intelectual, que tensionou os limites impostos à autoria feminina no início do século XX.

Desse modo, a seção contribui para ampliar a compreensão sobre os processos de exclusão e resistência que marcaram a trajetória de mulheres escritoras no Maranhão e no Brasil, reafirmando a importância de analisar a publicação de obras femininas como parte constitutiva das disputas por visibilidade, legitimidade e memória no campo intelectual.

4.1 O Sertão: um copilado de histórias reais

A inserção de Carlota Carvalho no universo letrado maranhense do final do século XIX e início do século XX ocorreu em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero no campo intelectual, no qual a autoria feminina enfrentava limites simbólicos, institucionais e materiais. A publicação de suas obras, especialmente *O Sertão* e *Factos e Contos*, deve ser compreendida não como resultado exclusivo de mérito individual, mas como fruto de uma trajetória construída em meio a tensões estruturais, negociações constantes e estratégias de legitimação diante de um espaço historicamente masculinizado.

Silva (2021), aponta que a rede de relações construída por meio da publicação de seus textos em várias matérias de jornais muito contribuiu para a publicação de *O Sertão* pela Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, bem como ajudou a reafirmar o valor da obra entre os intelectuais da primeira metade do século XX.

Conforme analisa Lima (2021), a escrita de Carlota Carvalho se desenvolveu em um ambiente no qual as mulheres eram, em regra, afastadas das instâncias de produção e consagração do saber. A autora destaca que: [...] a presença feminina na vida intelectual maranhense, embora existente, encontrava-se submetida a mecanismos de controle simbólico que delimitavam os temas, os espaços e as formas legítimas de participação das mulheres no universo da escrita (Lima, 2021, p. 109).

Santos (2014) destaca que Carlota Carvalho viveu em um tempo e espaço “dominados por homens”, o que explica não apenas a ausência de referências sobre sua vida pessoal, mas também o reduzido reconhecimento de sua produção intelectual por parte de outros letrados de sua época, diz ainda: “talvez por ser mulher, em um tempo e espaço dominados por homens, também não se encontram muitas referências à autora por outros intelectuais”. Esse dado evidencia que o primeiro grande desafio de Carlota Carvalho foi existir como autora reconhecida em um campo que não admitia plenamente a autoria feminina.

Essa constatação permite situar Carlota Carvalho no interior do que Bourdieu (1996) denomina campo intelectual, entendido como um espaço de disputas simbólicas, no qual os agentes lutam pela legitimação de suas produções a partir da posse desigual de capital cultural, social e simbólico. No caso das mulheres, a exclusão não se dava apenas pela ausência de formação ou competência, mas pela deslegitimação prévia de sua voz, fundada em representações sociais que associavam a racionalidade, a história e a política ao universo masculino.

Scott (1995) contribui para essa análise ao afirmar que o gênero deve ser compreendido como uma categoria relacional, capaz de revelar como as diferenças entre homens e mulheres são transformadas em hierarquias. No campo da escrita, isso se traduzia na ideia de que a mulher poderia escrever, desde que respeitasse determinados limites temáticos e discursivos. Carlota Carvalho, ao produzir obras de caráter histórico e social, rompeu com essas fronteiras simbólicas, o que intensificou os obstáculos à publicação e à circulação de seus textos.

Dessa forma, Lima (2021) evidencia que a produção intelectual de Carlota Carvalho não se restringiu a textos esparsos, mas constituiu um projeto autoral consistente, voltado à interpretação do sertão maranhense e de suas dinâmicas históricas. Segundo a autora: “Carlota Carvalho construiu uma escrita que dialogava diretamente com os debates intelectuais de seu tempo, apropriando-se de métodos historiográficos e de uma linguagem analítica que contrariava as expectativas sociais em relação à autoria feminina” (Lima, 2021, p. 304).

Esse aspecto é central para compreender os desafios enfrentados por Carlota Carvalho. Ao contrário do que ocorria com muitos escritores homens, sua condição de mulher exigia que a autora provasse reiteradamente sua competência intelectual, recorrendo ao rigor documental, à sistematização de fontes e à construção de uma narrativa historicamente fundamentada. Tal postura pode ser interpretada como uma estratégia de resistência simbólica, mas também como resposta às pressões exercidas pelo campo intelectual.

Um dos obstáculos mais concretos enfrentados por Carlota Carvalho foi a necessidade de deixar o Maranhão para viabilizar a publicação de *O Sertão*. Conforme Lima (2021) a obra de Carlota Carvalho enfrentou muitas dificuldades para ser publicada no ano de 1924 e, para concretizar esse projeto, a autora precisou sair de sua terra natal. Tal deslocamento revela não apenas limitações editoriais locais, mas

também a fragilidade das redes institucionais disponíveis às mulheres, que não dispunham do mesmo apoio concedido aos intelectuais homens.

Outro elemento relevante diz respeito às condições materiais da publicação. No Maranhão do período, a circulação de livros dependia de tipografias locais, de redes de apoio financeiro e de vínculos com a imprensa. Para uma mulher, o acesso a esses recursos era ainda mais limitado, tornando a publicação um processo marcado por incertezas (Santos, 2014; Lima, 2021). A escrita, portanto, não garantia automaticamente a visibilidade pública. Pode-se afirmar que tais redes funcionaram como estruturas de sustentação simbólica, permitindo à autora transitar, ainda que de forma tensionada, no espaço público da escrita (Sirinelli, 2003).

Mesmo após a publicação, o reconhecimento foi restrito. Silva (2021, p. 56) destaca que, “quando o fez, poucos em sua própria terra a celebraram”, p., o que demonstra que o desafio não se limitava ao ato de publicar, mas se estendia à recepção da obra e à sua incorporação no debate intelectual maranhense.

Outro desafio importante foi a dúvida em relação a autoria do livro *O Sertão* como afirmou o biógrafo de Parsondas de Carvalho, Dino (2006):

[...] Parece que zombateiramente a esfinge nos desafia: decifra-me! Não passa de uma pseudo literata que por si só demitologiza o mito de escritora. Com todo o respeito que se possa ter pela sua memória, não encontramos, inclusive, entre pessoas que a conheceram bem de perto, qualquer referência sobre suas origens ou passagem pelo mundo das letras. Até mesmo no báu da memória oral, nada localizamos. Sempre a esfinge rindo da gente! (Dino, 2006, p. 49).

O levantamento da hipótese de que Parsondas, seu irmão, seria o verdadeiro autor de *O Sertão*, atribuiu a Carlota Carvalho um papel secundário ou até mesmo oportunista. Tal perspectiva, entretanto, revela-se profundamente problemática quando analisada à luz dos estudos de gênero e da história da educação. A desqualificação da autoria feminina baseia-se, em grande medida, na ideia de que Carlota Carvalho seria analfabeta ou desprovida de formação intelectual (Perrot, 2005; Louro, 2007)., argumento que não se sustenta diante das evidências documentais sobre sua trajetória como professora normalista, escritora e colaboradora da imprensa maranhense (Lima, 2021; Silva, 2021).

Pesquisadores como Lima (2021), Motta (2002), Pachêco Filho (2014), Renôr (2005) reafirmam que Carlota Carvalho possuía formação intelectual sólida, construída tanto no seio familiar quanto na Escola Normal do Pará, além de uma

trajetória docente que lhe conferiu amplo domínio da escrita e dos saberes pedagógicos. A análise estilística de *O Sertão*, realizada por João Renôr na segunda edição publicada em 2000 também reforça essa autoria, uma vez que a narrativa apresenta unidade discursiva, coerência temática e marcas autorais compatíveis com os demais escritos de Carlota Carvalho, como as publicações dos trechos de *Factos e Contos*.

Do ponto de vista autoral, é fundamental compreender que a dúvida em torno da autoria de *O Sertão* não pode ser dissociada das relações de poder que historicamente silenciaram as mulheres no campo intelectual. A produção de Carlota Carvalho foi sistematicamente lida à sombra da figura masculina de Parsondas, reproduzindo uma lógica patriarcal que associa o saber, a escrita e a autoridade intelectual ao masculino. Como destaca Louro (2018), a educação feminina, no Brasil oitocentista, era concebida como extensão do espaço doméstico, o que dificultava o reconhecimento público das mulheres como intelectuais.

Carlota Carvalho, em sua principal obra, propôs-se a elaborar uma síntese interpretativa da história do Brasil, com ênfase nos aspectos políticos. Entretanto, tal empreendimento historiográfico tem como eixo central a história do sul do Maranhão, analisada em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais e geográficas.

Em sua obra inaugural, a professora Carlota Carvalho examina o processo de conquista e ocupação do sertão maranhense, protagonizado por vaqueiros oriundos, sobretudo, das capitanias de Pernambuco e da Bahia, sem deixar de evidenciar a violência inerente a esse movimento, marcada pela dizimação das populações indígenas. A autora reconstrói a formação das vilas e cidades, descreve o desenvolvimento da sociedade sertaneja e de seus modos de vida, ao mesmo tempo em que analisa os elementos naturais da região, com especial atenção à geografia fluvial e aos altos sertões do Maranhão (Carvalho, 2000, 2011, 2017; Pachêco Filho, 2014; Motta, 2002).

O anúncio de publicação do livro *O Sertão* foi realizado por meio da seguinte matéria:

Com esse título, a Empresa Editora de obras Scientíficas Literarias, publicou um livro escripto pela professora Carlota Carvalho. O livro é dividido em duas partes e contendo as informações mais exactas sobre a geografia e história do Brasil, dando a história verdadeira e não panegyricos loudatorios. No julgamento dos competentes, é uma obra que merece ser lida e meditada (*O Brasil*, de 06 de agosto de 1924, p.7).

O mesmo anúncio é encontrado também em vários jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*, de 06 de agosto de 1924 (p.2) e a *Gazeta de Notícias*, de 07 de agosto de 1924 (p.5). Na imprensa maranhense, no jornal *Folha do Povo*, de 24 de setembro de 1924 (p.2), com matéria intitulada “O Sertão” é feito um elogio à obra, o qual destacamos:

A sra. d. Carlota [Carvalho] teve a nímia gentileza de oferecermos um exemplar da sua obra, apreciada e julgada de grande valor para os nossos dias, denominada *O Sertão*. Iremos lê-la. No entanto é-nos permitido dizer, que as apreciações que precedem, revelam-lhe como uma das melhores produções nacionais no gênero científico e literário. Agradecemos a atenção da autora e mandamos-lhe os nossos cumprimentos pela acolhida que há tido no mundo das letras.

Com esse trabalho e sua publicação, Carlota Carvalho conseguiu reconhecimento intelectual. Em seu livro, ela nos mostra um senso crítico bem formado e um vasto conhecimento sobre a geografia e a história do Brasil; evidencia também um sólido conhecimento sobre a geografia maranhense, destacando os sertões e o seu povo. Também nessa obra Carlota Carvalho demonstra ter conhecimento em inglês e francês, o que percebemos ao lermos termos e expressões nesses idiomas respectivamente.

Consideramos de fundamental importância a análise da narrativa de Carlota Carvalho em sua principal obra. Isso porque, por meio de suas publicações, que está intimamente ligada à sua trajetória de vida, temos a possibilidade de identificar elementos narrados de suas vivências pessoais e a percepção dela a respeito da sociedade e dos contextos em que estava inserida, apresentando em sua obra *O Sertão* uma visão profunda e multifacetada do sertão, especialmente das realidades maranhenses. Mais do que uma simples representação geográfica, o sertão, na concepção da autora, é um espaço de significados culturais, históricos e afetivos, que transcende a aridez física para adentrar os campos simbólicos e existenciais do povo sertanejo.

Sobre a publicação do livro *O Sertão*, em reportagem do jornal *Diário de São Luiz*, de 27 de julho de 1924, aparece que essa obra:

[...] virá preencher sensivelmente a lacuna [...] de que se ressentem nossas narrativas históricas. Reabilitará esse vulto extraordinário do sertanejo, Militão Bandeira de Barros, que anda imbecilmente deformado e caluniado

como bandido e facinora pelos nossos massudos e empaturrados compendios. Trata da balaçada desde os seus primordios, criticando e discutindo factos e typos de que não tivemos ainda a menor notícia. Fala de Raymundo Gomes que, como diz a notavel escriptora, abriu uma rua larga à Liberdade. Será um livro grandioso, nem só histórico como geographico, illustrado com mappas do sertão maranhense e bocças do Amazonas, versando sobre morphographia e physiographia do Brazil. Depois, conforme com o que me disse Parsondas de Carvalho, Dona Carlota [Carvalho] publicará o livro Factos e Contos (p.2).

Após o êxito inicial da publicação de *O Sertão*, Carlota Carvalho enfrentou um dos desafios mais recorrentes na história das mulheres intelectuais: o apagamento posterior de sua obra. Lima (2021), Santos (2014) e Silva (2021) afirmam que a autora não conseguiu uma segunda edição, de modo que o livro caiu no esquecimento dos leitores maranhenses.

. A recuperação da obra ocorreu apenas de forma fortuita, quando um exemplar foi encontrado décadas depois em um sebo no Pará, possibilitando uma nova edição 76 anos após a primeira. Esse dado é emblemático, pois evidencia que publicar não significava garantir permanência na memória intelectual.

Neste caso, esse esquecimento não pode ser atribuído à irrelevância de sua produção, mas às condições desiguais de consagração impostas às mulheres no campo historiográfico e literário. Embora a obra tenha sido bem recebida em seu lançamento e reconhecida por seus contemporâneos, a ausência de reedições, de institucionalização acadêmica e de políticas sistemáticas de preservação contribuiu para seu apagamento ao longo do tempo, fenômeno recorrente nas trajetórias de mulheres intelectuais, conforme discutido por Silva e Julio (2024) e Perrot (2005). Assim, a história editorial de *O Sertão* revela que o esquecimento da obra esteve ligado a relações de poder e gênero que limitaram a consolidação da autoria feminina na tradição escrita, tornando sua sobrevivência dependente do acaso e não de um reconhecimento duradouro.

Perrot (2007) observa que a história das mulheres é marcada por silenciamentos, não apenas no momento da produção, mas sobretudo na posterior incorporação de suas obras à memória coletiva. No caso de Carlota Carvalho, esse silenciamento manifesta-se tanto nas dificuldades iniciais de publicação quanto no apagamento relativo de suas obras no cânone intelectual regional. Como aponta Lima (2021, p. 95): “mesmo após a publicação de *O Sertão*, a obra de Carlota Carvalho não alcançou, de imediato, o reconhecimento atribuído a autores homens, o que revela a persistência das desigualdades de gênero no processo de consagração intelectual”.

A publicação de *O Sertão* representa o momento mais expressivo da trajetória intelectual de Carlota Carvalho, mas também aquele em que se tornam mais evidentes os desafios impostos à autoria feminina no campo intelectual maranhense. Diferentemente de textos considerados “adequados” às mulheres, como escritos de cunho moral, religioso ou pedagógico, as obras de Carlota Carvalho assumem um caráter interpretativo, histórico e crítico, tensionando as fronteiras simbólicas que delimitavam o lugar social da mulher escritora (Lima, 2021; Silva, 2021).

Segundo Lima (2021), *O Sertão* não deve ser lido apenas como uma narrativa regionalista, mas como um projeto intelectual ambicioso, no qual Carlota Carvalho se propõe a interpretar processos históricos, conflitos políticos e dinâmicas sociais do interior maranhense. A autora observa que:

[...] ao escrever *O Sertão*, Carlota Carvalho rompe com os limites tradicionalmente impostos à escrita feminina, apropriando-se de um discurso historiográfico que exigia autoridade intelectual e domínio de fontes, atributos socialmente associados ao universo masculino (Lima, 2021., p. 270).

A ideia de sertão de Carlota Carvalho é marcada por uma dualidade, pois ao mesmo tempo que revela a dureza imposta pela seca e pelas dificuldades socioeconômicas, é também um espaço de resistência, vida e cultura. A autora traz à tona a força do povo sertanejo, enraizado na simplicidade, mas movido pela fé, pela tradição e por uma ligação quase visceral com a terra.

Por meio de uma prosa sensível, *O Sertão* explora as nuances de um território que, embora frequentemente associado ao abandono e à marginalização, é descrito como um lugar de criação e pertencimento. Carlota Carvalho eleva o sertão a um patamar simbólico de brasilidade, uma síntese das lutas, esperanças e histórias que permeiam o imaginário regional.

Dessa forma, a autora amplia nossa compreensão do sertão, transformando-o em um cenário vivo, repleto de vozes, memórias e afetos. Seu olhar humanizado e poético resgata a importância desse espaço, tanto na construção identitária do povo sertanejo na valorização das culturas e saberes que dele emergem, contribuindo dessa maneira para as discussões propostas neste trabalho.

Essa ruptura temática foi, ao mesmo tempo, a força e a fragilidade da obra. Se, por um lado, conferiu densidade intelectual ao texto, por outro, ampliou as resistências à sua publicação. A escrita histórica feminina era frequentemente vista como

inadequada, excessiva ou pretensiosa, exigindo da autora um esforço contínuo de legitimação. Conforme Lima (Lima, 2021, p. 304) destaca: “a condição de mulher impunha a Carlota Carvalho a necessidade de demonstrar, de forma reiterada, sua competência intelectual, como se a autoria feminina precisasse sempre de provas adicionais para ser reconhecida como legítima”

Nesse sentido, a escolha pelo rigor documental e pela escrita analítica não pode ser compreendida apenas como opção metodológica, mas como estratégia de sobrevivência simbólica no campo intelectual, nos termos de Bourdieu (1996). Carlota Carvalho constrói sua autoridade não a partir de uma posição social consolidada, mas por meio do acúmulo de capital cultural expresso na erudição, na organização dos fatos históricos e no diálogo implícito com os modelos historiográficos vigentes de sua época.

Dessa forma, apesar de não conseguirmos traçar cronologicamente os fatos em relação publicação de *O Sertão*, no período em que esteve no Rio de Janeiro, sabemos que um dos principais desafios para a publicação da sua principal obra foi o seu adoecimento ocasionado por um acidente, como informa Silva (2021, p. 38):

Conforme relatado pela própria autora, não foi possível realizar o lançamento desse livro [O Sertão] no ano de 1922, ano do Centenário da Independência do Brasil, por motivos de problemas de saúde, causados por um acidente, em que a autora caiu de um bonde no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Assim como a própria autora nos relata nas primeiras páginas de *O Sertão*:

AO LEITOR

Querendo contribuir para a solenização do centenário da Independência, escrevi estes Subsídios para a História e a Geografia do Brasil que pretendia oferecer à respectiva comissão diretora.

Mal acabara e antes do polimento necessário, uma perturbação na saúde impediu que o fizesse.

Depois de um incidente em bonde da Tijuca, uma dor prostrou-me onze meses, impossibilitada de andar e sentar.

Diagnosticado o mal - uma nevralgia por uns, reumatismo muscular e radiculite por outros médicos e médicas-, fui submetida a um tratamento sedativo composto de iodeto de potássio e de soda, salicilato de soda, analgesina e colchico em grandes doses e continuamente.

Atuando sobre os nervos, o uso desses medicamentos causou tremuras nos membros e ambliopia, quase amaurose completa. Mal divisava os corpos através de um nevoeiro. Mal via corpos grandes. Não podia ler nem escrever e continuei Impossibilitada de mover-me.

Ineficaz para o mal contra o qual foi receitado, o tratamento produziu outro. Ameaçada de paralisia no nervo ótico, parei o uso do iodeto e seus associados.

Em desespero, recorri as sociedades espíritas, que deram consulta mandando não tomar drogas e esperar a ação da natureza, porque o caso era traumatismo

Resignei-me a isto e, meses depois, comecei a mover-me e a vista foi voltando vagarosamente.

Raciocinei que teria sido bastante o repouso, a inação, para modificar e cessar a dor, mas a oportunidade estava perdida e o maço de papel escrito ficou abandonado (Carvalho, 2000; 2011; 2017, p. 89-90).

O professor João Rênor na apresentação da 2ª Edição de *O Sertão* (2000) faz menção do processo que foi a publicação da principal obra de Carlota Carvalho:

No dia 7 de janeiro de 1924, Carlota Carvalho, autora de "O Sertão" (Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, 420p.), encontrava-se convalescente de reumatismo na cidade do Rio de Janeiro. Apegava-se com diferentes expoentes da cultura nacional para obter amparo institucional que lhe permitisse editar o que ela mesmo denominou de "o maço de papel escrito... abandonado" (p. 91).

Explicando as circunstâncias daquele momento em busca de apoio para publicar seu trabalho, ela assim se expressa: E abandonado ficaria se o doutor Manoel Nogueira da Silva, bibliotecário da Associação de Imprensa, e Irineu Veloso, tesoureiro da mesma, não entendessem, depois de ler, que o trabalho devia ser aproveitado, visto conter "fatos importantes da História do Brasil ainda não conhecidos ou suficientemente esclarecidos e informações geográficas e geológicas.

A entourage da qual a autora se cercou no Rio de Janeiro, em 1924, era a mais exponencial da época: Manoel Nogueira da Silva, Irineu Veloso e Raul Pederneiras, respectivamente bibliotecário, tesoureiro e presidente da Associação Brasileira de Imprensa; doutor Luiz Murat, membro da Academia Brasileira de Letras, dentre outros.

O senador Tobias Monteiro, em carta de 2 de fevereiro, fez expressa recomendação ao acadêmico Luiz Murat para que apoiasse a publicação do trabalho de Carlota Carvalho pela Empresa

de Obras Científicas e Literárias. A recomendação desse elenco de intelectuais que pontificavam na Capital Federal, em 1924, por si basta para dignificar a magna importância que passou a ter o livro de Carlota, uma sertaneja maranhense, desconhecida das "altas rodas" literárias e discriminada, com certeza, por ser mulher, apesar das ideias positivistas de vanguarda, por ela reveladas, fato extraordinário para aquele momento histórico e naquele contexto sociológico do primeiro quartel deste século.

As dificuldades para publicação se deram também no âmbito material. O circuito editorial maranhense era restrito, dependente de tipografias locais e de vínculos com a imprensa. Para uma mulher, o acesso a esses meios não era automático. A circulação dos escritos exigia mediações, tanto familiares quanto intelectuais, inserindo Carlota Carvalho em redes de sociabilidade que funcionavam como suporte e, ao mesmo tempo, como filtro de legitimação.

Conforme analisam Lima (2021) e Silva (2021), a publicação de *O Sertão*, em 1924, foi resultado de um conjunto de estratégias e esforços individuais diante de um circuito editorial marcado por limitações materiais e econômicas, sobretudo para

autores situados fora dos grandes centros culturais. Carlota Carvalho, professora e escritora sertaneja, não dispunha de capital financeiro próprio nem de vínculos permanentes com editoras consolidadas, bem como estava se recuperando de um acidente, o que tornava a produção livresca um empreendimento oneroso e também incerto. Nesse contexto, a publicação dependia de negociações pontuais, da circulação prévia de textos na imprensa e do apoio circunstancial de mediadores culturais (intelectuais), sem que isso garantisse estabilidade editorial ou condições para reedições. Assim, os obstáculos econômicos, materiais e de saúde constituíram desafios centrais para a publicação e, sobretudo, para a permanência da obra no mercado editorial.

Essas dificuldades iniciais foram agravadas pelas barreiras estruturais impostas às mulheres no campo das letras, amplamente discutidas por Perrot (2005) e Louro (2007). A escrita feminina era frequentemente deslegitimada, percebida como exceção ou produção menor, o que dificultava sua conversão em capital simbólico duradouro. Publicar, nesse sentido, não significava assegurar circulação contínua, políticas de reedição ou inserção no cânone intelectual, especialmente quando se tratava de uma autora mulher, atuando fora dos circuitos hegemônicos.

Além disso, o próprio caráter da obra tensionava o campo editorial. *O Sertão* apresentava uma escrita híbrida, histórica e geográfica, marcada por forte tom crítico e revisionista, ao confrontar narrativas consagradas sobre o sertão e revoltas na nação. Conforme Motta (2002; 2008) e Dino (2006), essa postura colocava Carlota Carvalho em posição marginal frente a uma historiografia oficial dominada por homens, o que contribuiu para a dificuldade de legitimação editorial posterior e para a ausência de continuidade nas edições.

À luz das reflexões de Sirinelli (2003), compreende-se que a permanência de uma obra no circuito editorial depende da solidez das redes de sociabilidade e das instâncias de consagração. No caso de Carlota Carvalho, essas redes mostraram-se suficientes para viabilizar a publicação inicial de *O Sertão*, mas insuficientes para assegurar sua consolidação editorial ao longo do tempo.

Scott (1995) contribui para aprofundar essa compreensão ao afirmar que o gênero opera como uma estrutura que organiza o acesso tanto aos recursos simbólicos quanto aos materiais. No caso de Carlota Carvalho, a publicação de *O Sertão* não dependia apenas da qualidade do texto, mas da possibilidade de negociar sua presença em um espaço público historicamente excludente. Lima (2021) destaca

que a recepção da obra foi marcada por silêncios e reconhecimento tardio, evidenciando que publicar não significava, necessariamente, ser incorporada ao cânone intelectual: “o percurso editorial de Carlota Carvalho revela que a publicação de suas obras não garantiu visibilidade imediata, sendo sua produção, por muito tempo, marginalizada nos registros da história intelectual maranhense” (Lima, 2021, p. 109).

Esse isolamento não pode ser interpretado como escolha individual, mas como resultado direto da exclusão das mulheres dos espaços públicos de produção do saber. Conforme observa Silva (2021), a ausência feminina nos grupos intelectuais não se devia à falta de produção, mas à inexistência de espaços legitimados para sua participação, uma vez que mesmo intelectuais considerados progressistas compartilhavam a visão de que o lugar das mulheres não era nas academias, jornais ou escolas.

Nesse cenário, as redes de sociabilidade intelectual assumem centralidade analítica. A publicação de *O Sertão* e, posteriormente, de *Factos e Contos*, só se tornou possível porque Carlota Carvalho não atuou de forma isolada, mobilizando mediadores na imprensa e intelectuais homens que funcionaram como pontes entre a autora e o espaço público da escrita. Tais mediações foram fundamentais para enfrentar, ainda que parcialmente, os obstáculos materiais, econômicos e simbólicos impostos à autoria feminina.

Assim, os desafios enfrentados por Carlota Carvalho para publicar *O Sertão* e *Factos e Contos* não se limitam a questões técnicas, mas expressam um conflito estrutural entre gênero, economia editorial e campo intelectual. Suas obras constituem, portanto, não apenas produções literárias e históricas, mas atos de afirmação intelectual em um contexto marcado pela exclusão feminina, revelando simultaneamente as barreiras impostas às mulheres e as estratégias mobilizadas para enfrentá-las.

Dessa forma, os desafios enfrentados por Carlota Carvalho para publicar *O Sertão* e *Factos e Contos* devem ser compreendidos como expressão de um contexto mais amplo, no campo intelectual e poder se articulavam para limitar a presença feminina na produção do saber. Sua trajetória revela, simultaneamente, as barreiras impostas às mulheres e as estratégias mobilizadas para enfrentá-las, tornando sua obra um objeto privilegiado para a análise histórica sob a perspectiva do gênero e das redes de sociabilidade.

4.2 Factos e Contos – o real por trás da escritora

A segunda obra de Carlota Carvalho da qual se tem notícia intitula-se *Factos e Contos*, composta por textos narrativos que reúnem histórias e contos nos quais a autora descreve, de forma marcada por um sentimento de saudade, a beleza das regiões amazônicas por onde passou, bem como enaltece os sertões maranhenses. Nessa obra, Carlota Carvalho apresenta narrativas sobre a formação de algumas cidades e a trajetória histórica de seus fundadores, além de relatar experiências vivenciadas ao longo de sua vida, dando visibilidade a personagens reais que integraram sua história pessoal e social.

No que diz respeito à publicação dessa segunda obra, Parsondas de Carvalho, irmão da autora, informa em reportagem publicada no *Diário de São Luiz*, em 27 de julho de 1924 (p. 4), que a irmã “irá publicar um novo livro, Factos e Contos”. Tal anúncio indica que, naquele momento, o livro já se encontrava em fase de organização ou encaminhamento para impressão.

Em *Factos e Contos*, embora o formato literário seja distinto, persistiram os mesmos desafios de publicação do livro *O Sertão* Lima (2021) e Silva (2021). A obra articula memória, narrativa e observação social, reafirmando o compromisso da autora com a interpretação crítica da realidade sertaneja. Lima (2021) ressalta que: “mesmo quando recorre a formas narrativas mais flexíveis, Carlota Carvalho não abdica de uma escrita comprometida com a compreensão histórica e social, o que reforça sua posição como intelectual e amplia as resistências à aceitação de seus textos” (Lima, 2021, p. 95).

Sobre *Factos e Contos*, o jornalista Avelino Rezende tece um comentário na imprensa maranhense, em texto publicado no *Diário de São Luiz*, de 10 de dezembro de 1924 (p. 1), no qual afirma:

A eximia escriptora maranhense d. Carlota Carvalho entregou á lypographia do Diario de S. Luiz os autógrafos do seu livro Factos e Contos, dos quais os leitores desta folha já conhecem algumas paginas brilhantes [...] Ainda é cedo para dizermos do valor deste trabalho cheios de uteis e valiosos ensinamentos, exarados numa linguagem simples e desataviada, que está á altura de todos os leitores, um livro que a mocidade estudiosa desta terra prestará inestimáveis serviços [...] Será prefaciada a obra pelo professor Nascimento Moraes.

A partir do comentário de Avelino Rezende, torna-se evidente que Carlota Carvalho havia entregado o livro à tipografia vinculada ao jornal *Diário de São Luiz* e que parte de seus textos já era conhecida pelos leitores do periódico, uma vez que algumas páginas haviam sido previamente publicadas. Além disso, o jornalista ressalta que a obra se caracteriza por uma linguagem simples e acessível, capaz de alcançar um público amplo, e informa que o prefácio seria escrito pelo professor e jornalista maranhense Nascimento de Moraes, figura de destaque no campo intelectual local.

Corroborando essa informação, em diversas edições do *Diário de São Luiz* ao longo do ano de 1924 (ver Quadro do Apêndice B), encontram-se publicadas partes da obra *Factos e Contos*. Essa prática editorial permitiu perceber a intenção da autora de instigar o interesse dos leitores do jornal, incentivando-os a acompanhar os textos e, posteriormente, a adquirir o livro em sua forma integral.

Ainda conforme reportagem do *Diário de São Luiz*, publicada em 10 de dezembro de 1924 (p. 1), a obra apresenta uma linguagem “simples”, o que facilitava o acesso da população alfabetizada. A esse respeito, Lima (2021, p. 237) destaca:

A presença de anúncios de livros na imprensa maranhense pode ser vista tanto como uma forma de incentivar a leitura de determinados livros, quanto de oportunizar, através de fascículos, uma leitura agradável àqueles que não podiam adquiri-los. Este expediente foi muito utilizado para o livro ‘Factos e Contos’.

Além disso, os textos publicados em formato de matérias no jornal vinham frequentemente acompanhados de anúncios prévios, nos quais o título do artigo aparecia em letras maiúsculas, seguido da expressão “– A seguir.”. Tal recurso conferia uma conotação de suspense às publicações, despertando a curiosidade do leitor e estimulando o acompanhamento das edições subsequentes.

Acredita-se que o livro tenha sido efetivamente encaminhado para impressão conforme notícia publicada no *Diário de São Luiz*, em 27 de janeiro de 1925 (p. 4), sob o título “VIAJANTES”, que informa:

PARSONDAS E CARLOTA CARVALHO

“Trouxeram-nos hontem as suas despedidas por terem de reguir hoje para a vizinha capital paraense, os distintos escriptores maranhenses sr. Parsondas de Carvalho e d. Carlota Carvalho-autora do ‘Sertão’. Carlota Carvalho deixa a imprimir-se nas officinas graphicas dos srs Chaves & Campos a sua segunda obra ‘Factos e Contos’.

Aos illustres viajantes agradecemos a deferencia da despedida e desejamos optma viagem.”²⁰

Tal citação nos dão indícios de que a obra se encontrava em processo de impressão e as informações sobre o tema encerram aí. De qualquer modo, assim como em *O Sertão*, Carlota Carvalho descreveu em *Factos e Contos* lugares sob uma perspectiva geográfica e histórica, ao mesmo tempo em que abriu espaço para as vozes de personagens reais que integraram sua trajetória de vida, reafirmando o caráter memorialístico e histórico de sua produção intelectual.

Assim como em *O Sertão*, Carlota Carvalho produziu sua segunda obra em um contexto no qual o campo intelectual maranhense era fortemente masculino, hierarquizado e concentrado em espaços específicos de legitimação, como a imprensa periódica, os círculos literários e as instituições culturais, como apontado por Lima (2021) e Silva (2021). Todavia, do mesmo modo, ao propor sua segunda obra escrita, ela buscava se afirmar intelectualmente e se colocar enquanto produtora de conhecimento e de interpretação social, rompendo, ainda que parcialmente, com os limites impostos às mulheres no âmbito da escrita.

Outro aspecto importante diz respeito às redes de sociabilidade intelectual mobilizadas por Carlota Carvalho para viabilizar a publicação de sua segunda obra. Acreditamos que a obra só se tornou publicável porque a autora já havia se inserido em um conjunto de relações que envolviam jornalistas, intelectuais, professores e editores. Isso porque, como apontado por Lima (2021), o livro *Fatos e Contos* articulou narrativas que transitou entre o registro factual e a elaboração literária, abordando costumes, experiências sociais e reflexões morais. Esse caráter híbrido, embora enriquecedor do ponto de vista intelectual, também representou um desafio editorial.

Em um contexto marcado por expectativas normativas quanto ao que mulheres poderiam escrever, a obra exigiu cuidados discursivos e editoriais, evitando confrontos diretos com valores morais dominantes. Assim, a publicação do livro revelou uma escrita que combinava criticidade e prudência, estratégia fundamental para garantir sua aceitação e circulação (Lima, 2021; Silva, 2021).

Segundo Lima (2021) e Silva (2021), a circulação de *Fatos e Contos* foi inicialmente restrita ao espaço regional, dependendo fortemente da imprensa local e das redes intelectuais já constituídas. Ainda assim, a publicação consolidou Carlota

²⁰ Foi mantida a grafia da época na fonte utilizada.

Carvalho como uma voz relevante no cenário cultural maranhense, ampliando sua visibilidade e fortalecendo sua trajetória intelectual. Em ambas as obras, Carlota Carvalho enfrentou limites impostos por um circuito editorial restrito, marcado por dificuldades materiais, ausência de editoras consolidadas no espaço regional e escassas políticas de reedição. A publicação dos livros ocorreu de forma pontual, dependente da imprensa periódica e de arranjos circunstanciais, o que demonstra que, para uma mulher escritora no início do século XX, publicar significava superar obstáculos econômicos e institucionais que iam muito além da qualidade intelectual da obra.

Nesse contexto, as redes de sociabilidade intelectual assumiram papel decisivo para minimizar tais dificuldades. A imprensa, os vínculos com jornalistas, professores e intelectuais, como Parsondas de Carvalho, Nascimento de Moraes e outros mediadores, funcionaram como instâncias de legitimação simbólica e viabilização material da escrita. Conforme indicam Lima (2021) e Silva (2021), essas redes permitiram que Carlota Carvalho tivesse acesso às tipografias, espaço nos jornais e reconhecimento público inicial, ainda que não tenham sido suficientes para garantir ampla circulação nacional ou continuidade editorial. Assim, as redes não eliminaram os desafios, mas atuaram como estratégias de resistência e negociação, possibilitando que a autora ocupasse, mesmo que de forma frágil, o espaço público da escrita.

Dessa forma, conclui-se que os desafios enfrentados por Carlota Carvalho para publicar *O Sertão e Factos e Contos* devem ser compreendidos como expressão de um conflito estrutural entre gênero, economia editorial e campo intelectual. Suas obras revelam tanto as barreiras impostas às mulheres quanto as estratégias mobilizadas para enfrentá-las, evidenciando que a escrita feminina, no período, dependia de mediações, alianças e cautelas discursivas para existir publicamente. Ao final, a trajetória editorial de Carlota Carvalho não apenas iluminou os limites da consagração feminina, mas também reforça a centralidade das redes de sociabilidade como elemento fundamental para compreender a produção intelectual de mulheres na história cultural maranhense e brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Carlota Carvalho oferece uma chave de leitura fundamental para compreender os modos pelos quais mulheres do século XIX e início do século XX construíram percursos intelectuais mesmo diante das barreiras impostas pelo patriarcado e pela normatização dos papéis sociais. Sua formação, articulada entre o espaço doméstico e o ensino formal, evidencia a potência educativa de um ambiente familiar culturalmente ativo e o papel central da educação como instrumento de autonomia, resistência e inserção no espaço público.

O resgate de sua história convida, portanto, a repensar o lugar das mulheres na história da educação brasileira, especialmente daquelas cujas trajetórias se entrelaçaram com as práticas de leitura, escrita e ensino em contextos marcados por profundas desigualdades de gênero.

A experiência formativa de Carlota Carvalho na Escola Normal do Pará exemplifica uma das estratégias adotadas por mulheres brasileiras para romper com os limites do espaço doméstico e conquistar inserção no campo educacional formal. Sua formação ocorreu em um período em que o magistério se consolidava como uma das poucas possibilidades profissionais femininas, ainda fortemente atravessada por expectativas patriarcais de docilidade, vocação maternal e subordinação.

Apesar dessas limitações, Carlota Carvalho construiu uma trajetória singular, que extrapolou os muros da escola e a transformou em educadora itinerante nos sertões maranhenses. Nesse sentido, sua vivência na Escola Normal pode ser compreendida como uma forma de resistência silenciosa, expressa pela permanência, pelo saber e pela ocupação de espaços historicamente negados às mulheres.

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu identificar que a rede de apoio mobilizada por Carlota Carvalho era ampla e heterogênea, envolvendo intelectuais, jornalistas, escritores e familiares como foi o caso de seu irmão Parsondas de Carvalho frequentemente mencionado como “companheiro de andanças”. Destacam-se, nesse conjunto, figuras como o professor e jornalista maranhense Nascimento de Moraes, Luís Murat, membro da Academia Brasileira de Letras, o jornalista Souza Bispo. Esses sujeitos, reconhecidos por sua atuação na esfera intelectual e cultural maranhense, desempenharam papel decisivo na divulgação e legitimação da obra *O Sertão*, bem como no acesso aos espaços de impressão e circulação editorial.

A análise das redes de sociabilidade de Carlota Carvalho demonstrou que a publicação de *O Sertão*, em 1924, foi resultado de um complexo tecido de relações sociais, intelectuais e afetivas construídas ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. Em um contexto histórico marcado por restrições à atuação feminina no espaço público, Carlota Carvalho mobilizou vínculos familiares, amizades intelectuais e a imprensa periódica como estratégias fundamentais para a circulação e legitimação de sua produção escrita. As redes analisadas evidenciam que a inserção das mulheres no campo intelectual da Primeira República esteve profundamente vinculada a relações de apoio, reconhecimento e mediação, exercidas majoritariamente por homens já consolidados nesse espaço, mas também pela agência das próprias escritoras.

No caso de Carlota Carvalho, destaca-se o protagonismo da autora na articulação dessas redes, revelando não apenas dependência de mediadores, mas uma atuação consciente e estratégica na construção de sua trajetória intelectual. Ao recorrer à imprensa, negociar prefácios, aceitar a publicação seriada de textos e dialogar com intelectuais reconhecidos, Carlota Carvalho afirmou sua autonomia intelectual e consolidou sua posição como professora e escritora em um campo profundamente hierarquizado e masculino.

Esta dissertação também contribuiu para a ampliação dos estudos sobre a história das mulheres e da educação no Maranhão, ao recuperar uma personagem historicamente invisibilizada e ao valorizar sua produção intelectual como parte constitutiva da memória educacional e cultural regional. Ao evidenciar o papel das redes de sociabilidade na publicação de *O Sertão*, o trabalho reafirma a centralidade da imprensa como espaço de resistência, visibilidade e circulação das ideias femininas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Ao retomar os objetivos propostos, foi possível analisar que as redes de sociabilidade não se limitaram à identificação dos sujeitos envolvidos, mas buscou compreender como tais relações operaram como mecanismos de mediação, legitimação simbólica e viabilização material da obra, em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero no campo intelectual. Dessa forma, a pesquisa demonstrou que a publicação de *O Sertão* foi resultado de um processo coletivo e relacional, no qual vínculos familiares, intelectuais e jornalísticos se articularam para tornar possível a inserção pública da escrita de Carlota Carvalho.

O estudo também permitiu, primeiramente, situar a trajetória de Carlota Carvalho no contexto social, político e cultural vivido pelas mulheres entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, evidenciando os limites e possibilidades de atuação feminina nesse período. A investigação revelou que o acesso das mulheres ao mundo letrado ocorreu de forma lenta, seletiva e desigual, condicionado por fatores como escolarização, pertencimento familiar e circulação em espaços de sociabilidade específicos, como a imprensa e as instituições educacionais. Nesse sentido, o trabalho demonstrou que a escrita feminina esteve fortemente associada ao magistério e aos periódicos, considerados socialmente aceitáveis para a atuação das mulheres, ainda que permeados por expectativas normativas e restrições simbólicas.

Outro ponto contemplado foi a análise do funcionamento das redes de sociabilidade mobilizadas por Carlota Carvalho, permitindo compreender de que modo essas relações foram acionadas estrategicamente ao longo de sua trajetória. A pesquisa nos mostrou que Carlota Carvalho não atuou de forma passiva, mas exerceu protagonismo na construção e manutenção de suas redes, recorrendo à imprensa, a homens que foram mediadores culturais e vínculos para garantir a circulação de seus textos. Tal constatação reforça a compreensão de que a inserção feminina no campo intelectual não se deu apenas por concessão, mas também por iniciativa e agência das próprias mulheres.

Por fim, ao analisar o perfil e a atuação dos sujeitos que integraram essas redes, o estudo conseguiu identificar o papel desempenhado por intelectuais na publicação de *O Sertão*, evidenciando como figuras já reconhecidas no campo cultural contribuíram para a legitimação pública da obra e de sua autora. Esse conjunto de análises permitiu confirmar que Carlota Carvalho não foi uma exceção isolada, mas parte de um movimento mais amplo de mulheres que utilizaram a escrita como estratégia de visibilidade, intervenção social e afirmação intelectual, mesmo enfrentando restrições materiais, simbólicas e institucionais.

No que se refere aos desafios editoriais, a pesquisa revelou que Carlota enfrentou dificuldades materiais, econômicas e simbólicas para publicar *O Sertão* e *Factos e Contos*, relacionadas à ausência de editoras consolidadas no espaço regional, à dependência da imprensa periódica e à fragilidade das políticas de reedição. O caráter crítico e interdisciplinar de sua obra, que confrontava narrativas historiográficas consagradas sobre o sertão maranhense, também contribuiu para sua

posição no campo intelectual. Embora *Factos e Contos* apresentasse um formato literário distinto, os desafios de publicação permaneceram semelhantes, reforçando a conclusão de que as redes de sociabilidade foram fundamentais para minimizar obstáculos, mas insuficientes para garantir ampla circulação nacional ou permanência no cânone.

Apesar dos avanços alcançados, a pesquisa também evidenciou limites, como a escassez de fontes sobre a recepção das obras fora do Maranhão e a dificuldade de localizar registros completos de *Factos e Contos*. Tais limites, entretanto, apontam caminhos para investigações futuras, como estudos comparativos com outras mulheres escritoras do Norte e Nordeste, análises sobre a circulação regional e nacional de obras femininas e pesquisas que articulem escrita, educação e memória regional. O avanço das humanidades digitais e a digitalização de acervos também se apresentam como possibilidades promissoras para ampliar a visibilidade dessas trajetórias.

Conclui-se, portanto, que a trajetória de Carlota Carvalho revelou, de forma exemplar, as tensões entre exclusão e resistência que marcaram a produção intelectual feminina no Brasil do início do século XX. A publicação de *O Sertão* e de *Factos e Contos* deve ser compreendida não apenas como realização literária ou histórica, mas como ato político e pedagógico, resultado de redes de sociabilidade cuidadosamente mobilizadas em um contexto adverso. Ao recuperar essa trajetória, esta dissertação contribui para o fortalecimento dos estudos sobre escrita feminina, história da educação e redes intelectuais, reafirmando a importância de tornar visíveis mulheres que, por muito tempo, foram silenciadas nos registros da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais:

ALMANAK: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Para o ano de 1872. Editor B. de Matos, na Typ. Do Progresso na r. Sanct' Anna, 1872, p. 95.

ADVOGADOS. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Para o anno de 1860 – Terceiro anno (Segunda série). Editor B. de Matos, na Typ. Do Progresso na r. Sanct' Anna, 1859, p. 214.

A MADRINHA IMPOSTA. Diário de São. Luiz. Publicação de 21 de novembro de 1924, p. 2.

AO PÚBLICO. Diário do Maranhão. Publicação de 09 de outubro de 1874, p. 2.

A RÔLA FERIDA. Diário de S Luiz. Publicação de 10 de outubro de 1924, p. 2.

CARLOTA CARVALHO. Diário de São Luiz. Publicação de 16 de outubro de 1924, p. 2.

CHRONICA DO DIA. Astolpho Serra. Notícias de São Luiz. Publicação de 28 de julho de 1933, p. 2.

COLABORAÇÃO. Diário de São Luiz. Publicação de 16 de outubro de 1924, p. 2.

DEMISSÕES. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 25 de junho de 1889, p. 3.

DEMISSÕES. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 21 de setembro de 1889, p. 2.

DENÚNCIA. Diário de Belém. Publicação de 02 de março de 1888, p. 2.

DESIDERIO. Diário de São Luiz, Maranhão. Publicação de 08 de dezembro de 1924, p. 1.

DESPACHOS. Diário de Notícias, Belém do Pará. Publicação de 21 de janeiro de 1887, p. 2.

DESPACHOS. O Liberal do Pará. Publicação de 21 de março de 1887, p. 2.

DESPACHOS. Diário de Belém. Publicação de 09 de março de 1888, p. 2.

DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Publicação de 27 de julho de 1924, p.1.

DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Publicação de 27 de julho de 1924, p. 4.

DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Publicação de 12 de dezembro de 1924, p. 2.

ESCOLA NORMAL. Pará. Currículo. O Liberal do Pará. Publicação de 17 de fevereiro de 1882, p. 1.

ESCOLA NORMAL PRIMARIA. Diário de São Luiz. Publicação de 11 de outubro de 1924, p.1.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 19 de julho de 1889, p. 2.

EXPEDIENTE DO GOVERNO. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 22 de agosto de 1889, p. 2.

EXPEDIENTE DO GOVERNO. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 23 de agosto de 1889, p. 2.

FACTOS E CONTOS. Diário de São Luiz. Publicação de 10 de dezembro de 1924, p.1.

FUNDADORES. A Pacotilha, Maranhão. Publicação de 4 de abril de 1938, p. 2.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma O Malho, ano 23, fev. 1945, p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ano XC, n. 326, 4 mar. 1981, p. 11.

O JORNAL, Rio de Janeiro. Publicação de 25 de setembro de 1924, p.1.

O LIBERAL DO PARÁ. Publicação de 02 de maio de 1882, p. 1

O SERTÃO. Folha do Povo. Publicação de 24 de setembro de 1924, p.2.

O SERTÃO E O SEU VERDADEIRO AUTOR. Diário de São. Luiz. Publicação de 17 de outubro de 1948, p. 1.

INSTRUÇÃO PUBLICA. Diário de Belém. Publicação de 02 de março de 1888, p. 2.

LANÇAMENTO DE LIVRO. O *Sertão*. O Brasil. Publicação de 06 de agosto de 1924, p.7

LANÇAMENTO DE LIVRO. O *Sertão*. Correio da Manhã. Publicação de 06 de agosto de 1924, p.2.

LANÇAMENTO DE LIVRO. O *Sertão*. Gazeta de Notícias. Publicação de 07 de agosto de 1924, p.5.

LEVANTAMENTO DE ASSINAPTURAS. Diário de Belém. Publicação de 09 de março de 1888, p.2.

MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa. 1895.

NOMEAÇÕES. O Liberal do Pará, Belém do Pará. Publicação de 09 de junho de 1889.

NOS VÔOS DA IMAGINAÇÃO. Diário de São Luiz. Publicação de 13 de dezembro de 1924, p. 4.

NOTÍCIA. A Pacotilha, Maranhão. Publicação de 24 de outubro de 1896, p.1.

NOTÍCIA. A Pacotilha, de 03 de junho de 1926, p. 1.

NOTÍCIAS DA PROVÍNCIA. Publicador Maranhense. Publicação de 18 de março de 1863, p. 2.

OFFICIOS. O Paiz - Orgão especial do commercio. Publicação de 30 de abril de 1878, p.1.

O JORNAL. A República, Belém do Pará. Publicação em 5 de março de 1893, p.1.

O SERTÃO E O SEU VERDADEIRO AUTOR. Diário de São Luiz, Publicação de 17 de outubro de 1948.

PARÁ. Relatorio apresentado ao exmo. sr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exmo. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1875. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/172?terms=&item_id=3919#?c=4&m=77&s=0&cv=0&r=0&xywh=106%2C281%2C2124%2C1498>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PARÁ. Relatorio que o exm. sr. presidente da provincia, desembargador. Joaquim da Costa Barradas, Passou a administração da provincia ao exm. sr. Conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior no dia 17 de mar de 1887. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/172?terms=&item_id=3922#?c=4&m=80&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1413%2C-169%2C4777%2C3369>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PARÁ. Relatorio que o exm. sr. primeiro vice-presidente da província do Pará, do exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Júnior, de 06 de maio de 1888, Passou a administração da provincia ao exm. sr. dr, Miguel J. de Almeida Pernambuco. no dia 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

REMINISCENCIAS... Diário de São Luiz, Publicação de 06 de março de 1925, p. 2.

REVISTA. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1926, p. 67.

REVISTA ILUSTRAÇÃO...Publicação de fevereiro de 1945, p. 5.

Demais Referências:

- ALMEIDA FILHO, Antonio José de Almeida. A pesquisa histórica: teoria, metodologia e historiografia. **Hist enferm**, 7(2):381-2, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. — Imperatriz, MA: AIL; São Luís, MA: AML, 2012.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. Imprensa, educação e história: possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 13–32, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BITTNER, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.
- BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, 360p.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil**. 2 ed. Revista e organizada por Adalberto Franklin. — Imperatriz, MA: Ética, 2000.
- _____. **O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil** (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. de Carvalho. 3 ed. rev. e ampl. — Teresina: EDUFPI, 2011.
- _____. **O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil**. 4 ed. Revista e organizada por Adalberto Franklin. — Imperatriz, MA: Ética, 2017.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.
- COELHO, Nelly Novaes. A presença da mulher na literatura contemporânea. In: A literatura feminina no Brasil contemporâneo. São Paulo: Siciliano, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. 2008. **Tese** (Doutorado em Educação Escolar) — UNESP, Araraquara, 2008.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Imprensa, memória e intelectuais no Maranhão**. Imperatriz: EDUFMA, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. — Imperatriz, MA: Ética, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil (Século XIX)**: Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: autêntica, 2016.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa feminina no século XIX**: leitura, escrita e sociabilidade. São Paulo: Edusp, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de Romance**: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

ENGEL, Magali. **Intelectuais, sociabilidades e imprensa**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FALCI, Miridan Britto. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro. **O magistério feminino no Brasil oitocentista**. Campinas: Autores Associados, 1998.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História da educação e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, Alessandra Cristina; PINTO, Adriana Aparecida. Nos caminhos da pesquisa em história da educação: imprensa periódica e arquivos escolares em Mato Grosso. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, p. 47-59, maio./ago. 2011.

GALVES, Marcelo Cheche. **Imprensa e cultura letrada no Maranhão oitocentista**. São Luís: EDUFMA, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A escrita da história: intelectuais e trajetórias**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa e educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GUIMARÃES, Valéria Lima. **Redes de sociabilidade intelectual e escrita feminina**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

JINZENJI, Mônica Yumi. Escritas femininas, leitura e sociabilidades no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 353–378, 2012.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu** (38), janeiro-junho de 2012, p. 367-394.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIMA, Euges. “**70 anos sem Souza Bispo, o ‘raidman’ maranhense**”, 2020. Disponível em: <https://www.facetubes.com.br/noticia/334/convidado-especial-professor-euges-lima-e-a-historia-de-souza-bispo>. Acesso em: 02 fev. 2026.

LIMA, R. C. C. Por Caminhos de Terra e Tinta: a trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX). 2021. 344 f. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. **História e imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILHOMEM, Augusto de Oliveira. **Abrindo caminhos** (Setenta anos). Rio de Janeiro, 1995.

MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**, Ano 11, n. 18, jul.-dez. 2008, p. 123-135. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MUZART, Zahidé L.; NITRINI, Sandra (org.). **Mulheres e a literatura brasileira**. E-book. 2017.

NADAF, Yasmin. **Imprensa, literatura e circulação cultural no Brasil oitocentista**. São Paulo: Annablume, 2002.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, família e mudança social em São Paulo-Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Valnikson Viana de. MULHER DE LETRAS EM RELICÁRIO DE PAPÉIS: itinerário de Zalina Rolim na imprensa periódica entre os séculos XIX e XX. **Tese** (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, p. 454. 2021.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Um sertão de águas e de letras. **Outros Tempos**. vol. 11, n.17, 2014, p. 35-52. Disponível em: <www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/.../253>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PADILHA, Laura; NASCIMENTO, Cecília. **Fontes históricas e pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2015.

PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINA, Patrícia. **Jornal, literatura e mediação cultural no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

QUEIROZ, Teresinha. Amélia Beviláqua e a escrita feminina no Brasil. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVEZ, Marcelo Cheche. (Org.). **Pontos, contrapontos não desvendados**: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café e Lápis editora, 2011.

OLIVEIRA, Valnikson Viana de. MULHER DE LETRAS EM RELICÁRIO DE PAPÉIS: itinerário de Zalina Rolim na imprensa periódica entre os séculos XIX e XX. **Tese** (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2021.

SANTOS, Raimundo Lima dos. A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro. 2014. 251 f. **Tese** (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Diana Rocha da. A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903–1920). Dissertação (**Mestrado em Educação**) –, 2024.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “Às intelectuais femininas da terra!”: mulheres, imprensa e escrita no Rio Grande do Norte (1914–1929). 2025. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

SILVA, Natali Fabiana Costa e; CRUZ, Lua Gill da; TATIM, Janaína; PEREIRA, Marcos Paulo Torres (org.). Mulheres e a literatura brasileira. Macapá: UNIFAP, 2017.

SILVA, Aleilton dos Santos; SANTOS, Leiliane Araújo. **Acervo Literário: um guia sobre escritores de Imperatriz**. EDUFMA, São Luís – MA, 2017.

SILVA, Welingthon dos Santos. CARLOTA CARVALHO: protagonismo de uma professora e escritora sertaneja do Maranhão. **Monografia** (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – MA, 2021.

SILVA, Welingthon dos Santos; JULIO, Kelly Lisie. As redes de sociabilidade e a escrita feminina no Brasil do século XIX e XX: uma breve análise de produções (2010–2022). **Horizontes**, Itatiba, SP, v. 42, n. 1, e023099, 2024.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais da cidade: professores autores na corte imperial (1860 – 1890)**. 2018. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/533/5de5cfc83810ba392e09570c12b4f30d.pdf>. Acesso em: 12 dez 2025.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro; Mauad, 1990.

SORJ, Bila. **Trabalho, gênero e família no Brasil contemporâneo**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 103–120, 2004.

SOUZA, Natália Lopes de. **Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)**. 2020. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2020.

SOUZA, Keyle Samara Ferreira de. ALBA VALDEZ: a palavra das mulheres na história da literatura e da imprensa cearense. **Tese** (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, p. 427. 2019.

SOUZA, José Herênio de. **Imperatriz! Nossa avozinha aos 100 anos de idade - Por que Sibéria Maranhense?**. Imperatriz, MA: AIL, 2017.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A pesquisa (auto)biográfica: caminhos, sentidos e métodos. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **Tempos, memórias e (auto)biografias**. São Paulo: Paulus; Salvador: EDUNEB, 2010.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. **NA PENNA DA IMPRENSA PROFESSORAS E PROFESSORES PRIMÁRIOS DO SÉCULO XIX (1852-1888)**: contribuições aos estudos da feminização do magistério. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, p. 166. 2010.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

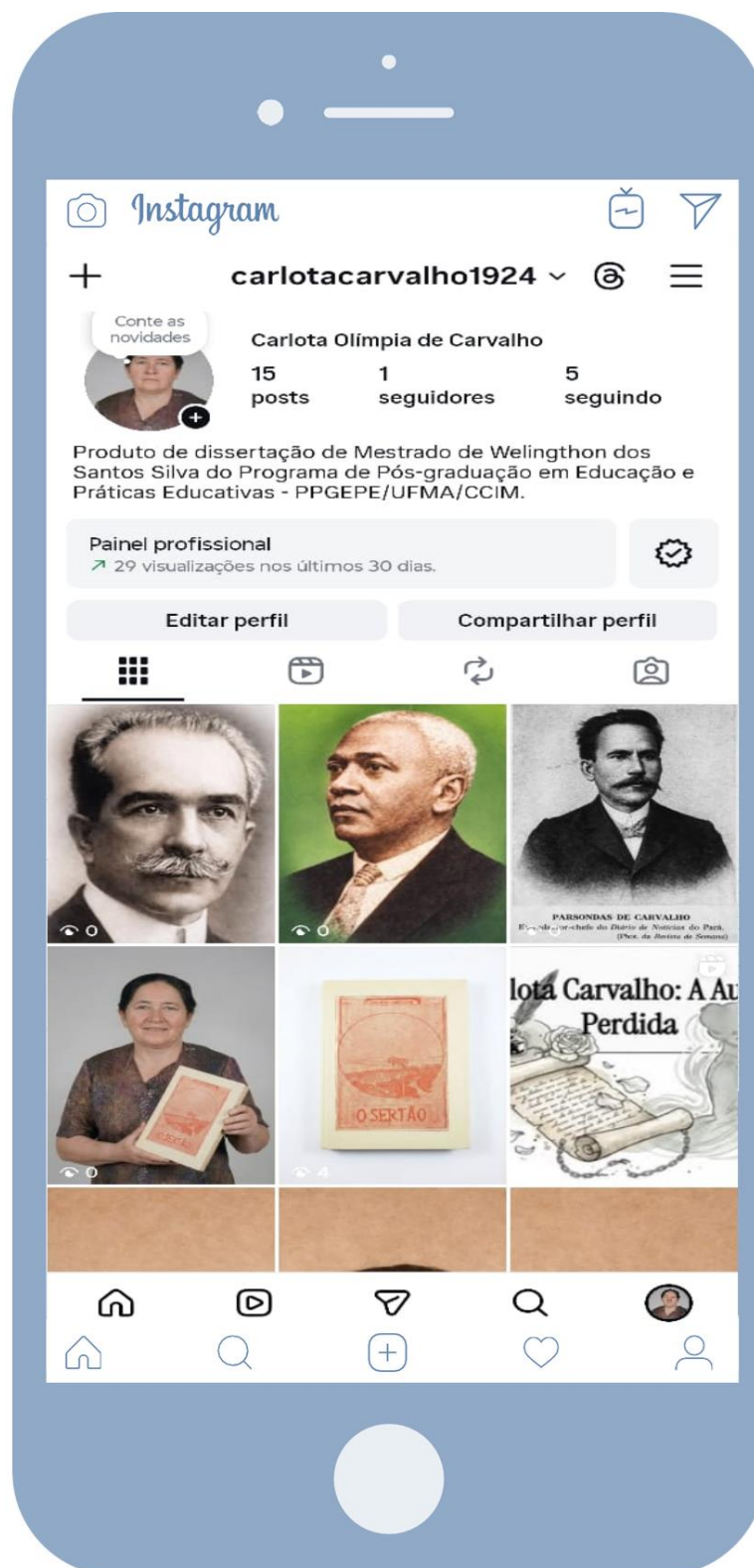
TOURINHO, Mary Angélica Costa; MOTA Diomar das Graças. As normalistas no início do século xx em São Luís do Maranhão: ações e mobilizações estudantis. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.5, n.1, jan./jun. 2012.

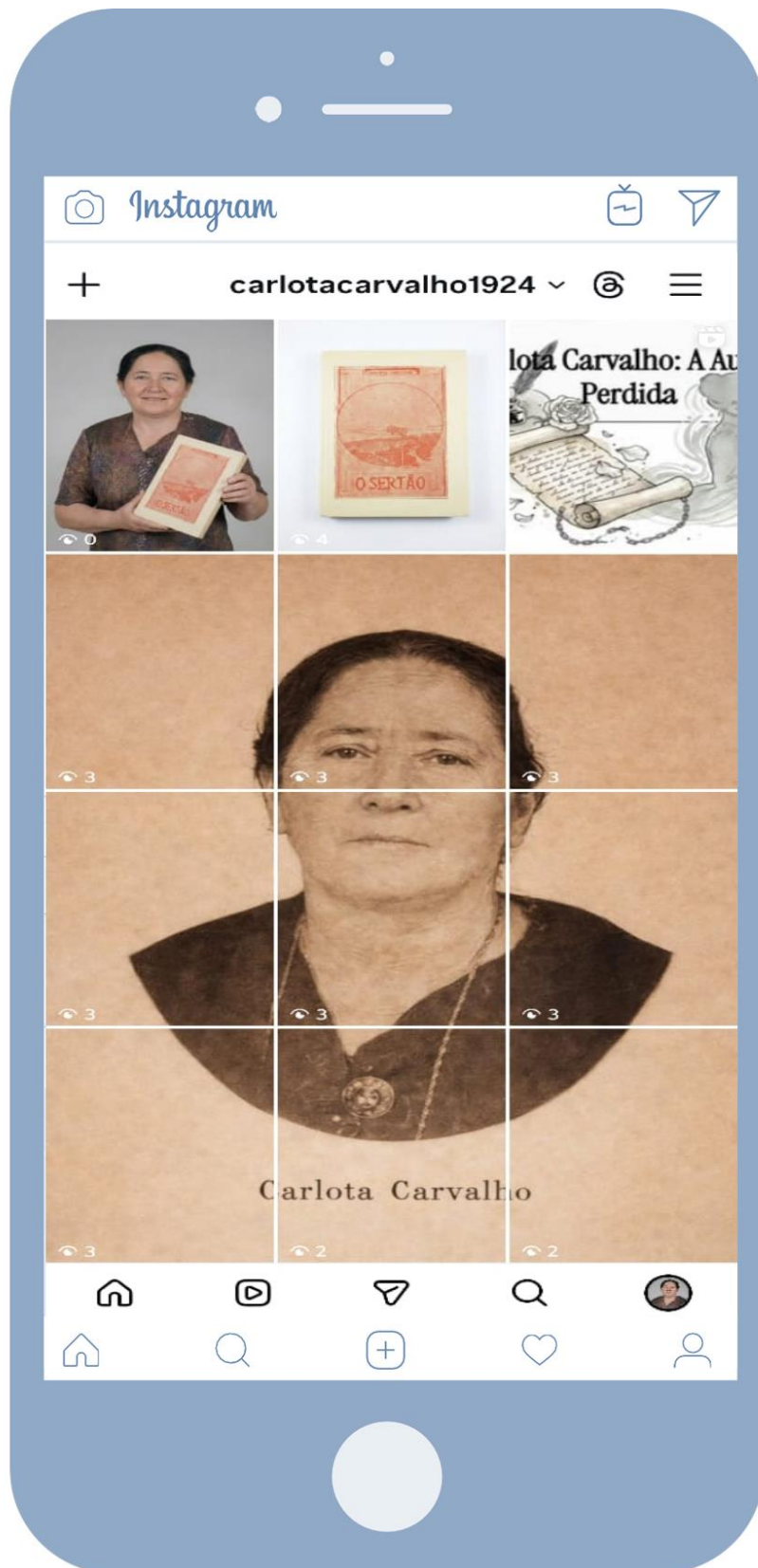
VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças no Brasil do século XIX. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 263-286, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução. In: História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1, p. 258-303.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PRODUTO DE PESQUISA





ANEXOS

ANEXO A – IMAGENS DE CARLOTA CARVALHO

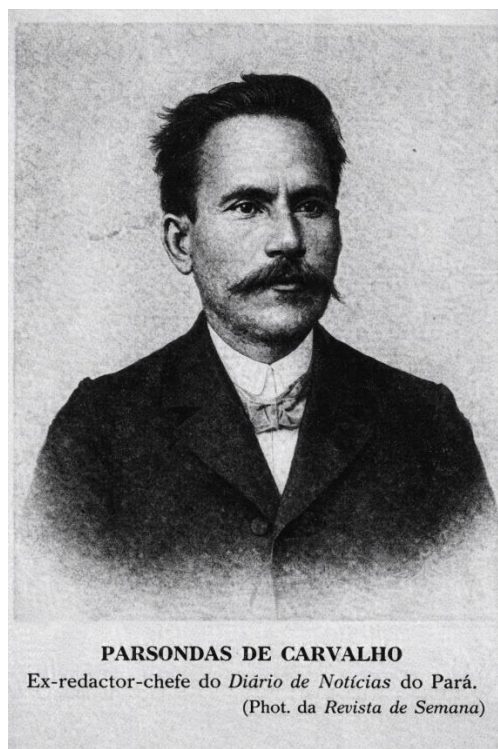


Imagem de Carlota Carvalho na 1ª edição de sua aclamada obra *O Sertão* (1924).



Imagem de Carlota Carvalho em publicação impressa do jornal *Diário de São Luiz*, de 16 de outubro de 1924 (p.3).

ANEXO B – IMAGENS DOS INTELECTUAIS QUE FIZERAM PARTE DAS REDES DE SOCIABILIDADE DE CARLOTA CARVALHO



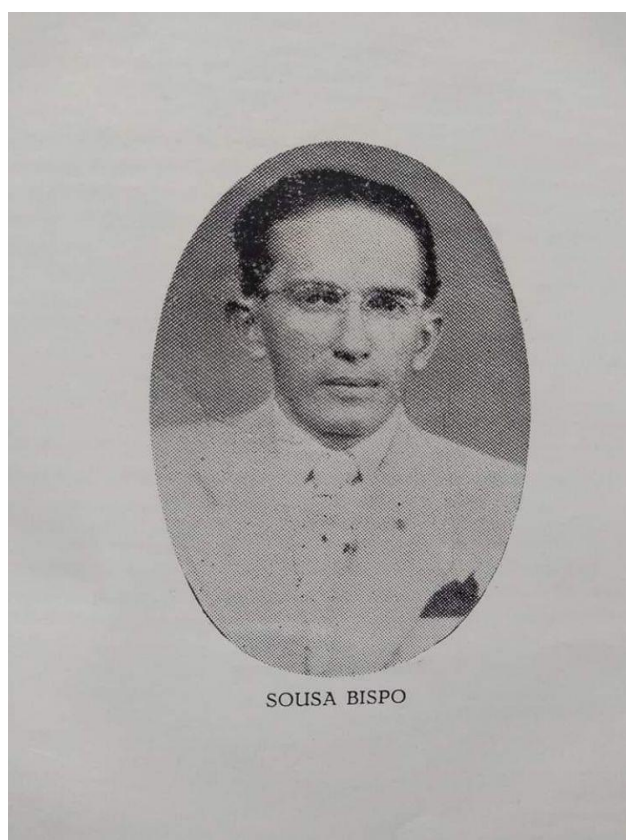
Fonte: Imagem de João Parondas de Carvalho, irmão de Carlota, achado pelo professor e historiador Adalberto Franklin na Hemeroteca Digital - Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 542/65, 11 ago., 1901.



Fonte: Imagem de Nascimento de Moraes - capa do livro "Vencidos e Degenerados" (1910) - romance de autoria do professor Nascimento de Moraes.



Fonte: Imagem de Luís Murat – site - Academia Brasileira de Letras.



Fonte: Imagem de Sousa Bispo – site – Facetube:
<https://www.facetubes.com.br/noticia/334/convidado-especial-professor-euges-lima-e-a-historia-de-souiza-bispo>.

**ANEXO C – LINK E QR CODE DO PERFIL DO *INSTAGRAM*:
@carlotacarvalho1924**

LINK: <https://www.instagram.com/carlotacarvalho1924?igsh=bzl2a29raXNxdEz>

QR CODE:

